

A FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CARÁCTER EXTROVERTIDO E RENDEIRO NAS FORMAÇÕES SOCIAIS DA ÁFRICA SUB-SAHARIANA

**Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em
Desenvolvimento Económico e Social em África: Análise e Gestão**

**no Instituto Superior de Ciências do Trabalho
e da Empresa (ISCTE), Lisboa**

Júri de Avaliação:

- *Prof. Doutor Eduardo Costa Dias (Presidente)*
- *Prof. Doutor Adelino Torres (Arguente)*
- *Prof. Doutor Manuel Ennes Ferreira (Orientador)*

Mestrando: Emmanuel Moreira Carneiro



“Hoje, África parece um corpo inerte, onde cada abutre vem debicar o seu pedaço. As matérias-primas servem a exportação, enquanto que o nosso interesse fundamental é a transformação”

**Agostinho Neto,
Junho de 1978**

ÍNDICE GERAL

ABREVIATURAS, 4

LISTA DE QUADROS, 5

INTRODUÇÃO, 7

CAPÍTULO I

REFLEXÃO EM TORNO DE CONCEITOS E PROCESSOS FUNDAMENTAIS

1. Do conceito de renda e da sua contribuição para a definição de economia rendeira, 19
 - 1.1. A teoria económica clássica, 19
 - 1.2. A teoria económica neoclássica, 20
 - 1.3. A teoria económica marxista, 23
 - 1.4. A *rentier-theory*, 25
2. Da extroversão como processo. O paradigma da estratégia da extroversão, 27
3. Da periferização como resultado de uma forma de inserção na economia-mundo capitalista, 29
4. Do conceito de Estado rendeiro como o elemento fundamental da economia rendeira, 33
5. Da lógica de funcionamento, dos mecanismos e processos da economia rendeira, 40
6. Dos conceitos de economia rendeira e de pirâmide rendeira, 49
7. Da sociedade rendeira, 54

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DAS SOCIEDADES RENDEIRAS NA ÁFRICA SUB-SAHARIANA

1. Factores internos, factores externos e sua interacção dialéctica, 60
2. Das sociedades pré-coloniais, 61
3. O período colonial. A aplicação dos modelos “vent-for-surplus”, 66
4. O Estado pós-colonial. A formação do carácter rendeiro das actuais sociedades da África Sub-sahariana, 73
5. A “ilusão” de uma burguesia nacional, 86

CAPÍTULO III

AS DÉCADAS DE 80 E 90, COMO PONTO DE PARTIDA PARA O SÉCULO XXI

1. A lógica rendeira no funcionamento das economias da África Sub-sahariana. A pirâmide rendeira, 94
2. A crise das economias rendeiras da África Sub-sahariana, 113
3. Os desajustamentos dos programas de ajustamento estrutural face à lógica rendeira. A sua ‘apropriação’, 122
4. O constrangimento do desenvolvimento, 133

CONCLUSÕES, 146

BIBLIOGRAFIA, 153

ANEXOS:

- **Anexo A – Anexo Estatístico**, 156
- **Anexo B – Breve referência aos diversos programas e relatórios económicos concernentes ao desenvolvimento da África Sub-sahariana**, 177

ABREVIATURAS

- APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- ASS – África Sub-sahariana
- BM / WB – Banco Mundial
- BTC – Balança de Transacções Correntes
- CIF – Custo, seguro e frete
- CNUCED / UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
- FOB – Liberado a bordo
- GEMDEV – Grupo de Economia Mundial, Terceiro Mundo, Desenvolvimento
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDE / IED – Investimento directo estrangeiro
- NOEI – Nova Ordem Económica Internacional
- Pc – Per-capita / por habitante
- PGR – Produções geradoras de renda
- PIB – Produto Interno Bruto
- PMA – País Menos Avançado
- PVD – País em vias de desenvolvimento
- PPC / PPA – Paridade de Poder de Compra
- RNB – Rendimento Nacional Bruto
- TCRE / REER – Taxa de Câmbio Real Efectiva
- SACU – União Aduaneira da África Austral
- UN / ONU – Nações Unidas (Organização)

LISTA DE QUADROS **(Relativos à África Sub-Sahariana continental)**

Do texto:

QUADRO I – Forma de integração no comércio mundial

QUADRO II – Composição das exportações de mercadorias

Do Anexo A:

QUADRO I – Estrutura das exportações de mercadorias

QUADRO II – Estrutura do PIB por ramo de actividade económica / Peso das exportações e importações (% do PIB) / Evolução do RNB per-capita

QUADRO III – Crescimento do output

QUADRO IV – Balança de Transacções Correntes / Intensidade da “Ajuda Pública ao Desenvolvimento”

QUADRO V – Investimento, poupança e Balança de Recursos

QUADRO VI – Evolução da dívida externa

QUADRO VII – Evolução da dívida externa de longo prazo – países em desenvolvimento da África Sub-sahariana

QUADRO VIII – Evolução do peso da dívida externa de curto prazo

QUADRO IX – Investimento directo estrangeiro – fluxos de entrada e saída

QUADRO X – Evolução do RNB e do PIB a preços correntes

QUADRO XI – Taxas de crescimento médio anual das exportações e das importações

QUADRO XII – Índices do volume das exportações, índice do valor unitário das exportações, índices do volume das importações, índices do valor unitário das

importações, índices dos termos de troca, índices do poder de compra das exportações

QUADRO XIII – Evolução dos termos de troca, do poder de compra das exportações, do valor das exportações e do preço unitário das exportações

QUADRO XIV – Índices anuais dos preços dos produtos de base seleccionados no mercado livre

QUADRO XV – Incidência e intensidade da pobreza em PMA's africanos

QUADRO XVI – Tendências da evolução da pobreza nos PMA's africanos

QUADRO XVII – Exportações classificadas – países em desenvolvimento de África

INTRODUÇÃO

“Os dramas africanos actuais são demasiado frequentes, demasiado repetitivos para serem fruto do acaso”: é com esta ideia força que Coquery-Vidrovitch (1992: 9) inicia o seu livro “Afrique Noire, Permanences et Ruptures”.

Se assim é, se a história não é fruto de acasos, importa reflectir sobre os constrangimentos internos e externos que condicionaram e moldaram (e que continuam a condicionar e a moldar) uma realidade que se consubstancia na gravidade dos actuais índices de pobreza, de degradada situação económica e de crescente dependência externa da África Sub-sahariana.

Se as linhas de interpretação das diversas aproximações teóricas e os clichés tradicionais, parecem já ter demonstrado o seu desajustamento de uma realidade preñe de ‘resultados perversos’, a questão que se coloca é a de se saber que grelha de leitura histórica e actual poderá produzir uma reflexão séria e operativa que seja mais satisfatória que os paradigmas dominantes.

Coloca-se então a questão de por onde começar.

Por uma mera reflexão a nível super-estrutural (e necessariamente truncada dos fenómenos)? Por uma análise a partir da base material de sustentação das sociedades? Pela contraposição entre factores internos e factores externos? Por uma interpretação dialéctica do conjunto capaz de, em alguma medida, contribuir para a decifração da trajectória histórica?

Parece ser este último o caminho a seguir.

Uma forma concreta de produção material determinante de *um modelo específico de inserção no mundo* constitui um denominador comum que perpassa as sociedades integrantes da África Sub-sahariana. É esse *denominador comum* que molda os processos político-institucionais os quais, por sua vez e por

interacção, condicionam a evolução da base material. Por isso é tão grande o peso da história; por isso mesmo é tão condicionado o grau de liberdade nos processos de assunção de decisões e de elaboração de políticas¹.

Efectivamente, só a eclosão de “conjunturas críticas” permitem, por vezes, a interrupção do carácter gradual das alterações determinadas pela interacção permanente entre a base material e a super-estrutura político institucional². Por isso é tão difícil a mudança e por isso mesmo é tão ‘difícil’ o desenvolvimento.

Os dramas africanos são, numa larga medida, um resultado histórico de cristalização de processos gerados a partir de um factor comum: a base rendeira.

A *especialização rendeira* constitui o elemento fundamental de moldagem quer das economias quer das sociedades (incluindo da natureza das suas instituições) da África Sub-sahariana.

A especialização rendeira formou-se a partir do *fenómeno colonial*, ou seja, na decorrência da imposição de formas específicas de inserção na economia-mundo capitalista, nomeadamente na segunda metade do Século XIX e no Século XX até à Segunda Guerra Mundial. A especialização rendeira é entretanto *compatível com as lógicas tradicionais* das formações sociais pré-capitalistas da África Sub-sahariana: em ambos os casos se verifica o fenómeno de *ausência de extracção de excedente económico no seio do mesmo conjunto social de referência*.

A especialização rendeira é comum às várias sociedades da África Sub-sahariana. Existe um *substrato rendeiro comum* que se exprime, entretanto, através de diversas modalidades as quais correspondem aos diversos tipos de rendas, determinantes de distintas designações dos Estados em questão: *Petro States, Mining States, Commodity States em geral*.

Os diversos tipos de rendas (os diversos tipos de produtos que geram as rendas) determinam específicas formas e consequências na expressão do fenómeno rendeiro, *graduando-se* estas em conformidade com o *tipo de*

¹ Releve-se, a este propósito, a noção de “contingência estruturada” (Karl, 1997:10)

² Cfr. Karl (1997: 11-2)

commodities em causa. Daí a concepção de uma *pirâmide rendeira* no contexto da qual se integram os diversos Estados da África Sub-sahariana.

Especialização rendeira e extroversão constituem o verso e o anverso de uma mesma realidade: se à especialização rendeira de partida corresponde a implantação de um sector moderno da economia em função da solvência de uma procura situada no exterior, a forma de integração – dependente – na economia-mundo torna-se o vector fundamental de moldagem e de referência ‘da economia’.

A especialização rendeira – se ‘entregue a si própria’ – contém em si os elementos da sua própria e tendencial reprodução: o seu encaixe e consistência com o *aproveitamento sistémico* pela economia-mundo capitalista (determinada, em cada momento, por uma ‘*utilidade sistémica*’) bem como com as *lógicas tradicionais* pré-capitalistas – ambos geradores de um ulterior “pacto rendeiro” – tornam-se factores de agudo constrangimento à alteração das formas estruturais vigentes (na ausência da ocorrência de “conjunturas críticas”).

Assim, a especialização rendeira constitui o factor fundamental de moldagem da *economia pós-colonial*, do *Estado pós-colonial* e da *sociedade e instituições pós-coloniais*. A economia pós-colonial é uma economia dependente da produção/captação de rendas externas; constitui uma entidade com uma lógica própria da qual é indissociável uma geral ausência do imperativo do incremento da produtividade, uma aguda concentração do rendimento (da renda) bem como formas de re(distribuição) do rendimento geralmente alheias à remuneração dos factores de produção – pelo que, tendencialmente, os preços não reflectem os custos dos factores. O Estado pós-colonial é um Estado que, erigido a partir de uma base de sustentação rendeiro/urbana e com uma forte dependência fiscal do recebimento de rendas externas, mostra-se como geralmente inadequado à condução do desenvolvimento. A sociedade pós-colonial revela-se como basicamente estruturada em torno de dois estratos sociais fundamentais – por um lado, a “classe rendeira” e camadas sociais adventícias e, por outro lado, os estratos populacionais ‘informalizados’ ou em regime de auto-subsistência – profunda e naturalmente marcados por comportamentos dominantes de *rent-*

seeking. No que concerne à “classe rendeira” e camadas sociais adventícias, a *maximização da acumulação privada rendeira* constitui, igualmente, um vector básico de actuação. A lógica da economia, fundamentalmente consubstanciada na geração, captação e redistribuição de rendas externas e assente na extroversão da acumulação – constitutiva de um agudo constrangimento à implantação de uma economia competitiva – torna-se ainda um factor de grave impedimento à criação e desenvolvimento de uma burguesia nacional.

O carácter rendeiro e extrovertido destas sociedades é fruto de circunstâncias históricas cujas origens remontam, que ao seu passado pré-colonial, quer aos períodos colonial e pós-independências.

Tais circunstâncias, próprias de cada época mas em interacção com as dos períodos anteriores, consubstanciam-se quer em factores internos (intrínsecos das sociedades em questão), quer em factores externos (próprios da sua inserção no mundo exterior) de constrangimento, só ‘em bloco’ assimiláveis no seu múltiplo encaixe e no seu inter-relacionamento simultâneo (num conjunto complexo de causas/efeitos múltiplos).

A lógica e prática das relações internacionais no final do Século XX vieram aprofundar o desenvolvimento da base rendeira. A aplicação de uma estratégia de desenvolvimento de “economia aberta”, assente no paradigma neoclássico, não poderia senão conduzir a um aprofundamento da crise rendeira, inclusive em função da heterogeneidade estrutural e inflexibilidade dessas economias e da sua incapacidade de resposta às variações dos preços externos. Igualmente, da alteração do regime formal de acumulação inerente à imposição dos programas de ajustamento estrutural, não resultou a implantação e desenvolvimento de economias competitivas (nem capitalistas, como pretendiam os seus promotores). Do ‘desconhecimento’ da base rendeira de partida, veio a resultar a obtenção de ‘resultados perversos’.

O acentuar da crise económica, social e político-institucional na África Sub-sahariana nas duas últimas décadas do Século XX exprime-se e confunde-se com o aprofundamento do seu carácter rendeiro e com o acelerar da sua extroversão.

Assim, tendo por base uma reflexão centrada quer na sua transposição para o Século XXI quer nas circunstâncias históricas anteriores, intentou analisar-se em que medida a forma de inserção da África Sub-sahariana no mundo exterior não só representou um encaixe e potenciação das lógicas tradicionais mas acarretou, ela própria, e por lógica própria, o agudizar do seu carácter rendeiro e da sua extroversão.

Mais claramente, importou verificar-se em que medida (e porquê) a forma de inserção da África Sub-sahariana na economia-mundo nos anos 80 e 90 – qualitativamente alterada por uma nova correlação de forças mundial e por um novo contexto teórico condicionado pelo triunfo do paradigma neo-liberal – originou um efectivo reforço do referido carácter rendeiro e da sua extroversão.

Um dos vectores fundamentais de desenvolvimento da economia, da sociedade e da política na África Sub-sahariana é a *acumulação*. A economia rendeira, ao tornar possível a acumulação sem desenvolvimento e, ao gerar as condições de constrangimento do desenvolvimento, não poderia senão gerar o *agravamento das condições de aprofundamento da base rendeira*. Por isso mesmo, em condições ‘normais’, a base material rendeira reproduz, em moldes aprofundados, a economia rendeira – e, conseqüentemente, a sociedade rendeira.

A constatada incapacidade de promoção do desenvolvimento – aprofundada pela crise rendeira – gerou uma crise de legitimidade do Estado rendeiro (agravada, por sua vez, pela imposição dos programas de ajustamento estrutural os quais, aplicados num contexto rendeiro, vieram a gerar como que um vazio institucional e de direcção da sociedade). O défice de legitimidade do Estado pós-colonial, num contexto de aprofundamento quer da ‘redistribuição rendeira’ (o cimento da ‘governabilidade’) quer da acumulação, veio a originar o recurso a dois instrumentos adicionais de re-legitimação: no domínio externo, o *aprofundamento da extroversão*; no domínio interno, a *“re-tradicionalização”*. Ambos, em interacção dialéctica.

A interacção entre as relações internacionais (marcadas por uma crescente extroversão) e os factores tradicionais internos (agravados pela “re-tradicionalização”) – geradora de um agudizar do carácter rendeiro da economia,

da sociedade e das relações sociais, bem como condicionadora da natureza do Estado e das instituições – constitui assim um elemento de profundo constrangimento do desenvolvimento histórico das sociedades hodiernas da África Sub-sahariana.

O *carácter rendeiro* e a *extroversão* das formações sociais³ integrantes da África Sub-sahariana são assim considerados não só como os elementos fundamentais da sua caracterização actual, mas igualmente como os vectores fundamentais de constrangimento do seu desenvolvimento.

Assim, o encadeamento lógico da presente reflexão pode ser apresentado na sequência seguinte:

- Uma vez equacionada a sociedade rendeira, as raízes históricas da sua formação, o seu enquadramento sistémico, importará verificar em que medida e porquê a inserção da África Sub-sahariana numa lógica rendeira, num sistema internacional de repartição de rendas, constitui um obstáculo, um constrangimento ao seu desenvolvimento.
- Será que a aplicação do actual modelo de acumulação assente basicamente na *apropriação privada rendeira* – aliás em estrita obediência ao paradigma neo-liberal, característico das ‘experiências de transformação’ das economias (rendeiras) da África Sub-sahariana, com especial ênfase a partir dos anos 80 do Século XX – permite alterar a lógica rendeira e a sua conversão em “economias de produção” ou, pelo contrário, perpetua essa mesma lógica?
- Resumidamente: não residirá um dos problemas fundamentais da África Sub-sahariana na circunstância de o seu desenvolvimento se revelar como pouco compatível com o regime de acumulação adoptado *no actual contexto histórico, rendeiro*, determinado ainda por *constrangimentos externos* decorrentes da sua inserção no sistema de economia-mundo?

Este questionamento de base beneficia hoje de um instrumental de análise que ‘o destino’ permitiu desenvolver principalmente a partir dos anos 70 do Século

³ No presente texto, entender-se-á por *formação social* o conjunto dos tecidos sociais (mais ou menos integrados) existentes num dado território ou Estado – no caso vertente, num território ou Estado integrante da África Sub-sahariana.

XX, mormente após os primeiros grandes choques petrolíferos: o estudo das sociedades rendeiiras e dos Estados rendeiros economicamente alicerçados em processos de produção, captação e repartição de rendas externas.

O objecto essencial de pesquisa de tal instrumental passou a ser, por excelência, as economias e Estados do Médio Oriente onde tais choques assumiram uma expressão suficientemente relevante de molde a determinar o aparecimento de um novo paradigma de análise: o paradigma rendeiro ou a *rentier-theory* centrado no estudo das consequências, para as sociedades em questão, do recebimento de *windfall resources*. Tais recursos vieram a determinar uma transformação da natureza dos Estados, induziram alterações às estruturas de classes, modificaram as regras e as lógicas de funcionamento das economias (ou reforçaram lógicas pré-existentes), induziram alterações a nível super-estrutural, nomeadamente a proliferação de uma “mentalidade rendeira” (Yates, 1996: 20-2). Se já anteriormente este tipo de abordagem havia sido ensaiado a propósito do Irão⁴, não é menos certo que tal forma específica de análise ganhou corpo a partir dos estudos de Beblawi e Luciani (1987).

Se assim é, torna-se necessária a colocação de algumas questões:

- Qual a legitimidade da transposição deste paradigma interpretativo para a generalidade dos Estados da África Sub-sahariana cuja economia não assente basicamente na exportação de petróleo?
- Qual a legitimidade de aplicação de tal instrumental teórico em períodos históricos distintos daqueles em que se verificaram os booms petrolíferos?
- Porquê pretender encontrar raízes históricas em fenómenos ‘fortuitamente’ actuais?
- Numa palavra, qual a legitimidade de aplicação de um instrumental de análise sugerido por uma realidade ‘recente e pontual’ à concepção da formação histórica de um denominador comum nas sociedades da África Sub-sahariana?

⁴ Nomeadamente com Mahdavy, Hossein: “Patterns and Problems of Economic Development in Rentier States: The case of Iran”, *Studies in the Economic History of the Middle East*, ed. M.A. Cook, Oxford University Press, 1970. Cfr. Beblawi & Luciani (1987: 10).

Finalmente, importa explicitar que, à nossa hipótese de trabalho, estão subjacentes as seguintes reflexões:

- O Estado rendeiro exportador de petróleo não é senão um caso extremo, por sinal e por excelência, representativo de uma realidade mais geral que perpassa a generalidade das sociedades da África Sub-sahariana: a dos Estados subordinados a uma lógica de recebimento/repartição de “recursos exógenos”.
- Diversas fontes de rendas externas, consubstanciadas na exportação de diferentes produtos, produzem realidades gradativamente diferenciadas (com a produção de resultados quantitativamente diferenciados), mas com um substrato comum. Daí a nossa proposta de uma “pirâmide rendeira”.
- Tal realidade, confluência de factores históricos e presentes bem como de constrangimentos internos e externos tem, na sua expressão maximizada, um paradigma de análise das circunstâncias que moldaram quer a história quer a crueza do momento actual.
- O Estado rendeiro é um produto da história: é um produto da historicidade das sociedades africanas e da sua inserção, nas diversas fases, na economia-mundo. O Estado rendeiro exportador de petróleo é, tão somente, a expressão maximizada do Estado rendeiro, o que justifica a procedência da sua utilização como paradigma de análise (qualitativa), desde que devidamente salvaguardada a ponderação gradativa dos fenómenos⁵.

Salvo indicação em contrário, o termo “África Sub-sahariana” excluirá (para além da África Sahariana e a norte do deserto do Sahara), a África do Sul bem como os países pertencentes à União Aduaneira da África Austral, os quais constituem um conjunto específico por não adequação plena aos conceitos e processos fundamentais aqui referidos. Exclui igualmente a “África insular” a

⁵ Cfr. Yates (1996: 236): “Vivemos num mundo verdadeiramente inserido numa corrente de petróleo. Aqueles Estados integralmente ligados à sua produção e exportação podem realmente ocupar uma posição única no sistema internacional de hoje. Ou podem ser meramente o mais típico e extremo exemplo de espécie de sistema económico de enclave que se pode crescentemente esperar encontrar no sistema-mundo capitalista no final do século XX e posteriormente”.

qual, numa larga medida, se revela como diferenciada em relação à África continental.

É pertinente salientar a não uniformidade do espaço que constitui a África Sub-sahariana. Contudo, a consciência da extrema diversidade de uma realidade multiforme, não nos impede de relevar as permanências, traços e ‘denominadores comuns’ que, ainda assim, permitem conceber uma entidade própria, mormente em relação ao desenvolvimento de fenómenos e processos como os que são objecto da presente reflexão.

No que respeita à disponibilidade de dados estatísticos importa referir quer a limitação do seu grau de fiabilidade – não obstante a sua inserção em publicações oficiais de organismos do sistema das Nações Unidas – quer a sua limitada adequação à realidade que pretendemos estudar. É que, se por um lado, uma vasta faixa de actividade económica não inserida em relações formais de mercado fica por contabilizar (nomeadamente, o auto-consumo e as transacções do sector informal quer comerciais quer financeiras tão relevantes nas sociedades em apreço), não é menos certo que as características próprias das sociedades cuja economia depende do acesso a rendas, não parecem ser integralmente cobertas pela mensuração das variáveis macroeconómicas usuais e inseridas nos actuais sistemas de contas nacionais. Trata-se de uma realidade específica que reclama, certamente, a utilização útil de conceitos próprios⁶ e de uma metodologia de cálculo estatístico específica⁷.

De igual modo, será privilegiada tanto quanto possível uma abordagem interdisciplinar dos fenómenos, uma vez que a realidade social não se pode compaginar numa visão unilateral, obviamente redutora e incapaz de decifrar o contexto social em toda a sua plenitude, quer histórico, quer actual.

Em resumo, é aqui destacado o método histórico indutivo em detrimento da utilização do método dedutivo, baseado este na formulação de proposições obtidas a partir de modelos comumente não adequados à realidade que se pretende estudar.

⁶ Nomeadamente em relação à dimensão e funcionamento de um “sector reideiro”, de um “sector de reciclagem das rendas externas”, etc.

⁷ Cfr., a este respeito, Stauffer (1987: 22-48).

O método histórico indutivo dá-nos assim a possibilidade de melhor entender os actuais problemas da África Sub-sahariana, os seus constrangimentos, numa perspectiva da sua formação histórica. *Esta revela-se como imprescindível à sua inteligibilidade.*

Para além da “Introdução” e da “Conclusão”, o presente trabalho é integrado por três Capítulos.

O Capítulo I é dedicado a uma reflexão sobre os *conceitos e processos* fundamentais envolvidos no tema tratado. Procede-se aí não só a uma delimitação do conteúdo de tais conceitos, mas fundamentalmente, a uma reflexão em torno de processos fundamentais em que tais conceitos são envolvidos.

No Capítulo II procede-se a uma abordagem histórica da formação das sociedades rendeiras na África Sub-sahariana, isto é, da sua génese, como elemento indispensável a uma efectiva inteligibilidade da essência de tais sociedades, no momento actual.

O Capítulo III é particularmente dedicado ao funcionamento, envolventes e constrangimentos das economias e das sociedades rendeiras nas duas últimas décadas do Século XX, fundamentalmente com dois objectivos: por um lado, obter um mais profundo conhecimento de tais economias e sociedades no início do Século XXI, isto é, intentar a sua radiografia de passagem ao momento actual; por outro, aquilatar do funcionamento de tais economias e sociedades, incluindo da actuação dos constrangimentos que as envolvem, precisamente num momento histórico correspondente ao triunfo e aplicação plena do paradigma neo-liberal.

A presente reflexão pretende consubstanciar uma contribuição adicional ao conhecimento e equacionamento de circunstâncias consideradas determinantes dos agudos constrangimentos ao desenvolvimento da África Sub-sahariana, a partir da relevação de determinados factores que, após ponderação, se elegeram como essenciais à geração e consolidação da actual situação.

Representa uma tentativa de decifração de reais e fundamentais obstáculos ao desenvolvimento da África Sub-sahariana a partir de dois conceitos nucleares – *especialização rendeira e extroversão* – constitutivos de factores cuja

omnipresença parece determinar uma forma específica de ser, de agir e de reagir, moldando a cultura e as instituições, interpenetrando *todos* os aspectos da vida. Aliás, um factor fundamental de geração dos actuais dramas africanos resultará, certamente, do impacto que a imposição de determinado tipo de especialização económica teve na lógica das sociedades tradicionais, tributárias. Impacto esse tornado perene – e aprofundado – pela extroversão, pela lógica sistémica.

O desenvolvimento não constituirá, certamente, um processo a ‘obter por geração espontânea’, o produto da acção de uma mão invisível que uma lógica sistémica global se encarregaria de assegurar, por adição, a partir da realização de interesses individuais. Tal geração espontânea, na ‘espontaneidade’ de um enxerto sistémico do modelo ocidental, revela-se hoje – como empiricamente se constata – incapaz de induzir o desenvolvimento da África Sub-sahariana.

O drama desta é que todos os aspectos da sua vida foram gerados e moldados por uma concreta *base material*, por uma *especialização rendeira* que não só constitui – enquanto *ela própria* – a negação do desenvolvimento, como é determinante da geração de factores e mecanismos (internos e sistémicos) bloqueadores de um real desenvolvimento.

Assim, este não poderá deixar de se alicerçar senão *num processo de estabelecimento de uma base material alternativa, não rendeira* – o que se revela como susceptível de colidir não só com as lógicas e relações internas de poder no contexto da actual dinâmica de estruturação das sociedades como, simultaneamente, se afigura como naturalmente irrelevante para o interesse sistémico global (e topicamente conflituante com a sua lógica – a lógica das relações internacionais, onde encaixa uma complexa correlação de forças igualmente determinante do sistema global de aproveitamento de recursos estratégicos).

Entretanto, só a partir do *conhecimento* é possível o estabelecimento das bases para a *mudança*. Esta reflexão, este primeiro passo introdutório de um ulterior trabalho necessariamente mais vasto pretende ser, tão-somente, uma pequena contribuição para a execução de uma tarefa imprescindível e inadiável:

o nascimento de *um alternativo paradigma interpretativo para a África Sub-sahariana*.

O corpo do presente trabalho, com o título original de *A Formação e Consolidação do Carácter Extrovertido e Rendeiro nas Formações Sociais da África Sub-sahariana*, constitui a dissertação de uma Tese de Mestrado em Estudos Africanos no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) de Lisboa – Portugal.

Ao meu Orientador de Tese, Professor Doutor Manuel Ennes Ferreira, vão as minhas primeiras palavras de reconhecido agradecimento quer pelo seu imprescindível e tão importante trabalho de orientação geral e de infatigável revisão dos textos, quer pelo seu apoio amigo, sempre brindado.

O meu reconhecido agradecimento é ainda extensivo ao Professor Doutor Eduardo Costa Dias e ao Professor Doutor Adelino Torres, que me deram ainda a subida honra de integrar o Júri da minha avaliação.

À minha Família expresso igualmente o meu profundo reconhecimento pelo espírito de participação na renúncia a que me obriguei e na angústia que me acompanhou na minha entrega irrestrita à presente tarefa. Renúncia e angústia têm sido as duas faces de uma vivência participada que se foi tornando ‘habitual’, constituindo já uma segunda natureza numa constante busca de caminhos de independência e de real auto-afirmação de África, na gravidade do momento presente.

Importará finalmente explicitar que a responsabilidade pelo conteúdo do presente trabalho – o que implica a natureza das conclusões expendidas bem como dos inevitáveis juízos de valor emitidos ou, ainda, as deficiências de tradução nas citações feitas – me cabe integralmente.

CAPÍTULO I

REFLEXÃO EM TORNO DE CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1. Do conceito de renda e da sua contribuição para a definição de economia rendeira

A abordagem do conceito de *economia rendeira* torna obviamente imprescindível uma prévia reflexão em torno do conceito de renda.

1.1. A teoria económica clássica

Para a teoria económica clássica, a renda não é um elemento do custo de produção: ela constitui a diferença entre o preço de mercado de determinada produção agrícola e o seu custo de produção concebido de uma forma lata, isto é, integrando o lucro do empresário agrícola.

Adam Smith (1999: I, 307-8) já concebia a renda como algo distinto dos factores de produção trabalho e capital: “a renda entra na composição do preço dos bens de uma forma diferente daquela por que nele entram os salários e os lucros. [...] Os salários e o lucro são causas do preço; a renda é um efeito. [De igual modo], a renda da terra, considerada como o preço pago pelo uso da terra, constitui naturalmente um preço de monopólio”.

Tal entendimento inspirou a concepção ricardiana de “*rendas diferenciais*”: uma crescente procura de bens alimentares, adveniente de uma população em crescimento⁸, obrigaria a uma mais intensa exploração dos recursos agrícolas numa primeira fase e, como consequência da lei dos rendimentos marginais decrescentes, a uma sucessiva extensão das áreas cultivadas, depois. Esta abrangeria terras de sucessiva menor aptidão e de menor produtividade (terras marginais e inter-marginais), com correspondentes custos de produção, natural e gradualmente, mais elevados.

⁸ Cenário verificado em Inglaterra, na época ricardiana.

O preço de venda, determinado pelo mercado, constitui o limite de tal processo, uma vez que não é concebível uma exploração marginal de terras em que os custos de produção superem os preços de venda: no limite, a renda poderá ser nula se os custos de produção igualarem os preços de venda (de mercado).

A renda, obtida assim por diferença entre o preço de venda, determinado pelo mercado e o custo de produção, variará de acordo com a aptidão das terras e será obviamente máxima em relação às terras de maior produtividade. Às terras inter-marginais e marginais corresponderão valores de renda, sucessiva e gradativamente, menores.

Não constituindo a renda um elemento do custo de produção, ela não se configura como uma remuneração de um factor de produção: ela assume-se como a “remuneração” de um factor natural, consubstanciada num direito de propriedade alheio a uma actividade humana voluntariamente determinada: ela constitui a “porção do produto da terra paga ao proprietário fundiário pelo uso das faculdades produtivas originais e indestrutíveis do solo” (Ricardo, 1992: 89).

O essencial desta maneira de conceber a renda foi retido por toda a escola clássica, desde Ricardo a Malthus e, inclusivamente, por Stuart Mill.

Em relação a este último, convém frisar que a concepção clássica de renda como forma de apropriação de parte do produto estranha à aplicação de factores de produção e como resultado de um mero factor ‘natural’ justificou a proposta do seu confisco e socialização em benefício de toda a sociedade⁹.

Esta visão tem obviamente um enfoque macroeconómico na medida em que o fenómeno – a categoria renda – é concebido com referência à globalidade da sociedade, não se estruturando a partir da observação do comportamento dos agentes económicos, tal como acontece na abordagem neoclássica.

1.2. A teoria económica neoclássica

Para esta, a renda é considerada como um dos quatro factores do rendimento no equilíbrio geral, a par do salário, do juro e do lucro. Mas a sua

⁹ Cfr., a este respeito, Martinez (2001: 208). Tal proposta, [de Stuart Mill], assenta claramente num entendimento de que se trata de remunerar algo alheio a uma actividade humana voluntária, algo obtido de forma passiva e ‘parasitária’ e, por consequência, insusceptível de legítima apropriação individual.

acepção é dupla: se por um lado o mercado é o elemento básico de referência, constituindo a renda a remuneração do factor de produção ‘recursos naturais’, ela é também concebida como algo resultante do não funcionamento de um mercado competitivo (definindo este, uma remuneração ‘normal’ dos factores de produção).

Neste quadro, constitui renda – ou “rendimento em excesso” – todo o ingresso superior ao ‘normal’: “uma pessoa obtém uma renda se receber um rendimento maior que o mínimo que ela teria aceitado, mínimo esse usualmente definido como a receita correspondente à sua próxima melhor oportunidade” (Khan, 2000: 21). Dito de outra forma, renda será “a porção do rendimento que transcende o montante mínimo necessário para fazer um trabalhador aceitar um emprego determinado ou uma firma decidir entrar numa determinada actividade” (Khan, 2000: 22)¹⁰.

A criação de rendas pode resultar assim de processos configurando meras imperfeições da concorrência (voluntárias ou não) ou resultar da criação de transferências politicamente organizadas.

Numa extensão desta visão neoclássica, cuja situação de ‘não renda’ só teria cabimento num contexto ideal de concorrência perfeita correspondente ao óptimo de Pareto, é concebível a existência de rendas eficientes, geradoras de progresso nas sociedades (como, por exemplo, as rendas de inovação, shumpeterianas), ao fim ao cabo condições necessárias do seu desenvolvimento. E existirão, por outro lado, outros tipos de rendas que se configurarão como obstáculos geradores de barreiras ao progresso económico e social, o que obrigaria, bastas vezes, à elaboração de verdadeiras análises custos/benefícios (em termos de balanceamento da criação de condições geradoras de desenvolvimento). Não se deve perder de vista, entretanto, que a necessidade da acumulação do capital inerente à evolução geral do capitalismo determina, em última instância, a imprescindibilidade de criação de condições, de pressupostos, do desenvolvimento dificilmente compagináveis com a noção estática de

¹⁰ Em referência a Milgrom e Roberts (1992: 269): *Economics, Organization and Management*, New Jersey, Prentice-Hall.

funcionamento de mercados competitivos. No limite, estará em causa a criação do que poderemos qualificar de “rendas de desenvolvimento”¹¹, concebidas estas como indispensáveis pelas teorias do crescimento endógeno (Cottenet, 2000: 525-7)¹², mas obviamente incompatíveis com os sistemas de geração/repartição de rendas externas vigentes nas economias da África Sub-sahariana – os quais configuram fenómenos totalmente distintos dos acima referidos.

A aceção de renda numa base microeconómica (concebida a partir da observação do comportamento dos agentes) tem o grande mérito de induzir o conceito de *rent-seeking*, concebido este como “as actividades em que se procura criar, manter ou modificar os direitos e instituições em que se baseiam determinadas rendas” (Khan e Jomo K.S., 2000: 5).

O instrumental teórico criado em torno do conceito de *rent-seeking*, se directamente fruto da aceção neoclássica de renda, tem ainda o grande mérito de constituir como que o ponto de convergência quer com a análise clássica quer, como se verá adiante, com a própria *rentier-theory*.

O que está em causa, finalmente, é o comportamento geral dos agentes (assimilável a um comportamento parasitário ou ‘estranho à economia’), o qual assume uma expressão dominante e generalizada nas sociedades com um forte pendor rendeiro: constitui um conceito incontornável na interpretação do comportamento geral dos agentes nas sociedades rendeiros modernas, nomeadamente da África Sub-sahariana. Por outro lado ele torna-se

¹¹ Cfr. Khan (2000: 23-4).

¹² O crescimento endógeno é entendido como fruto da actuação de variáveis internas do modelo de desenvolvimento, em contraposição à concepção neoclássica que concebe o crescimento em função da actuação de variáveis exógenas, devido à lei dos rendimentos decrescentes dos factores. “Nestes modelos, o progresso técnico resulta de uma actividade deliberada de R&D [pesquisa e desenvolvimento], e esta actividade é remunerada por uma certa forma de poder de monopólio *ex post*” (Cottenet, 2000: 526). Assim, os modelos de crescimento endógeno (Arrow, K.J., “The economic implications of learning by doing”, *Review of Economic Studies*, vol.29, 1962: p.155-173; Sheshinsky, “Optimal accumulations with learning by doing”, in K. Schell-eds., *Essay on the Theory of Optimal Growth*, MIT Press, 1967; Uzawa, “Optimum technical change in a aggregative model of economic growth”, *International economic Revue*, Vol.6, 1965: pp.18-31) ganham uma mais plena consistência com a “integração das teorias de R&D e da concorrência imperfeita”(Cottenet, 2000: 526), a partir de Romer (“New theories of economic growth. Growth based on increasing returns due to specialization”, *The American Economic Revue*, vol.77, nº2, 1987: pp. 56-62; “Endogenous technical change”, *Journal of Political Economy*, vol.98, nº5, Pt 2, 1990: pp. S71-S102). E é por isso mesmo que, estando em causa o crescimento de longo prazo, “os sectores da economia não são doravante neutros, pois eles não têm todos a mesma capacidade de conduzir a um crescimento a longo termo. *As formas de especialização são preponderantes*” [o sublinhado é nosso] (Cottenet, 2000: 527). Será, por esta razão, na generalidade ‘inútil’ para o desenvolvimento, o crescimento dos sectores de reciclagem das rendas externas, nas economias rendeiros.

indispensável à decifração dos seus sistemas de formação de preços, de funcionamento dos ‘mercados’ e de redistribuição dos rendimentos (leia-se, mais concretamente, das rendas).

1.3. A teoria económica marxista

O instrumental teórico marxista trouxe também o seu *apport* incontornável ao aprofundamento do conceito de renda.

Assim, se o seu ponto de partida terá sido a teoria clássica, não é menos certo que algumas distinções importantes introduzidas determinaram formas específicas de operacionalização do conceito.

Yates (1996: 19) ressalta a este propósito que “para Marx, renda é uma *relação social* que reflecte e deriva de *relações de propriedade* historicamente específicas no modo de produção dominante” [o itálico é nosso], fazendo a distinção clara entre as rendas percebidas pelo senhor feudal através de produtos com determinado *valor de uso*, das rendas percebidas pelos proprietários das terras num contexto de relações de produção capitalistas, no seio das quais a renda assume um *valor de troca*.

A procedência desta distinção, no que diz respeito à operacionalização do conceito à África Sub-sahariana, reveste-se de extrema importância, dado o peso histórico das estruturas tradicionais no seio da sociedade. O peso das estruturas pré-capitalistas parece determinar que o conceito de renda só se possa, exclusivamente e com plena propriedade, aplicar ao sector formal capitalista, quer numa acepção positiva, quer de forma negativa, por exclusão. Estarão, nestas condições, as franjas da sociedade urbanizada ou pseudo urbanizada, informal, excluídas ou relativamente marginalizadas, no processo de redistribuição social das rendas.

Por outro lado, a renda, concebida como uma relação social derivada de relações de propriedade, tem ainda o mérito de, com mais clareza, melhor indiciar o processo de formação de preços onde a renda é dominante: enquanto para os clássicos o preço era objectivamente determinado pelo mercado (sendo a renda obtida por diferença) agora, se considerarmos a renda como uma relação

social, verifica-se que a sua magnitude *induz* alterações do preço de mercado (o qual passa assim a ser fundamentalmente determinado por concretas relações de força definidoras da magnitude das rendas). Um exemplo prático do que se acaba de afirmar consiste na determinação do preço do petróleo no mercado internacional, o qual exprime relações de força específicas no contexto de um verdadeiro *sistema* internacional de repartição de rendas determinado pelo sistema global de relações internacionais. Contrariamente à visão ricardiana, as rendas não ‘encaixam’ aqui nos preços: elas são o elemento fundamental de determinação dos preços (Yates, 1996: 20).

De igual modo importa ressaltar que a noção de renda, além da sua conotação com situações de ‘parasitismo’ e de ‘improdutividade’, está intimamente interligada com a noção de “freio ao desenvolvimento”, em sucessivos contextos históricos. Cornevin (1997: 63-94), não só explicita o *linkage* entre “rendas improdutivas” e o “bloqueio do desenvolvimento” como, através de uma classificação das mesmas, identifica, nos diversos contextos históricos, os distintos tipos de rendas responsáveis por tais bloqueios. É, aliás, relevante a sua contribuição não só para uma delimitação de partida do conceito de renda (improdutiva), identificando-a com a “obtenção de uma parte do excedente económico sem trabalho correspondente e sem participação na inovação e no desenvolvimento”, como também para uma definição alargada e em extensão do conceito, através da explicitação de uma ‘classificação das rendas’ (concebidas sempre como elementos de bloqueio do desenvolvimento). São assim nomeados como “tipos de renda”: a burocrático-militarista, a financeira ou monetarista, a de isolamento, a de integralismo religioso, a escravagista, a feudal, a fundiária, a corporativista, a de analfabetismo, a patriarcal, a colonial, ‘arrumáveis’ em três grandes categorias, a saber: rendas económicas, rendas sócio-políticas, rendas demográficas.

Esta classificação permite-nos abordar com mais comodidade e propriedade a problemática da formação de uma “mentalidade rendeira” (Beblawi: 1987) a partir de realidades não confináveis à plena implantação de um

específico modo de produção bem como à inserção histórica (e sua extroversão) das diferentes sociedades na economia-mundo.

1.4. A *rentier-theory*

A moderna teoria rendeira, ou a *rentier-theory*¹³, foi estruturada a partir dos trabalhos pioneiros de Mahdavy¹⁴ e de Beblawi e Luciani (1987). Ela foi objecto de aprofundamento num passado mais recente por parte de diversos autores, nomeadamente Sid Ahmed (2000: 501-21).

Tendo como objectivo essencial o estudo global e evolução da economia e da sociedade onde o fenómeno rendeiro é predominante, ela retorna aos clássicos essencialmente em relação a dois tipos de abordagem:

- À distinção entre “earned” e “unearned income”¹⁵
- Ao enfoque macroeconómico:
 1. Consequências a nível do funcionamento global da economia e da própria sociedade
 2. Consequências a nível da super-estrutura, a nível institucional, bem como a nível da própria natureza do Estado

A *rentier-theory* constitui não só um paradigma interpretativo das sociedades de predominância rendeira como consubstancia ainda um instrumento de análise da sua inserção na economia-mundo e nas relações internacionais: alicerça-se a partir do conceito de “rendas externas ou recursos exógenos” (Cottenet 2000: 523)¹⁶, concebíveis como uma simbiose de “unearned incomes” (Yates, 2000: 20) e “windfall resources” (Cottenet, 2000: 524).

O conceito de *economia rendeira* deve ser entendido a partir da contraposição entre a economia nacional e ‘o exterior’, do qual a economia rendeira depende em termos de percepção de uma parcela de uma renda

¹³ Cfr. Yates (1996: 11-17).

¹⁴ “The patterns and problem of economic development in rentier states”, in M.A. Cook (ed.), *Studies in the Economic History of the Middle East from the Rise of Islam to the Present Day*, Oxford, Oxford University Press, 1970: p.428-467.

¹⁵ Cfr. Yates (1996: 20).

¹⁶ Em referência a Shafik, N., *La Dolce Vita and the open door: the foreign exchange*, The World Bank, 1990.

globalmente gerada e repartida. Tratam-se assim de recursos exógenos, recursos esses que constituem rendas.

El Beblawi (1987: 51-2) define *economia rendeira* a partir de quatro elementos essenciais, a saber:

- A predominância das rendas na globalidade da economia
- A externalidade das rendas (predominância das rendas externas)
- Uma economia em que “poucas pessoas estão engajadas na criação da renda (riqueza), estando a maioria implicada na sua distribuição ou na sua utilização”.
- Uma economia onde “a criação de riqueza centra-se em torno de uma pequena fracção da sociedade”.

Por outro lado, tal como referido, o conceito de *recursos exógenos* foi apresentado Shafik (1990), inserido num estudo elaborado pelo Banco Mundial em que se procedeu, à análise das consequências, na economia do Egipto, da percepção de tais recursos. São aí identificados, como *recursos exógenos*, os “recursos não ligados à produtividade da mão-de-obra egípcia, empregue na agricultura, na indústria ou nos serviços, e que não estão sob controlo directo dos decisores políticos”.

Em resumo, parece ser agora possível, no presente contexto, identificar ‘renda’ ou ‘unearned income’ como *o acesso a proveitos que não resultam da remuneração de factores de produção (capital e trabalho), voluntariamente empregues numa lógica de maximização da sua produtividade*.

Assim, a aplicação de força de trabalho numa base de ‘produção extensiva’ e em contextos de tendencial ‘não remuneração’ (nomeadamente, a aplicação de trabalho escravo, semi-escravo e/ou forçado), constituirá, historicamente, uma das formas privilegiadas de geração de rendas e de criação de economias rendeiras.

Desta forma, com base no entendimento supra sobre o conceito de renda e tendo presente a concepção de “rendas externas” como sinónimo de “recursos exógenos” ou ainda de “*windfall resources*”, parece ser possível agregar uma

contribuição adicional visando um mais rico e integral conteúdo da própria definição de “economia rendeira”.

A sua base material de funcionamento residirá no que designaremos de ‘unearned windfall incomes (resources)’, circunstância que se revelará como um factor particularmente destrutivo quer da sua própria base material quer a nível institucional e super-estrutural.

2. Da extroversão como processo. O paradigma da estratégia da extroversão.

A realidade sistémica que constitui a economia-mundo capitalista implica que o todo, um espaço hierarquizado e integrado, adquira a sua lógica de existência e de funcionamento em função de um núcleo de gravidade, o(s) “centro(s)”, o qual constitui o elemento de referência, a razão lógica dos fenómenos e processos concernentes ao sistema, relegando para a condição de epifenómenos os que, de forma acessória e decorrente, dizem respeito isoladamente à(s) periferia(s).

As periferias não ‘existem em si’: existem em função da sua interligação sistémica com o centro de um espaço hierarquizado. E é ao conjunto de processos decorrentes desta integração sistémica, dependente, das periferias, que qualificaremos de *extroversão*.

Evidentemente que a extroversão assume vários aspectos: económico, cultural, político, etc.

No domínio económico, ela expressa-se nomeadamente por uma hipertrofia do sector externo desconectado do tecido económico e social interno, suportada por um sector exportador cuja competitividade é determinada por uma “utilidade sistémica” definida e plasmada numa “divisão internacional do trabalho”. Expressa-se igualmente numa forma específica de acumulação (extroversão da acumulação) cuja lógica conduz à concentração, no centro, do processo global de acumulação. Este processo acarreta um fenómeno de drenagem (fluxo líquido) de capitais das periferias para o centro. Expressa-se ainda numa forma particular de “desenvolvimento” (“desenvolvimento

extrovertido” ou, mais rigorosamente, na sua negação), o qual pode induzir um “crescimento” nas periferias na exacta medida das necessidades e da lógica de evolução do sistema, cristalizando-as, eventualmente, em patamares qualitativa e hierarquicamente diferenciados.

Como se constatará, o conceito de extroversão remete-nos para uma construção conceptual intimamente correlacionada com a noção de renda.

A extroversão, como processo, traduz-se por uma deslocação do centro de gravidade e de referência de uma sociedade para o exterior de si própria, quer ao nível conceptual como da praxis.

Assim, o movimento histórico de uma sociedade é concebido como extrovertido se e quando em contraposição a um desenvolvimento endógeno. Este, por sua vez, só terá lugar se em resultado da evolução imanente das suas componentes estruturais internas, isto é, em função de si próprio (ou seja, em função do seu desenvolvimento *tout-court*).

Neste contexto, são múltiplos os aspectos (as dimensões) assumidos pela extroversão, os quais dizem respeito obviamente aos domínios político, social, cultural, institucional, económico, etc.

Por outro lado, o próprio conceito de sociedade rendeira, intimamente correlacionado com a ideia de desenvolvimento de uma modernidade centrada na captação de rendas externas e na subalternidade dos processos produtivos internos, traduz-se no facto de ela, sociedade rendeira, directa e automaticamente conduzir ao que já se tornou habitual qualificar de “desenvolvimento extrovertido”¹⁷.

Este, o “desenvolvimento” (extrovertido) consubstancia-se num processo originado e sedimentado numa dupla vertente, a qual constitui o verso e o averso de uma mesma realidade: por um lado, a ‘imposição’, o constrangimento externo, resultante de uma forma de inserção na economia-mundo (através de específicas e hierarquizadas modalidades de integração na divisão internacional do trabalho); por outro lado, a ‘adaptação interna’ viabilizadora e potenciadora de

¹⁷ Cfr. Norro (1998: 20-4).

um maior e mais eficaz processo de criação/captação de rendas externas geradas por tais contextos de dependência.

O paradigma da estratégia da extroversão (Bayart, 2000: 217-267) consiste justamente nesta grelha de leitura que nos permite interpretar os processos internos de maximização das rendas externas através de uma apropriação e reforço dos mecanismos de dependência.

3. Da periferização como resultado de uma forma de inserção na economia-mundo capitalista

Wallerstein (1990: 25) refere que “Foi nos finais do século XV e princípios do século XVI que apareceu aquilo a que podemos chamar uma economia-mundo europeia”. Trata-se de uma entidade económica (e não política como os impérios) que constitui “uma espécie de sistema social” a qual assume a qualidade de um “sistema «mundial», não porque contivesse todo o mundo, mas porque era mais lata do que qualquer unidade política juridicamente definida [...] A Europa não era a única economia-mundo na altura. Existiam outras. Mas somente a Europa embarcou no padrão de desenvolvimento capitalista que lhe possibilitou ultrapassar essas outras” (Wallerstein, 1990: 25-27).

Esta via de desenvolvimento capitalista, “o capitalismo histórico”, cujo processo de implantação se confunde com o próprio devir da economia-mundo europeia a partir do Séc. XVI incorpora, como elemento fundamental e na decorrência da “procura em si da acumulação ilimitada do capital [...], uma forma expansiva da divisão internacional do trabalho que [...] se tornou mais e mais extensiva no duplo aspecto geográfico e funcional, ao mesmo tempo que se vincava o seu conteúdo hierárquico. Esta hierarquização do espaço decalcada na estrutura dos processos produtivos conduziu a uma polarização cada vez maior entre zonas centrais e zonas periféricas da economia-mundo, não somente a nível da repartição das riquezas [...] mas também e sobretudo a nível da própria dinâmica da acumulação do capital” (Wallerstein, 1985).

É que a “polarização [que] é uma lei imanente da expansão mundial do capitalismo” (Amin, 2000; 70)¹⁸, constitui ainda uma constatação empírica prenhe de consequências, nomeadamente para a África Sub-sahariana.

Importa assim ressaltar que a actual economia-mundo capitalista é:

- Um sistema, social e económico
- Um espaço económico, tendencialmente alargado ao mundo, em que as formas de produção capitalistas coexistem com ‘bolsas’ não capitalistas, integrando-as, contudo, no sistema
- Um espaço hierarquizado e polarizado, de configuração espacial variável¹⁹, sendo-lhe inerente uma divisão internacional do trabalho

Situemo-nos, entretanto, no campo da análise histórica e da constatação empírica.

O elemento determinante da posição hierárquica na pirâmide definida pela divisão internacional do trabalho é o *tipo de bens e serviços que cada país é capaz de oferecer num contexto competitivo*, isto é, para os quais assuma vantagens competitivas. A base da pirâmide é constituída pelos países em que predomina a exportação de bens e serviços com um maior coeficiente de trabalho e recursos. O seu topo integra os Estados cujas exportações típicas consistem em produtos com um maior coeficiente de incorporação de capital e tecnologia, resultante de um maior desenvolvimento científico e técnico.

Está assim em causa uma certa forma de especialização dos diversos países a qual, pelos resultados da sua integração na pirâmide definida pela divisão internacional do trabalho, assumirá ou não a qualificação de “*especialização desigual*” (Elsenhans, 1991: 47). A *especialização desigual* corresponderá assim a uma predominância das produções com uma menor intensidade de capital, designadamente produtos básicos com incipiente transformação.

É sobre este tipo de produtos, nomeadamente sobre os produtos manufacturados com mais fraca incorporação de capital e tecnologia, que é

¹⁸ Amin (2000: 70) justifica que o simples facto de “o modo de produção capitalista [supor] um mercado integrado tridimensional (de mercadorias, capital e trabalho)” e de “na sua expansão [do capitalismo mundial] o mercado mundial [ser] bidimensional”, “basta por si só para gerar uma inevitável polarização, cujo mecanismo [é] cumulativo”.

¹⁹ A hierarquização não é imutável, no tempo: ela é determinada pela evolução da utilidade sistémica.

possível constatar um declínio, no tempo, das relações de troca com os restantes produtos manufacturados²⁰.

Por outro lado, o tipo de bens e serviços citado, isto é, assegurador de vantagens competitivas no comércio internacional, *não é inócuo em termos de desenvolvimento*. Esta é a questão fundamental. E é este um ‘equivoco’ de David Ricardo ao assumir a teoria das vantagens comparativas (justificando o livre comércio) em termos estáticos, isto é, ignorando que o desenvolvimento de cada país implicava um processo de alteração conducente a novas vantagens comparativas.

É que *os sectores não são todos iguais em termos de indução do desenvolvimento*. Pelo contrário, são as actividades estruturantes, capazes de produzir valor acrescentado interno e dinamizadoras do tecido económico doméstico, indissociáveis do fortalecimento do mercado nacional, as únicas viabilizadoras do ‘desenvolvimento’. Não há ‘desenvolvimento’ sem ‘internalização’.

O simples sistema de criação/captação de rendas externas, por si, não induz o desenvolvimento. Pelo contrário (como veremos), a *rentier-theory* apetrecha-nos com o instrumental teórico que nos permite concebê-lo como criador de *uma modernidade bloqueadora do desenvolvimento*.

Implicando o desenvolvimento uma crucial alteração da “especialização desigual” de partida – determinada esta por circunstâncias históricas que se confundem com o fenómeno colonial e com o seu ulterior desenvolvimento – importa discernir sobre a lógica sistémica ‘permissiva’ da mudança – assim como, evidentemente, sobre as condições internas (mais adiante analisadas), viabilizadoras ou impulsionadoras da mudança – ambas, em interacção dialéctica, e, por conseguinte, inseparáveis.

Se, “no curto prazo, a especialização do Sul em matérias-primas minerais e agrícolas é consistente com a distribuição das vantagens comparativas nos custos” (Elsenhans, 1991: 47-8) e se a actual economia mundo capitalista

²⁰ Cfr., a este respeito, ONU (CNUCED, 2001: 30-36).

abrange hoje tendencialmente o planeta²¹, parece lícito concluir-se que uma nova distribuição das vantagens comparativas de custos tem, num novo interesse sistémico, uma alavanca fundamental – se mantidas as premissas do livre-cambismo e da liberalização das economias, no seu estado ‘puro’.

É que tal interesse sistémico tanto pode resultar de imperativos de carácter geo-estratégico (históricos ou actuais) como de uma alteração das condições directamente do domínio económico.

As experiências históricas em que tais ‘alterações’ se verificaram – nomeadamente no leste da Ásia e na América Latina – demonstram que:

- Só foram possíveis em contextos de um impulsionador e instrumental *proteccionismo esclarecido (em absoluta obediência a imperativos de produtividade e de competitividade)*, suportados por uma *forte, esclarecida e incisiva intervenção do Estado*²².
- Tais experiências foram essencialmente toleradas (ou até protegidas) em contextos geopolíticos específicos e em momentos históricos determinados, mormente co-relacionados com a Guerra-Fria²³.
- Para além dos citados contextos geopolíticos específicos, o processo de acumulação de capital no(s) centro(s) aliado ao progresso tecnológico tenha aí determinado o aparecimento de novas exigências de especialização, e conseqüentemente, um ‘abrir de mãos’ necessário de algumas actividades doravante ‘deslocalizadas’ para as periferias com maior aptidão circunstancial²⁴.

²¹ O que não significa, a universalização do sistema capitalista a todas as economias do mundo, como atrás foi referido. O que está em causa é a inserção planetária num sistema global que é a economia-mundo capitalista.

²² Cfr. Hunt (1989: 321): “Na realidade [Taiwan e a Coreia do Sul] experimentaram várias formas de intervenção do governo na economia, incluindo uma fase inicial de industrialização por substituição de importações, enquanto as exportações foram também activamente promovidas pelo sector público, especialmente na Coreia do Sul [...].Entretanto, tanto o Brasil como o México promoveram indústrias de substituição de importações que, subseqüentemente, à medida em que ganharam eficiência, tornaram-se exportadoras de sucesso (*tal como ocorreu nos Estados Unidos e na Alemanha Ocidental no século XIX, e no Japão no século XX*)” [o sublinhado é nosso].

²³ Nomeadamente em países do leste da Ásia, como forma de “contenção do comunismo”. Os exemplos mais salientes são, notoriamente, a Coreia do Sul e Taiwan. A protecção referida efectivou-se, também, através da concessão de “ajuda pública ao desenvolvimento”, esta ainda hoje objecto de afectação, aos diversos países, através de critérios de conveniência política determinados por interesses geo-estratégicos.

²⁴ “A polarização [que] aparece na sua forma moderna com a divisão do mundo entre países industrializados e países não industrializados [...] desvanece-se pouco a pouco, com a industrialização das

A lógica e o interesse sistémico ‘balizam’ assim a evolução da divisão internacional do trabalho, condicionando o processo de desenvolvimento. Uma menor utilidade sistémica induz, tendencialmente, uma cristalização da especialização (desigual) de partida a qual, conduz a perdas aprofundadas de utilidade sistémica – esta, cada vez mais ligada a uma maior intensidade de incorporação de capital. Tratar-se-á, neste caso, de um aprofundamento da periferização, mas não de marginalização.

É o caso da África Sub-sahariana (quando globalmente considerada), profundamente ligada e dependente – portanto não marginalizada – à economia mundo²⁵, mas relegada a uma crescente inutilidade sistémica por força da cristalização da sua especialização²⁶.

Trata-se, neste caso, de uma “quarto-mundialização”²⁷, por integração no conjunto das periferias em processo de decrescimento de utilidade sistémica²⁸.

4. Do conceito de Estado rendeiro como elemento fundamental da economia rendeira

O Estado rendeiro pós-colonial na África Sub-sahariana é um produto da historicidade das suas sociedades, da sua extroversão, da sua inserção na economia-mundo.

periferias, enquanto o critério de polarização se desloca para outros terrenos. [...] A industrialização periférica pode tornar-se uma espécie de sistema moderno de *putting out* (de encargos), controlado pelos centros financeiros e tecnológicos. [...] O monopólio dos centros sobre a actividade industrial se transfere para o controlo das tecnologias, das finanças e do acesso aos recursos naturais” (Amin, 2000: 71-4).

²⁵ Note-se que é crescente o peso da soma das suas importações e exportações no respectivo PIB, o que evidencia uma crescente ligação ao comércio internacional, circunstância incompatível com a noção de “marginalização”. Trata-se, contudo, de uma crescente integração com periferização.

²⁶ No que diz respeito à África Sub-sahariana, os interesses geo-estratégicos do Ocidente durante a Guerra-Fria traduziram-se no apoio de regimes retrógrados como, por exemplo, o Zaire de Mobutu. Aqui a lógica traduziu-se numa mais leonina repartição das rendas provenientes da exploração de recursos naturais, estratégicos para o Ocidente, como contraparte do apoio recebido. Trata-se de algo absolutamente distinto, com distintas raízes e percursos históricos – nomeadamente a nível da natureza do fenómeno colonial – do verificado no leste da Ásia. Cfr., a este respeito, Amin (2000: 239-242).

²⁷ Convirá referir, a este propósito, a evolução das percentagens correspondentes à participação da África Sub-sahariana no comércio internacional, de acordo com ONU (CNUCED, 2001: 26). Assim, o peso das suas exportações no conjunto das exportações mundiais, evoluiu de 2.5% em 1980 para 1.2% em 1990 e para 0.9% em 1999. No que diz respeito às importações, o peso da África Sub-sahariana no conjunto das importações mundiais evoluiu de 2.1% em 1980 para 1.1% em 1990 e para 1.0% em 1999.

²⁸ Cfr. Amin (2000: 72-7, 240-4).

Como veremos, a África Sub-sahariana enfrentou o fenómeno colonial numa fase de desintegração dos seus “modos de produção comunitários”, isto é, em plena fase de produção de desigualdade social, económica e política, consubstanciada na emergência de uma classe dominante. Trata-se, ao fim ao cabo, da transição e da afirmação de um “modo de produção tributário [...] caracterizado pela apropriação de uma parte substancial do produto excedente da sociedade por uma classe-Estado, centralizado (‘funcionários’, soldados)” (Elsenhans, 1991: 42). Voltaremos a esta questão no Capítulo II.

Importa, no entanto, e desde já, referir que a extracção/acumulação do excedente económico por parte da classe dominante emergente, no contexto do modo de produção tributário, jamais foi efectivada por uma ‘exploração’ da força de trabalho no seio da própria linhagem, mas sim através da exploração de trabalho escravo em outras linhagens, da apropriação dos mecanismos de controlo e dos proveitos do comércio inter-regional e de longo curso ou de guerras de conquista (razzias).

Esta ausência da extracção ‘interna’ de excedente económico moldou, de forma profunda, a base de ‘encaixe’ do fenómeno colonial, conferindo-lhe a qualidade de substrato consistente de implantação e de desenvolvimento da sua lógica rendeira.

O Estado predador colonial, por lógica própria, paradigmaticamente expressa nos modelos de comércio internacional *vent-for-surplus*, adaptou a sua filosofia de actuação à integração de tais elementos, potenciando-os através de instrumentos específicos de inserção na economia-mundo.

O Estado predador colonial constituiu, através dos seus objectivos, uma forma específica de Estado rendeiro: no domínio económico, a especialização que lhe é própria, centrou-se na produção de bens para abastecimento das metrópoles, nomeadamente os produtos primários para satisfação da indústria emergente do seu sistema capitalista nascente e pujante; a base de expansão da agricultura foi ‘extensiva’; a mão-de-obra escrava, semi-escrava ou sujeita a trabalhos forçados, viabilizou a produção numa base de tendencial ausência do imperativo da produtividade; a ausência deste imperativo induziu, por sua vez,

uma tendencial não consideração da noção capitalista de ‘remuneração dos factores de produção’. O sector moderno da economia foi assim enxertado na formação social local através de uma lógica rendeira, a qual se tornou dominante. Os processos de *rent-seeking* assumiram então uma expressão generalizada, o que melhor viabilizou a assunção dos objectivos do Estado colonial: a satisfação de uma procura situada na Europa, a maximização da captação das rendas geradas. Os processos de *rent-seeking* passaram a ter um papel crescente nos sistemas de drenagem do excedente económico gerado e, ao mesmo tempo, determinaram uma decisiva ‘inflexão’ nos processos de formação de preços internos e nas políticas de rendimentos (como veremos oportunamente).

O Estado pós-colonial insere-se nesta lógica.

A falência do desenvolvimentismo traduziu-se na continuidade de uma especialização económica (da produção interna, de inserção na divisão internacional do trabalho) que manteve imutável ou aprofundou ainda a lógica rendeira do Estado colonial, dando-lhe uma expressão mais marcante em situações de crise.

Os estudos já realizados sobre a concepção de Estado rendeiro²⁹ a partir da análise de Estados predominantemente exportadores de petróleo permitem-nos, de forma cómoda, dispor de um paradigma de análise de aplicação geral aos Estados da África Sub-sahariana, desde que salvaguardadas as proporções e nuances determinadas pelas diversas formas de integração na ‘pirâmide rendeira’ que propomos no Cap. III: Petro-States, Mining-States, Estados de predominância rendeira baseada num sistema de agricultura extensiva.

O Estado é uma entidade com um papel crucial no contexto da economia rendeira. Ele é o elemento receptor das rendas externas e o decisor/organizador do seu processo de injeção/afecção no conjunto da economia. Ele é assim o intermediário entre o ‘exterior’ e a economia. Sem esta intermediação, não há economia formal porque não há circulação da renda.

²⁹ Cfr., nomeadamente, Mahadavy (1970), Beblawi & Luciani (1987). A aplicação deste instrumental à África Sub-sahariana, contendo um estudo de caso relativo ao Gabão, encontra-se em Yates (1996).

O Estado, detentor desta função capital, torna-se uma entidade especial: o Estado rendeiro. Tal função confere-lhe uma natureza especial.

Beblawi (1987: 51-2) concebe o Estado rendeiro a partir da economia rendeira e como um seu subconjunto:

- Economia onde “predominam situações de renda”
- Economia que repousa em rendas externas substanciais – “a externalidade da origem das rendas é crucial para o conceito de economia rendeira”
- “Num Estado rendeiro – como caso especial da economia rendeira – somente poucos estão engajados na geração desta renda (riqueza), estando a maioria somente envolvida na sua distribuição ou na sua utilização. [...] Uma economia rendeira é assim uma economia onde a criação de riqueza está centrada numa pequena fracção da sociedade”.
- “Num Estado rendeiro o governo é o principal receptor da renda externa na economia [pelo que] somente poucos controlam a renda externa”.

O Estado rendeiro, gerador e suporte da economia rendeira tem, como referido anteriormente, uma natureza específica o que, obviamente, constitui um elemento crucial para conferir ao Estado típico da África Sub-sahariana uma natureza peculiar.

Beblawi e Luciani (1987: 4,5) identificam a natureza do Estado a partir da “combinação de indicadores essenciais que definem o relacionamento entre o Estado e a economia”. São quatro as dimensões fundamentais que determinam tal natureza:

- “1. O tamanho do Estado relativamente à economia é medido pelo rácio da despesa do Estado em relação ao PIB.
2. As fontes e a estrutura das receitas do Estado.
3. O destino da despesa do Estado.
4. As leis e regulamentos que afectam a vida económica.”

Em particular, as fontes e a estrutura das suas receitas são determinantes do carácter específico do Estado rendeiro, nomeadamente das suas funções predominantes.

O Estado rendeiro passará assim a ser identificado através do “rácio entre as receitas obtidas internamente e as receitas obtidas do exterior. [...] É essencial que as receitas do Estado não só tenham a natureza de renda, mas que também sejam obtidas do exterior; se elas fossem obtidas internamente, a natureza do Estado seria substancialmente afectada” (Luciani, 1987: 68-9).

O Estado rendeiro constitui assim um “Estado exotérico”, ou seja, um “estado baseado, predominantemente, em receitas obtidas directamente do exterior”, em contraposição ao ‘Estado isotérico’ – “predominantemente baseado em receitas e impostos domésticos” (Luciani, 1987: 69).

O Estado ‘exotérico’ permite-lhe assim um amplo grau de autonomia em relação à economia e à sociedade. Ele detém uma larga independência em relação às fontes de financiamento domésticas, o que lhe confere uma possibilidade de divórcio no que concerne ao efectivo desenvolvimento da economia doméstica, não baseada em rendas externas. Ao autonomizar-se da necessidade de imposição fiscal em relação aos seus cidadãos, ele adquire uma independência política que o torna ‘imune’ ao seu controle e à sua capacidade de reivindicação, aliás já praticamente erodida pelo sistema redistributivo das rendas, próprio da economia rendeira.

Como se disse, as fontes e a estrutura das receitas do Estado são elementos caracterizadores da sua natureza e determinantes, por consequência, das suas funções predominantes.

Assim, o Estado exotérico é igualmente, um “Estado de afectação”, em contraposição ao “Estado de produção”, cuja função predominante consiste no desenvolvimento da economia doméstica e não numa mera re-afectação de recursos.

Embora não exista uma fronteira a partir da qual um Estado seja inequivocamente classificado como “de afectação”, Luciani (1987: 70) identifica-o como aquele “cujos rendimentos derivam predominantemente (mais de 40 por cento) do petróleo ou de outras fontes externas e cuja despesa constitua uma parte substancial do PIB”.

Sendo o Estado de afectação o elemento receptor das rendas provenientes do exterior bem como a entidade que, por esta via, ‘irriga’ a economia, a sua função primeira e capital, no contexto da política económica, será a da realização da despesa pública. Esta função decorre da necessidade de uma forma específica de reprodução da economia em subordinação a um modo concreto de redistribuição do rendimento – leia-se das rendas. A realização da despesa pública em patamares, sucessivamente superiores, é uma lei essencial do Estado de afectação. É uma emanção da sua ‘função de drenagem’, inclusive em relação ao sector privado. A afectação de tal despesa às diversas aplicações alternativas terá um efeito fundamental na condução da estratégia de desenvolvimento seguida, sendo certo que “a estrutura da despesa é função da estrutura da receita” (Beblawi e Luciani, 1987: 8).

Tal como Sid Ahamed (2000: 507-8) justamente remarcou, uma vez instalada a lógica rendeira no seio da economia e da sociedade e uma vez tornado predominante um comportamento geral de *rent-seeking*, o sector privado integra-se de forma ‘natural’ nesse comportamento: “o Estado torna-se o instrumento e não o agente desse comportamento ‘natural’ do sector privado”, pelo que resultam, como inúteis e perversas, as consequências das políticas de liberalização e de acumulação privada visando o desenvolvimento económico (como veremos, em mais pormenor, no Cap. III).

Importa por agora ressaltar que, no contexto da economia rendeira, o Estado, a economia e o sector privado constituem o verso e o anverso de uma mesma realidade, numa teia de relações institucionais ou subterrâneas – onde o ‘público’ não se distingue do privado – vulgarmente promíscuas, subordinadas a processos e imperativos próprios de um sistema redistributivo das rendas não enquadráveis no conceito de remuneração de factores.

Esta realidade molda ainda a própria essência do Estado conferindo-lhe uma natureza também subterrânea, expressa na existência de grupos e redes de interesses que, no seu interior e através de conflitos faccionais definem, em cada momento e no contexto de relações de força concretas, as modalidades de

repartição das rendas. Nesta acepção, o “Estado-Rizoma” de Bayart (1989: 270-80) é um Estado rendeiro.

Seja como for, é essencial não restringir o Estado rendeiro ao Estado exportador de petróleo: este constitui somente a sua expressão mais visível, mais paradigmática. O Estado rendeiro admite assim nuances, essencialmente de acordo com o tipo de rendas externas que recebe: daí a nossa proposta de concepção de uma “pirâmide rendeira” (ver Cap. III) e, nessa esteira, a própria concepção de El-Beblawi (1987: 59-60) de um “Estado semi-rendeiro sem petróleo”,³⁰.

De igual modo, “a evidência empírica indica que os sectores de exportação de produtos primários da economia africana têm sido a fonte convencional fundamental das receitas do Estado” (Frimpong-Ansah, 1991:13). Por isso mesmo, o Estado típico da África Sub-sahariana é um Estado basicamente dependente de recursos exógenos pelo que, ponderadas as diversas nuances determinadas pelas diversas fontes de rendas externas e pelos distintos graus de dependência de tais recursos, este configura a categoria de Estado rendeiro.

As crises das economias rendeiras acarretaram – ali onde se verificaram – crises profundas de insuficiência de receitas fiscais o que, aliado à incessante avidez de acréscimo das despesas públicas própria da economia rendeira determinaram, ou uma alteração qualitativa no tipo de rendas externas mobilizáveis ou – quando factível – uma maximização da imposição fiscal, elevando-a a níveis extremos, inclusive em relação ao próprio sector exportador o que, bastas vezes, prejudicou gravemente o seu desenvolvimento ulterior. Refira-se, no primeiro caso, o re-direcionamento da obtenção de rendas externas para uma nova modalidade, a ‘ajuda externa’, a qual, em relação a alguns países, passa a assumir um peso determinante, como se verá adiante; na segunda vertente, está em causa a transmutação do Estado rendeiro, de Estado predador

³⁰ Trata-se de Estados basicamente sujeitos a uma mesma lógica rendeira, inclusive a “uma forma similar de redistribuição doméstica dos rendimentos”, porém não dependentes da exportação de petróleo – tal como os seus vizinhos Estados rendeiros.

colonial (ou da sua continuação já na fase pós-colonial), para “Estado vampiro” (Frimpong-Ansah, 1991: 48).

5. Da lógica de funcionamento, dos mecanismos e processos da economia rendeira

A abordagem do funcionamento, dos mecanismos e processos próprios da economia rendeira implica a prévia explicitação de algumas circunstâncias capitais:

- A consolidação e aprofundamento do carácter rendeiro e extrovertido nas economias e nas sociedades da África Sub-sahariana, na fase pós-colonial, coincide com o agudizar do processo interno de acumulação económica.
- A economia rendeira não pode ser analisada estaticamente, mas sim na múltipla alternância de períodos de euforia (*booms*) seguidos de crises, mais ou menos profundas. Daí o seu carácter cíclico. E cada período de euforia produz sequelas não reversíveis, isto é, inibidoras de uma ulterior moldagem do sistema aos períodos de crise. Daí a sua vulnerabilidade acrescida.
- Na economia rendeira o Estado, na sua dupla vertente ‘administrativa’ e ‘empresarial’, é o elemento receptor das rendas externas bem como da sua ulterior afectação e “reciclagem” na ‘economia’ (Abdel-Fadil, 1987: 86).
- Uma vez instalados os processos próprios do funcionamento da economia rendeira, produtos geradores de rendas externas (nomeadamente do sector mineiro) eventualmente não sujeitos à percepção dos correspondentes *windfall resources* pelo ‘canal único’ do Estado, têm um efeito particularmente desestabilizador na economia. Os seus detentores, em interligação ou não com entidades do Estado (neste caso de forma não institucionalizada e podendo actuar sob uma capa de ‘legalidade’), largamente detentores de uma ampla faixa do poder económico, constituem-se em grupos de pressão especulativa que, no processo geral

de *rent-seeking* e actuando de forma coordenada com o exterior, constituem factores inviabilizadores da estabilidade macroeconómica. A sua actuação pode, inclusivamente, assumir contornos de criminalidade económica e não só.

- As rendas produzidas pelo sector rendeiro são objecto de uma prévia ‘repartição’, no contexto de um sistema internacional de repartição de rendas, específico para cada produto e definido, em cada momento, por relações de força negocial. Só uma fracção, portanto, é recebida pelo Estado rendeiro e, ulteriormente, alocada e reciclada.

Dado o carácter predominante das rendas externas na economia rendeira e sendo tais recursos afectados pelo Estado ao conjunto da economia, a política económica perseguida assume um papel realmente determinante.

Assim, em períodos de *boom* – originados por incrementos circunstanciais dos preços dos produtos exportados – assiste-se a uma entrada ‘anormal’ de *windfall resources*.

A presença de tais recursos em moeda externa – porque obtidos de forma usualmente ‘inesperada’ e à margem do esforço nacional, da economia doméstica – origina não só um *boom* das importações (viabilizadas por ‘abundantes’ divisas) mas, também, um relaxamento nos critérios de efectivação das despesas do Estado, nomeadamente em moeda externa.

Entretanto, a monetarização dos excedentes da balança comercial resulta numa expansão dos meios de pagamento internos, completamente ‘desligada’ da evolução da economia doméstica. Tal expansão dos meios de pagamento origina, via de regra, um relaxamento sobre a política cambial bem como inevitáveis pressões inflacionistas, do que resulta uma revalorização da taxa de câmbio real, dando lugar ao desenvolvimento (ou aprofundamento) da chamada “doença holandesa”³¹.

Vários autores insistem que o mecanismo de desencadeamento – ou desenvolvimento – da doença holandesa, não se situa na esfera ‘puramente económica’ (nomeadamente Karl, 1997: 5-12).

³¹ Cfr., a este respeito, Cottenet (2000: 524-6), Yates (1996: 26-8) bem como Sid Ahmed (2000: 504-7).

Realmente parece que assim é. É que se assim não fosse, seria relativamente ‘fácil’, através da política económica e de forma profilática, aplicar as contra-medidas necessárias e suficientes ao desencadeamento e desenvolvimento da patologia. É que a esfera de constrangimento se situa predominantemente nos domínios político e social.

A economia rendeira tem uma base histórica, como veremos. Ela é, em grande medida, um produto da história. Os Estados pós-coloniais da África Sub-sahariana, não só ‘herdaram’ sociedades com uma lógica rendeira predominante como aprofundaram-na. O recurso à extroversão é um factor essencial do aprofundamento da lógica rendeira. As rendas propiciadas pela extroversão são um instrumento poderoso no processo de criação e desenvolvimento da desigualdade política e social, o qual coexiste e se agudiza com o nascimento do Estado pós-colonial. E aqui, o campo económico passa a ser um elemento instrumental do político e do social.

O poder político é legitimado, num contexto rendeiro, pela capacidade de redistribuição das rendas³². E este processo, porque alheio a uma lógica de remuneração de factores de produção, é altamente concentrador da renda.

A legitimação do poder, num contexto de criação ou de desenvolvimento da desigualdade política, económica e social³³ e no seio de uma economia rendeira só pode efectivar-se:

- Pela maximização dos níveis de renda a distribuir, o que significa, uma realização de despesa do Estado, nos limites impostos pela disponibilidade das rendas.
- Pela redistribuição por uma “classe rendeira”, suporte do poder político, numa lógica de concentração crescente.

Os défices de legitimidade só podem ser compensados por acções visando uma mais ampla redistribuição (nomeadamente através de subsídios ou da ilusão do controle de preços) e pelo mito de que estão a ser perseguidos os objectivos ‘do desenvolvimento’. O Estado rendeiro é assim, tendencialmente, um ‘Estado

³² Cfr., a este respeito, Chabal & Dalloz (1999: 12), ao referir “a redistribuição, chave da legitimação do poder”.

³³ Cfr Bayart (1989: 146-153).

desenvolvimentista’ que, na sua lógica de extroversão, persegue o ‘desenvolvimento’ como uma modernização alicerçada numa base rendeira: luta por mais “justas” cotações dos produtos (rendas) mas é incapaz de ultrapassar a lógica rendeira. Os constrangimentos políticos e sociais não o permitem.

Meditemos sobre as implicações destes constrangimentos, a nível da condução da política económica.

Retornemos a um típico período de *boom*, situando-o no seu contexto histórico.

Os *windfall resources* recebidos, as tensões inflacionistas deles decorrentes – por efeito liquidez – bem como a função redistributiva do Estado rendeiro determinam, nessas circunstâncias, uma tipologia específica para os gastos do Estado.

O Estado é assim levado a divorciar as suas despesas correntes de imperativos de produtividade. Ao invés, há uma subordinação dos gastos ordinários do Estado aos ‘princípios redistributivos’, pelo que:

- O fundo salarial da função pública é primordialmente concebido como um poderoso elemento de redistribuição das rendas.
- Tanto os ‘subsídios’ como a ‘cobertura de prejuízos’ – ou outras despesas decorrentes de ineficiência – das empresas públicas, são primordialmente concebidos como formas de redistribuição do rendimento e como elementos de legitimação do poder.
- Pelos motivos indicados, tais despesas assumem um peso fundamental no conjunto das despesas ordinárias do Estado.

Por outro lado, a realização de projectos está ainda sujeita a imperativos similares:

- As divisas ‘abundantes’, a euforia resultante do processo inflacionista bem como o incipiente desenvolvimento das forças produtivas domésticas, torna viável o recurso à execução de projectos ‘de modernização’ com uma elevada complexidade tecnológica e uma alta intensidade de importação – e em relação aos quais serão certamente relaxados os critérios de selecção, em termos de rentabilidade efectiva e,

muito principalmente, em termos de *geração de relações intersectoriais e de emprego*.

- O alto retorno dos projectos no sector gerador de rendas faz com que uma parcela substancial das mesmas seja aí reinvestido, originando uma circulação substancial das mesmas em ‘circuito fechado’, o que faz diminuir, de forma drástica, os recursos afectáveis a ‘outros sectores’.
- A (permanente) necessidade de legitimação política do Estado rendeiro, através do mito da modernização, origina ainda a execução de projectos ‘de ostentação’, completamente desligados do imperativo de desenvolvimento endógeno, das forças produtivas. É que a aplicação de recursos nos diversos ramos da economia não é inócua em termos de desenvolvimento.

De igual modo, o já consolidado comportamento geral de *rent-seeking* torna praticamente ‘automática’ a afectação, à importação, dos *windfall resources*. Vejamos como.

Ao contrário do sucedido nos Países Baixos, a “doença holandesa”, como veremos, instalou-se nas formações sociais da África Sub-sahariana por um *processo de cristalização histórica*, lentamente consolidado desde os primórdios do colonialismo: não se registou aqui um súbito declínio dos sectores de bens transaccionáveis em resultado de uma repentina perda de competitividade. É que essa não competitividade, excepto para os produtos geradores de rendas externas, é um produto da história. Os episódicos contra-exemplos, as ‘experiências pontuais’ de desenvolvimento efectivo dos sectores de bens transaccionáveis restritamente verificáveis, essas sim, poderão ter sido objecto de actuação da doença holandesa, classicamente concebida, na decorrência da percepção de *windfall resources*³⁴. Mas, são excepções.

É que, já na fase colonial, as circunstâncias históricas determinaram a predominância da lógica rendeira, a instalação de um comportamento geral de

³⁴ Atente-se, por exemplo, ao caso específico de Angola, no período pós-independência. Quis a história que se registasse, em relação a este país, uma ‘peculiar’ – e ‘fatal’ – coincidência: que o início do período pós-colonial coincidissem com o advento do seu “Ciclo do Petróleo”.

rent-seeking, a atrofia dos sectores de bens transaccionáveis e a hipertrofia dos sectores internos de reciclagem das rendas externas, nomeadamente do comércio.

A ‘lógica da importação’ remonta ao período colonial. Ela entronca na extroversão. Por isso mesmo ela foi aprofundada na fase pós-colonial, tornando-se paradigmática nos Estados africanos exportadores de petróleo.

Já na fase colonial, o súbito reforço da percepção de *windfall resources* ocasionou vagas sucessivas e cíclicas de expansão dos meios de pagamento, resultantes:

- Da sua monetarização
- Da expansão descontrolada do crédito ao sector do comércio externo, como forma de viabilizar importações
- Dos défices resultantes do desequilíbrio das contas do Estado

A lógica aqui não resultou numa perda de competitividade. Existe ausência de ganhos de competitividade, uma cristalização da lógica rendeira.

A lógica da importação tornou-se ‘natural’ e as vagas sucessivas e cíclicas de expansão dos meios de pagamento – também imperativos de processos de acumulação de capital – tornaram-se instrumentos viabilizadores da sua efectivação.

A fase pós-colonial prossegue esta lógica e aprofunda-a:

a) O agravamento da perda de competitividade nos sectores de bens transaccionáveis resulta no seu declínio crescente e a reciclagem dos *windfall resources*, no contexto rendeiro vigente, processa-se nos ‘outros sectores’, viabilizadores de um maior retorno propiciado pela lógica de *rent-seeking*: essencialmente o sector financeiro, a construção civil, o imobiliário, os serviços (para além, evidentemente, dos próprios sectores rendeiros).

b) O “multiplicador rendeiro”³⁵ determina um efeito quase marginal do incremento do rendimento (das rendas) na economia doméstica. O seu efeito essencial reside na potenciação das importações e, por esta via, o reforço da dependência de ulteriores importações, num processo em espiral, cujo tecto se situa na disponibilidade em moeda externa.

³⁵ Cfr. Yates (1996: 32).

c) Nesta “economia de circulação” (Chatelus, 1987: 109-10), nas classes e camadas sociais receptoras das rendas externas profundamente afectadas pelo fenómeno da extroversão, instalam-se hábitos de um consumo de ostentação incompatível com o desenvolvimento das forças produtivas domésticas. Uma vez que tais classes e camadas constituem, pelo seu poder de compra, a faixa fundamental do mercado interno, o desenvolvimento de tal “consumo conspícuo” (Yates, 1996: 26) constitui um factor adicional e de grande peso no declínio dos sectores produtivos nacionais.

d) A permanente pressão exercida pelo consumo redundando numa permanente exiguidade da poupança nacional, o que constitui um dos mais sérios obstáculos ao desenvolvimento.

e) Generalizadamente, os processos de *rent-seeking* substituem as tímidas e pontuais ‘experiências’ no domínio dos sectores estruturantes da economia, designadamente após a erosão progressiva da sua competitividade, dando origem a uma igual erosão da incipiente implantação ‘do mercado’. Tal circunstância resulta num complexo e emaranhado processo de criação de rendas locais no seio da sociedade, generalizando o comportamento de *rent-seeking* o qual, adquire assim, o fórum de regra geral.

f) Acresce ainda o facto de, em tal contexto, a legitimação do poder se processar através da sua capacidade de redistribuição, do que resulta uma subordinação dos processos globais no seio da sociedade à criação de rendas que materializem tal redistribuição.

g) Quando isto acontece, a execução da política económica passa a estar subordinada a uma lógica de criação e redistribuição de rendas pelo que os processos de enxerto dos mecanismos de liberalização/desregulamentação económicos são então ‘apropriados’ e aproveitados em subordinação a tal lógica. A execução prática de tais mecanismos pode redundar, assim, em ‘resultados perversos’.

h) De igual modo – esta será talvez a questão capital – os processos predominantes de redistribuição das rendas originam uma geral ausência de remuneração por aplicação de factores de produção. O rendimento – as rendas –

torna-se fruto de circunstâncias extra-económicas, alheias ao mercado e ‘alheias ao esforço humano’: são ‘captadas’ por ‘punções’ efectuadas no processo global de circulação da renda. O comportamento generalizado de *rent-seeking* implica que o rendimento – a renda – não seja resultado da aplicação de factores. Através da ‘aplicação de factores’ o retorno é exíguo em relação ao sector rendeiro reciclado, pelo que se torna marginal e ‘anormal’: o imperativo do incremento da produtividade passa a ser assim estranho à economia e à sociedade, inviabilizando, de fato, o desenvolvimento.

Entretanto, a espiral da despesa pública potencia o endividamento interno e externo.

Da conjugação da já citada ‘necessidade’ de potenciação das despesas públicas surge, em períodos de *boom*, uma circunstância paradoxal: a percepção de *windfall resources* aliada à euforia de uma perspectiva de fartura, conduzem à realização de despesas em patamares superiores aos das rendas obtidas, pelo que se torna inevitável o recurso ao endividamento externo, tanto no que diz respeito ao endividamento público como privado (neste caso, se as circunstâncias o permitirem)³⁶. É que a euforia rendeira induz não só a ilusão de que os proventos ‘fáceis’ resultantes de previsíveis rendas futuras permitirão ressarcir os créditos obtidos como, por analogia com o sector interno, inflacionado de crédito malparado, é-se conduzido à presunção de que se tornará factível ‘contornar’ eventuais situações de não pagamento.

Internamente, a potenciação dos gastos do Estado em momento de euforia redundava em despesas superiores às receitas, sendo o défice coberto por emissão monetária ou por incremento da dívida pública interna.

Nos períodos de crise o endividamento é ainda um fato, agora por insuficiência de rendas, inclusive para ressarcir as dívidas já contraídas. O processo torna-se assim, cumulativo.

³⁶ Foi esta uma das causas do agudo endividamento na África Sub-sahariana nas décadas de 70 e 80 do Século XX. E este sobre endividamento foi, em larga medida, viabilizado pelo afrouxamento dos critérios de concessão de créditos pelos bancos ocidentais, devido à enorme afluência de petro-dólares que se seguiram aos vários booms petrolíferos.

Aliás, a vulnerabilidade é uma das características mais marcantes das economias rendeiiras: é extremamente grande a sua dependência em relação às cotações dos produtos de exportação no mercado internacional as quais, como é consabido, são não só muito aleatórias como produzem, a prazo, decrescentes valores dos termos de troca³⁷.

O declínio dos sectores de bens transaccionáveis, a magnitude do desemprego, os processos e mecanismos vigentes de redistribuição da renda – por ‘punção’ – acarretam, enfim, uma grave e permanente estreiteza do mercado interno a qual, a par do não desenvolvimento de vantagens comparativas internas da economia, redonda numa quase exclusiva aplicação do investimento estrangeiro ou no sector rendeiro ou, marginalmente, nos sectores de reciclagem interna da renda.

A expressão crescente do sector informal – bem como do fenómeno de ‘informalização global da sociedade’ – decorre assim dos mecanismos de redistribuição da renda, da sua alta concentração, do desemprego inerente à economia rendeira, enfim, da estreiteza permanente do mercado interno.

Partindo da equação:

$$\text{Economia formal} = \text{Sector rendeiro} + \text{Sector de reciclagem} + \text{Sector não rendeiro} \\ \text{interna das rendas} \quad \text{(inexpressivo)}$$

e, tendo presente as considerações supra relativas à estreiteza do mercado interno, à magnitude dos índices de desemprego, aos mecanismos de redistribuição das rendas, bem como o facto de a economia rendeira ser “uma economia onde a criação de riqueza se centra numa pequena fracção da sociedade” (Beblawi, 1987: 49), facilmente intuiremos qual a magnitude e a expressão crescente do sectores ‘que restam’: o “sector de subsistência” e o “sector informal”. E, se tivermos em consideração o lento mas permanente estiolamento do sector de subsistência, aliás em consonância com crescentes

³⁷ É que, segundo a hipótese de Prebisch-Singer (cfr. Hunt, 1998: 47-51), “no longo prazo, o preço dos produtos primários diminui em relação ao preço dos artigos manufacturados” (ONU, CNUCED, 2002: 8,9), embora tivesse vindo a ser objecto de controvérsia, é já hoje considerada como adquirida, até porque empiricamente verificada.

fenómenos de concentração urbana – ligados também aos processos de concentração da renda, não de ‘proletarização’ – poderemos aquilatar do exponencial fenómeno de expansão da economia informal e da ‘informalização’ da própria vida.

Contudo – e é essencial referi-lo desde já – o sector informal africano, como resultado do desenvolvimento da economia rendeira mantém, em relação a esta, não só uma relação adventícia como, também, de subordinação à sua lógica e processos de funcionamento. É que, ao contrário do que constitui o senso comum, ao sector informal africano não é inerente, uma lógica de mercado. Os seus mecanismos básicos de funcionamento assentam em processos de *rent-seeking*³⁸.

Como veremos, as crises das economias rendeiiras, essencialmente nas duas últimas décadas do Século XX, na decorrência da sua vulnerabilidade ligada também ao desenvolvimento de uma lógica sistémica global, contribuirão para uma visão clara do ‘esgotamento do sistema’.

6. Dos conceitos de economia rendeira e de pirâmide rendeira

As reflexões anteriores sobre os conceitos de renda e de economia rendeira conduziram-nos a uma ideia força que perpassa a globalidade da análise: a da existência de um ‘denominador comum’ que subsiste numa pluralidade de realidades circunstanciais. Essas reflexões induziram ainda a identificação de tal denominador comum com a ubíqua e dominante presença, nas economias da África Sub-sahariana, de *‘unearned windfall resources’* (ou *‘incomes’*), o que se expressa na circunstância de *os processos económicos em tais economias serem dominados, e em última instância determinados, pela recepção de rendimentos externos que não resultam da remuneração de factores de produção (capital e*

³⁸ O que expressa, nomeadamente, na própria formação dos preços: “Pode-se apreender esta psicologia rendeira observando o processo de formação dos preços no sector informal” (Diallo, 1996: 27). Cfr., igualmente, Ellis & Fauré (1995: 23): “Este fenómeno de informalização crescente das economias africanas, mais reactivo porque ligado a processos de regressão económica e de recuo social, do que gerador de um desenvolvimento [...] pesa na natureza dos mercados, que muitos gostariam de ver instaurar-se sobre os escombros do intervencionismo e, portanto, sobre o ambiente económico das empresas”.

trabalho), voluntariamente empregues em obediência a imperativos de maximização da sua produtividade.

O conceito de ‘*unearned incomes*’ deverá assim englobar os ‘sobre rendimentos’ provenientes da aplicação da força de trabalho empregue:

- Em contextos de não obediência a imperativos de maximização da sua produtividade
- Em contextos em que a sua remuneração não corresponde a situações de um mercado de trabalho minimamente estruturado, constituindo tal ‘remuneração’ ou uma retribuição marginal do trabalho prestado ou mesmo a sua ausência. Estão neste caso os trabalhos, escravo, semi-escravo, forçado ou de retribuição marginal e simbólica, em sociedades de quase nulo poder reivindicativo.

É assim que os recursos resultantes *das actividades agrícolas praticadas numa lógica de produção extensiva se inserem na categoria de unearned incomes. A agricultura extensiva constitui uma actividade rendeira. A agricultura extensiva de exportação gera rendas externas.*

Partindo desta realidade é finalmente possível encontrar o ‘fio condutor’ geral que molda e caracteriza as economias da África Sub-sahariana: a extrema dependência de recursos externos provenientes quer de uma actividade consubstanciada numa geração directa de rendas quer na ‘ajuda externa’.

Esta circunstância capital foi já objecto de análise por parte de alguns autores que, com conhecimento de causa estudaram, de forma crítica, as ‘uniformidades’ da pluralidade das economias africanas.

Diallo (1996: 26-36), por exemplo, enquadra nesta forma de abordagem, o seu “modelo de análise da economia africana” sugerindo mesmo uma fronteira quantitativa para a caracterização de ‘economia rendeira’: “uma economia rendeira poderia caracterizar-se assim: os produtos geradores de renda (PGR) constituem uma parte considerável da produção interna bruta, na prática bastante mais que 50%. Em tal economia, a evolução dos indicadores macroeconómicos clássicos, a saber, o crescimento, o emprego, a inflação, o défice das finanças

públicas e da conta corrente da balança de pagamentos, são determinados pela produção destes PGR”.

De igual modo Yates (1996: 236), termina o seu estudo do Estado rendeiro em África, tomando como paradigma de análise o Estado africano exportador de petróleo (no caso vertente, o Gabão), questionando se tal “possa não constituir senão meramente o mais extremo, mas contudo o mais típico dos exemplos de tipo de sistema económico de enclave que se pode esperar encontrar de forma manifestamente crescente no sistema mundo capitalista no final do Século XX e posteriormente”.

A constatação da existência de um ‘fio condutor’ que molda e caracteriza a generalidade das economias da África Sub-sahariana – mas que a elas obviamente se não restringe – é naturalmente objecto de verificação empírica. Ele exprime-se, nomeadamente, num generalizado défice de diversificação económica que as estatísticas permitem constatar³⁹.

Seja como for, a aplicação do conceito de economia rendeira – necessariamente extrovertida – às formações sociais da África Sub-sahariana implica a sua aceção em duas dimensões:

- A da existência de um *substrato comum* que, pese embora a constatação de uma extrema diversidade, confere unidade à análise e permite a plena aplicação do conceito.
- A da sua *gradação*, determinante de uma hierarquização na aplicação prática do conceito.

Karl (1997: 14, 238-9) releva implicitamente estas duas dimensões na sua aceção de “*commodity state*”: trata-se de conceber a ‘moldagem’ das economias, das sociedades e das instituições a partir do processo de dependência gerado pela exportação de distintos produtos primários. Tal processo é intermediado pela influência que tal forma de dependência determina na estrutura

³⁹ Importa ressaltar que, até ao ano 2000, o “indicador de diversificação económica” constituía um dos critérios básicos integrantes da classificação de “País Menos Avançado” (PMA) – categoria fundamentalmente constituída pelos países da África Sub-sahariana. Tal indicador foi posteriormente substituído pelo “indicador de vulnerabilidade económica” relevando-se em especial, nestas circunstâncias, o efeito do fenómeno – cfr. “Les Pays les Moins Avances, Rapport 2000”, ONU, CNUCED. Cfr., ainda, o seu nº4 do Cap. III.

das receitas fiscais do Estado e é a actividade fundamental do Estado, sugerida pela estrutura concreta das suas receitas, o factor determinante do tipo de economia, sociedade e instituições geradas pela acção política. Entretanto, por sua vez, as instituições retroagem sobre a base económica, determinando a sua alteração de forma meramente gradativa. O *'commodity state'* pode assim assumir várias formas, determinadas pela *'commodity'* predominantemente exportada, num processo determinante da própria natureza do Estado e, conseqüentemente, da economia. Os *'petro states'* e os *'mining states'* serão, por conseguinte, exemplos de *'commodity states'*.

Assim, será relevante reter o conceito de economia rendeira a partir da concepção de um substrato comum, a saber:

1. Economias em que os processos e a lógica económica são em última instância determinados pela entrada de rendimentos externos – *unearned windfall resources* – que não resultam da remuneração de factores de produção (capital e trabalho), voluntariamente empregues em obediência a imperativos de maximização da sua produtividade.
2. Economias inseridas em Estados rendeiros – concebidos como Estados de afectação, Estados exotéricos – os quais constituem os agentes receptores e de afectação das rendas externas na economia, através da sua *'reciclagem'*.
3. Economias em que os processos de acesso ao *'rendimento'* pelos agentes económicos – no caso vertente às rendas externas ou ao resultado da sua reciclagem – não seja dominado por *'processos económicos'*, consubstanciados em sistemas de remuneração de factores de produção; pelo contrário, o acesso às rendas externas, ou ao resultado da sua reciclagem, é efectuado através de *'punções'* no circuito interno de circulação das rendas externas, subordinado a uma lógica de *rent-seeking*, a qual molda a generalidade do sistema económico, incluindo os processos de formação dos preços.
4. Economias em que o processo de concentração das rendas externas – ou da sua reciclagem – inerente ao sistema, determina processos de crescente

exclusão social (por exclusão do acesso às rendas, por ‘impossibilidade’ de remuneração do factor trabalho), o que se expressa numa crescente dimensão do sector informal como refúgio – de sobrevivência – da maioria da população.

Importa, entretanto, ressaltar:

- A concepção do Estado como ‘canal único’ de recebimento e de afectação das rendas externas, deve ser entendida no contexto da dinâmica de evolução do sistema rendeiro e da sociedade. A economia rendeira induz uma moldagem institucional que torna progressivamente indistinta a consideração ‘de Estado’ e de agentes ‘privados’ incrustados de forma adventícia no *Estado Rizoma* (Bayart: 1989): na economia rendeira, o Estado e tais agentes constituem o verso e o anverso de uma mesma, única e indistinta realidade rendeira.
- O desenvolvimento do sector informal processa-se, entretanto, de forma igualmente subordinada a uma lógica rendeira geral, inclusive a processos de *rent-seeking*, os quais se tornam dominantes na globalidade da formação social. São, portanto, absolutamente inviáveis as pretensões de contornar ou alterar a predominância da lógica rendeira e da economia rendeira a partir de um desenvolvimento do sector informal.

A exportação de produtos primários, de ‘*commodities*’, constitui a fonte geradora das rendas externas, a par da ‘ajuda externa’; de igual modo, a circunstância do processo de exportação de tais produtos se tornar dominante determina, por sua vez, a moldagem da economia – bem como da natureza do Estado e das instituições.

É que a natureza do Estado e das instituições é determinada, em última instância, pela estrutura das suas receitas (determinando esta, por sua vez, a estrutura das despesas do Estado). E a estrutura das receitas do Estado é determinada, nos Estados rendeiros, pela recepção das rendas externas, pela exportação de ‘*commodities*’.

Cumulativamente, o vector fundamental definidor da moldagem da economia, do Estado e das instituições é *a intensidade da dependência em relação ao sector*

exportador, a qual é definida pelo *tipo de 'commodity'*, pelo *concreto 'leading sector'* gerador das rendas externas.

A *gradação* da dependência em relação ao sector exportador é, assim, determinada pelo tipo de *'commodity'*, pelo *'leading sector'* dominante; este determina, por consequência, o tipo de economia, a natureza do Estado e das instituições, *'gerados'* por este múltiplo *linkage*.

Deste modo, podemos propor uma hierarquização a nível global dos diferentes Estados rendeiros – a *pirâmide requeira*.

A *'pirâmide requeira'* é assim constituída por classes de Estados – e consequentemente de economias – a partir de um mesmo *'fio condutor'*, com um substrato comum: a predominância da lógica requeira, a caracterização de requeira, das respectivas economias e Estados.

Cada classe de Estados é, por sua vez, determinada por um *'leading sector'* dominante, o qual define um grau de intensidade dos fenómenos rendeiros.

A estratificação da pirâmide requeira é concebida a partir da justaposição das classes de Estados caracterizadas pelos distintos *'leading sectors'* dominantes, geradores de graus similares de intensidade dos fenómenos rendeiros. O processo de estratificação será determinado, da base para o topo, por uma gradação crescente da intensidade requeira.

A base da pirâmide é constituída pelos Estados rendeiros com predominância, quer da exploração agrícola extensiva de exportação, quer da percepção de *'ajudas externas'*. O estrato intermédio é constituído pelos *'mining states'*. A cúpula da pirâmide é finalmente constituída pelos *'petro states'* os quais representam o exemplo mais extremo, o paradigma, por excelência, de Estado e de sociedade rendeiros.

7. Da sociedade requeira

A concepção de sociedade requeira, como uma forma particular de sociedade assenta, naturalmente, em duas realidades específicas: a economia requeira e o Estado reheiro. Estas duas realidades induzem a prevalência de um

conjunto de circunstâncias e fenómenos que importa sublinhar e que constituem elementos fundamentais de identificação de uma sociedade rendeira.

Em primeiro lugar, o insignificante desempenho dos sectores de produção de bens transaccionáveis⁴⁰ – da indústria transformadora e da agricultura, fundamentalmente – são determinantes, quer de uma muito reduzida divisão social do trabalho, quer da sua geral estagnação; em segundo lugar, o processo de estratificação social não se alicerça em função do vector propriedade dos meios de produção, mas sim a partir de um outro referencial: o do controle dos direitos de propriedade dos activos geradores de rendas externas bem como da titularidade dos activos resultantes da sua reciclagem.

O conceito clássico de burguesia cede assim lugar ao conceito de “classe rendeira” (Yates, 1996: 32-6), a qual extravasa o próprio conceito de classe-Estado (Elsenhans, 1991: 78-81) que, na sua historicidade, reflecte a evolução do modo de produção tributário. É que a classe rendeira já se não confina aos estreitos limites conceptuais da classe-Estado; a evolução do modo de produção tributário na África Sub-sahariana e a forma de inserção das suas formações sociais na economia-mundo, determinaram uma deriva das classes-Estado através de um processo de fagocitose das redes ‘privadas’, subterrâneas, de sustentação do Estado rendeiro ou do Estado-Rizoma, se preferirmos. A própria ‘dinâmica rendeira’ determinou, ao fim ao cabo a substituição – ou reconversão – das elites tradicionais (Yates, 1996: 33) numa nova “classe rendeira”, através de um processo potenciado pelo aprofundamento de uma extroversão inerente à forma de inserção de tais sociedades na economia-mundo.

As ‘classes’ desprovidas do controle das rendas externas ou da sua reciclagem, constituem o manancial de formação da crescente ‘informalidade’ de um ‘exército de não rendeiros’. Tais ‘classes’ não se contrapõem nem ao Estado nem à classe rendeira: a ausência de um real processo doméstico de produção social, de criação interna de excedente económico que possibilite a sua extracção pela classe rendeira e em seu benefício, esbate essa contraposição – e torna

⁴⁰ O que se expressa quer em reduzidas (ou até negativas) taxas de crescimento quer numa tendencial redução do seu peso na economia – estabilizando-se eventualmente estes, em ‘patamares mínimos’.

problemática, inclusivamente, a própria aplicação do conceito de classe. É este facto, estritamente co-relacionado com “a incapacidade de aceitação de uma lógica verdadeiramente *orgânica* das relações sociais” que dá consistência à alternativa de actualmente se qualificar de “ilusão” uma ‘sociedade civil’ nas formações sociais da África Sub-sahariana (Chabal, Daloz, 1999: 29-44). Aí, a luta de classes é substituída por conflitos em torno dos processos e mecanismos de redistribuição das rendas e a ‘contraposição’ ao Estado e à “classe rendeira” tem um cariz meramente faccional, sendo facilmente resolúvel através de consensos de integração e acomodação rendeira.

Ao ser assim, é ténue a interdependência – positiva ou negativa – entre a “classe rendeira” e as restantes ‘classes’ no seio da formação social: há preferencialmente um dualismo, uma mera justaposição de estratos geradores de uma ‘exclusão auto-consentida’, cujo processo aglutinador se confina a uma incipiente e marginal redistribuição social das rendas percebidas. É como se existisse um “pacto rendeiro” implícito, que garantisse à “classe rendeira” o direito ao recebimento das rendas externas e da sua reciclagem *desde que* esta renuncie à extracção de um excedente económico a gerar pelas “classes inferiores”⁴¹.

É nesta circunstância capital em que profundamente reside a renúncia ao imperativo do incremento da produtividade, à competição: a percepção das rendas externas é realizada com ausência de extracção doméstica de excedente económico; a “classe rendeira” é ‘obrigada’ a renunciar à sua extracção, em quaisquer circunstâncias, sob pena de criação de processos de instabilidade geradores de ilegitimidade política por desajustamento ao pacto rendeiro implícito. A lógica instalada determina que as “classes inferiores” limitem a sua luta a uma conflitualidade estranha a uma reivindicação de conteúdo classista,

⁴¹ Cfr., a este propósito, Diallo (1996: 33): “A caracterização do modo de produção rendeiro é ambígua uma vez que a renda não é extraída do interior da sociedade mas do exterior. Não uma relação de extracção do excedente das classes inferiores pelas classes superiores. Há, acima de tudo, uma relação de distribuição de riquezas. [...] As classes superiores não têm qualquer interesse em provocar um aumento da produtividade do trabalho pois elas não podem extrair excedente. As classes inferiores também não pois não há possibilidade de movimentos verticais. Assim qualquer aumento de produção é sempre realizado numa base extensiva. [...] O crescimento de uma economia rendeira é extensivo”.

esta só factível em função de uma real contraposição de interesses no seio de um processo de produção doméstica.

O “pacto rendeiro” substitui assim o processo reivindicativo, determina uma quase imobilidade social no seio da formação social global⁴², inibe a transformação e constrange o desenvolvimento. A sociedade reproduzir-se-á ‘de forma anquilosada’, enquanto se mantiver qualitativa e quantitativamente inalterado o sistema baseado na predominância de percepção das rendas externas.

O exercício do poder assenta nesta realidade económica e social. E assenta também, quer no pressuposto da capacidade de reciclagem e redistribuição das rendas externas – directa ou indirecta, por criação de rendas internas induzidas – como garante da sua legitimidade, quer no permanente aprofundamento do mito do desenvolvimento (inexequível por incompatibilidade com o próprio fenómeno rendeiro). O mito do desenvolvimento transfigura-se então num sucedâneo ‘mito de modernidade’, factível enquanto perdurar o acesso a rendas externas a nível suficiente para o sustentar.

O carácter omnipresente da ‘informalidade’ – e da inerente ‘desordem’ – bem como dos processos de *rent-seeking* advenientes do quadro assim traçado, torna omnipresente uma “mentalidade rendeira” (Yates, 1996:20-2) que interpenetra todos os aspectos da vida.

A mentalidade rendeira reflecte ainda, de forma extrema, a extroversão da sociedade. Esta permite, antes de tudo, a maximização das rendas decorrentes da dependência. Dependência e extroversão constituem o verso e o averso de uma mesma realidade. Mas as rendas obtidas deste processo, isto é, advenientes da extroversão, são uma parte de um todo, são uma fracção determinada por um sistema internacional de repartição de rendas inseparável de uma divisão internacional do trabalho inerente à economia-mundo capitalista. A interligação dos Estados rendeiros à economia-mundo capitalista opera-se assim através de um ‘cordão umbilical de sucção/repartição’ das rendas que inibe o desenvolvimento de relações de produção capitalistas internas determinando,

⁴² Tal ‘quase imobilidade’ tem um duplo carácter: vertical, no contexto do que se poderá denominar de formação social central; horizontal, se em referência a uma formação social central e a formações sociais periféricas (ambas, integrantes de uma ‘formação social global’).

quando muito, caricaturas perversas de capitalismo. No caso rendeiro, a ‘utilidade sistémica rendeira’ de um país é determinada pelo ‘funcionamento útil’ de tal ‘cordão umbilical de sucção/repartição’; o seu défice de ‘utilidade sistémica rendeira’ constituirá um factor de agravamento da sua periferização.

Mentalidade rendeira e mentalidade extrovertida constituem assim uma unidade ontológica.

A concentração das rendas por parte de uma classe rendeira, a qual constitui uma pequena fracção da sociedade, determina a imposição de tipos de consumo só solvíveis através da importação. Trata-se de um tipo de consumo que ‘descola’ da evolução das forças produtivas internas, incapazes de oferecer suficientes vantagens qualitativas para solver o único ‘mercado’ existente: um mercado estreito, não massificado, concentrado e ‘exigente’. O consumo torna-se assim, essencialmente, um consumo conspícuo.

A mentalidade rendeira expressa-se ainda – e sobretudo – numa modalidade de repartição do ‘rendimento’ por processos e instrumentos extra-económicos. A quase ausência – por consequência inelutável e inerente ao sistema rendeiro – de mercados definidores e reguladores da remuneração de factores de produção implica que o acesso útil ao sistema de repartição de rendas se processe, não por uma aplicação dos factores capital e trabalho mas sim, preferencialmente por acção ‘política’ no contexto de grupos de pressão de natureza faccional, comumente liderados por “big men” (Bayart, 1989: 268-70), ‘confundíveis’ com estruturas integrantes de uma hipotética ‘sociedade civil’.

Ao ser assim, claramente poderemos constatar estar em presença de um *sistema de desincentivo ao trabalho e inibidor do incremento da produtividade*. No limite, trata-se de uma caricatura de capitalismo, geradora de um desprezo intrínseco pelos factores endógenos de desenvolvimento. O desenvolvimento é substituído pela interligação ao sistema pelo cordão de sucção/repartição; o desenvolvimento, assimilado a ‘modernização’, é facilmente ‘comprável’ através da utilização das rendas externas – bastará tão somente contratar empresas estrangeiras executoras dos objectos pretendidos. O desenvolvimento passa a ser

uma mercadoria (aliás, tudo é ‘mercadoria’ – adquirível preferencialmente por importação – numa sociedade rendeira), não um processo.

A *rent-seeking*, expressão omnipresente da sociedade rendeira, não é aqui fruto de imperfeições da concorrência, não expressa ‘externalidades’. Ela é intrínseca à moldagem da própria sociedade, aos seus valores, às instituições, à super-estrutura.

Aqui ainda, uma determinada forma de (não) produção material determina a super-estrutura e determina a própria vida; e a super-estrutura induz a reprodução da base material, num processo circular interactivo, com alterações lentas e graduais – a menos que ‘adequadas’ “conjunturas críticas” se produzam.

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DAS SOCIEDADES RENDEIRAS

1. Factores internos, factores externos e sua interacção dialéctica

Chabal e Daloz (1999: 8) afirmam na Introdução do seu livro “L’Afrique est partie!”, que “a questão crucial que se põe é menos a da extroversão ou da aculturação do continente [africano], do que a da sua ‘re-tradicionalização’”. De igual modo, é proclamado pelos autores o objectivo de demonstrar “como a dependência pode constituir um recurso ou ainda em que medida é fortemente possível enriquecer-se sem se desenvolver”.

Embora não tenha sido este, o propósito dos autores, tais pontos de partida confluem para um vector fundamental enformador das modernas sociedades da África Sub-sahariana: o fenómeno rendeiro. Efectivamente, o desiderato do enriquecimento sem desenvolvimento só pode ser viabilizado num contexto rendeiro; a dependência, como recurso, tem como pressuposto a existência de um normal processo de captação de rendas externas constituindo estas, aliás, o elemento de materialização de tal ‘recurso’; a ‘re-tradicionalização’ afigura-se como um instrumento, em última instância e a par da dependência, tributário da captação das rendas externas e da sua acumulação interna.

É que os factores ‘internos’ e ‘externos’ confluem para o fenómeno rendeiro de forma inextrincável. Eles são inseparáveis, na sua unidade dialéctica; constituem as duas faces de uma mesma realidade histórica (consubstanciada num concreto caminho da história).

E é esta a razão porque muito justamente Bayart (1989: 14) renuncia “à distinção habitual entre a vida política interior dos Estados e o meio internacional no qual eles se inserem. [...] As ‘dinâmicas do exterior’ não são verdadeiramente separáveis das ‘do interior’ e o Estado pós-colonial é o produto do seu ponto de intersecção”.

O fenómeno rendeiro constitui assim o ponto de confluência de factores internos e de factores externos, inseparáveis, tornando-se inócua a perspectiva da sua acção unilateral se isoladamente considerados.

Por outras palavras, o enquadramento das lógicas tradicionais, próprias das formações sociais em questão, no fenómeno rendeiro – ou até do seu reforço, expresso numa actual ‘re-traditionalização’ – não seria factível se constrangimentos externos, fruto de uma ‘fatalidade’ histórica, não convergissem no mesmo sentido; de igual modo, tais constrangimentos externos – inviabilizadores, de igual modo, de uma evolução endógena de tais sociedades – puderam assumir uma expressão decisiva e actuante porque ‘encaixaram’ numa lógica interna que, não só tornou factível a sua actuação, como a potenciou.

Os constrangimentos externos e as lógicas internas encaixam assim numa mesma lógica rendeira, potenciando-se mutuamente. E é, naturalmente nesse contexto que deve ser encarado o hodierno fenómeno da ‘re-traditionalização’. Ela é a expressão visível, actual, da historicidade das sociedades africanas a qual, se nunca ‘interrompida’, foi inextrincável e dialecticamente moldada, também, por lógicas sistémicas definidoras da sua forma de integração na economia-mundo capitalista.

E se os dois vectores fundamentais delineadores de tal historicidade se afiguram ser os processos de produção de desigualdade política e social bem como de dependência/extroversão, o fenómeno rendeiro emerge como o elemento de confluência de tais processos.

2. Das sociedades pré-coloniais

A formação e a consolidação do carácter rendeiro e extrovertido nas formações sociais da África Sub-sahariana, deve ser entendida como um processo. Aliás, a própria história é, ao fim ao cabo, uma sucessão e uma conjunção de processos.

Importa que nos centremos, assim, nos elementos caracterizadores das sociedades pré-coloniais mais relevantes para a análise da nossa problemática.

Coquery-Vidrovitch (1992: 67) explicita ser a “aldeia” [comunidade básica], formada por “um grupo mais ou menos restrito de famílias”, a célula base em que assenta o mundo africano pré-colonial: tratam-se de “comunidades rurais” [...] “sob a forma de unidades agrícolas de produção” [as quais constituíam] “o próprio fundamento da economia e da sociedade”.

Entretanto, atentemos especialmente em diversos elementos que importa destacar como mais marcantes em relação a tais sociedades:

- a) Um desenvolvimento muito incipiente das forças produtivas caracterizado pela aplicação de técnicas agrícolas rudimentares, em solos pobres.
- b) Um fraco povoamento humano, agravado pelo tráfico escravagista.
- c) A não produção ‘interna’ de excedentes (excedentes agrícolas e ‘excedente económico’, em geral) – jamais foi a própria linhagem/etnia, a sede de geração/extracção de excedente económico, a partir do qual se desenvolveu o processo de diferenciação/desigualdade política e social.
- d) Uma conseqüente extrema vulnerabilidade e dependência em relação ao meio exterior, tudo dependendo do ciclo agrícola e da não alteração das relações de força – internas e externas – em cada momento.
- e) A adopção e imposição de sistemas de auto-regulação interna, “impostos pelas estruturas «linhageiras» ciosas da protecção da família/unidade rural de produção” (Vidrovitch, 1992: 145), baseados em dois conceitos chave: ‘equilíbrio’ (em cada momento revelado instável) e ‘segurança’ (a cada instante precária).
- f) A auto-regulação social daí decorrente, centrada na protecção do grupo, no “conjunto de referência” (Diallo, 1996: 15), impedia a “acumulação [de terras] nas mãos de uns quantos privilegiados” (Vidrovitch, 1992: 148): “a emergência de uma camada social ociosa de «rendeiros da terra» não se poderia fazer senão em detrimento das possibilidades de reprodução do conjunto” (Vidrovitch, 1992: 149).
- g) A ausência de propriedade privada e uma genérica não extracção de excedente no interior da sociedade (e, conseqüentemente, a sua não extracção e apropriação por uma ‘classe’) não implicou a existência de

sociedades igualitárias, isto é, não impediu o desenvolvimento de um processo de produção interna de desigualdade política e social, o qual só pôde efectivar-se mediante a utilização do ‘exterior’ como recurso. Assume assim sentido, à partida, a justeza da aplicação do conceito de extroversão (e do paradigma da extroversão).

- h) Tratam-se de sociedades – pré-capitalistas – em que o processo de produção de desigualdade política e social se desenvolveu no contexto de um ‘modo de produção tributário’, em que o ‘tributo’, se comparável a uma renda, não pode ser entendido senão como incorporando um mero valor de uso. Aliás, torna-se óbvio que a utilização do conceito de renda, como categoria, só assume pleno significado quando em referência a um sistema concreto, identificado por relações de produção específicas. É assim diferente o sentido de renda num contexto de relações de produção capitalistas (em que a mesma incorpora um valor de uso e um valor de troca) da sua acepção num contexto tributário/feudal (na qual assume um mero valor de uso, por ausência de um ‘mercado’ – no sentido capitalista do termo). Isto não significa que, numa óptica de processo, o tributo, consubstanciado numa renda, não contenha já historicamente, em si, o germe da sua transformação numa verdadeira renda esta sim, já plenamente entendida num contexto de implantação de novas relações de produção.
- i) Se, devido a uma incipiente divisão social do trabalho, o processo de produção de desigualdade política e social teve na senioridade (criadora de uma gerontocracia) o vector fundamental de implantação, é um fato que a aglutinação do chefe da qualidade de guardião da comunidade determinou o aparecimento de um sistema de ‘vassalagem’ baseado em laços de natureza pessoal, como forma de suporte do poder político e da governabilidade, em geral. Este sistema fortalece-se à medida em que se sedimenta o sistema tributário e acompanha o desenvolvimento da capacitação militar e da conquista por parte da comunidade, bem como da

consequente implantação de uma pirâmide hierárquica – e territorial – de comando político.

- j) A legitimidade do poder político assenta, nesse contexto, na possibilidade e na capacidade do Chefe – e dos Chefes, aos diversos níveis da hierarquia político-social – de redistribuir, pelo conjunto de referência, os bens que garantam a reprodução da comunidade e de que ele é o detentor (sistema patrimonial-clientelista).
- k) Seja como for, não é o tributo (o qual constitui um instrumento) o verdadeiro recurso do processo de produção de desigualdade política e social: é o ‘exterior’. A acumulação, mesmo que incipiente, é assegurada não por um processo de criação e apropriação de um excedente ‘interno’ – no seio do conjunto de referência – mas mediante a captação de benefícios através da interposição em circuitos do comércio externo (nomeadamente de longo curso), bem como através de guerras de saque e predação – razzias – levadas a cabo em relação a outras linhagens.

Produz-se assim um processo de dependência externa que, como se verá, não mais deixará de se acentuar.

Deste modo, a dependência externa (e, conseqüentemente, a extroversão) passará, desde então, a constituir um recurso fundamental de produção de desigualdade política e social. Tal processo perdurará até ser possível o desenvolvimento endógeno de tais sociedades, desenvolvimento esse viabilizador de processos de criação interna de excedente económico.

Por outro lado, é óbvio que, se não faz sentido qualificar de rendeiras as sociedades onde se não implantaram relações de produção capitalistas, é evidente que a lógica de funcionamento de uma sociedade que não baseada na criação interna de excedente económico (com aplicação interna de ‘factores de produção’) é ‘enquadrável numa lógica rendeira’. Quer isto dizer que o simples fato de tais sociedades pré-coloniais constituírem obviamente sociedades pré-capitalistas, confere-lhes uma lógica tendencial e naturalmente integrável em processos rendeiros – designadamente se a lógica sistémica dos constrangimentos externos assim o determinar.

Atentemos, entretanto, com mais pormenor – e porque tal se afigura importante para discernirmos sobre a forma de encaixe do ulterior fenómeno colonial – no modo de funcionamento das sociedades em que assumiu predominância, na fase pré-colonial, o modo de produção tributário.

“O modo de produção tributário é caracterizado pela apropriação de uma parte substancial do produto excedente da sociedade por uma classe-Estado centralizada (‘funcionários’, soldados). [...] A apropriação e a distribuição do produto excedente é feita na base da autoridade do Estado. [...] Como nenhum membro da classe-Estado pode incrementar substancialmente o seu rendimento no longo prazo [...] a inovação técnica não apresenta um interesse contínuo.” (Elsenhans, 1995: 42).

Constata-se, em consequência, uma *tendência* para a “concentração do consumo” em torno da classe privilegiada do que resulta, na prática, uma efectiva negação de um ulterior ‘consumo de massas’ – circunstância de que decorrerão consequências capitais a nível do desenvolvimento ulterior do aparelho produtivo e do sector manufactureiro, em particular.

Elsenhans (1995: 43) identifica, assim, “duas das tendências do desenvolvimento dos modos de produção tributários:

- A tendência conducente a um acrescido consumo de bens de luxo
- A tendência conducente à restrição da competição no sector manufactureiro”.

A restrição à competição é, aliás, um dos traços fundamentais, caracterizadores das sociedades africanas pré-coloniais, cheia de consequências. E se este factor é comum às diferentes sociedades com predominância do modo de produção tributário, ele é bem específico das sociedades africanas. Nestas, ao contrário do modelo ocidental, não é o indivíduo o elemento de referência, o centro de gravidade ao qual se reportam os fenómenos económicos, sociais, políticos. O elemento básico de referência é o “conjunto de referência” (Diallo, 1996: 15) em que o indivíduo se integra, primordialmente a “comunidade familiar, modelo ao mesmo tempo social e político” (Vidrovitch, 1992: 113).

A lógica de integração no conjunto de referência, o objectivo primordial de garantia de manutenção de estabilidade ‘do conjunto’, determina não só uma inibição da competição, mas essencialmente o estabelecimento de uma “competição negativa” [subordinada ao imperativo do] “nivelamento social explicitamente desejado e activamente procurado” (Diallo, 1996: 16-7).

Por outro lado, uma concepção não evolucionista do tempo (Vidrovitch, 1992: 112) dificilmente enquadra com o imperativo do investimento e da poupança – o qual implica, obviamente, a renúncia ao consumo presente para incrementar a possibilidade de consumo futuro.

De igual modo, do fato de se assumir como primordial o princípio da redistribuição social resulta uma conseqüente atitude de priorização do consumo, obviamente em detrimento da poupança e do investimento.

Importa finalmente ressaltar que, em contraposição ao princípio burocrático próprio do modelo ocidental, contrapõe-se o princípio da ‘nomenclatura classificatória’: “ao conceito de contabilidade substitui-se o de *nomenclatura* classificatória (nomear significa existir, passar em silêncio equivale a negar a existência: daí a virtude do *verbo...*)” (Vidrovitch, 1992:112). Daí uma remanescente dificuldade de adaptação aos princípios da contabilidade, aos imperativos da gestão e ao próprio planeamento: se “nomear significa existir”, a simples elaboração do plano *contém em si* a sua execução – ‘dispensando’ esta, na prática.

3. O período colonial. A aplicação dos modelos “vent-for-surplus”

A expansão europeia a partir do Século XV processa-se, fundamentalmente, em torno de dois objectivos fundamentais: “a descoberta de novas fontes de ouro [e] a eliminação dos intermediários Árabes que controlavam o território e as vias marítimas desde o Médio Oriente à Índia e às Ilhas Molucas. Assim, o objectivo central das viagens de descobrimento europeias era descobrir o caminho marítimo para a Índia” (Elsenhans, 1995: 20-1). Imperativos de

carácter mercantilista implicavam, obviamente, a necessidade de redução do défice comercial da Europa Ocidental face ao Oriente e ao Mundo Islâmico.

Tais viagens de descobrimento determinaram, naturalmente, um movimento de expansão de influência e de conquista quer de rotas, quer de territórios: trata-se da primeira fase de expansão de uma economia-mundo europeia, crescentemente capitalista.

E, se numa fase inicial, não foram fundamentalmente os ‘produtos do sul’ os vectores fundamentais a partir dos quais se alicerçou o desenvolvimento do capitalismo na Europa – quer em termos de disponibilidade de matérias-primas quer em termos de contribuição para uma prévia acumulação – inclusive na fase de desenvolvimento industrial (Elsenhans, 1995: 26-7), o objectivo de se proceder ao ‘aproveitamento de África’ constituiu o elemento fundamental a partir do qual se alicerçou o fenómeno colonial. Se o capitalismo na Europa pode resultar, em primeira instância de um pressuposto fundamental, da afirmação do “espírito do capitalismo”, não é menos certo que, seja qual for a relevância da contribuição ‘do sul’ para o êxito da sua implantação, a lógica de expansão da economia-mundo capitalista determinou os vectores fundamentais de desenvolvimento do fenómeno colonial.

Antes de tudo, o fenómeno colonial representa a inserção – forçada – das sociedades em questão na economia mundo capitalista, em obediência aos seus imperativos sistémicos. Tais imperativos sistémicos expressam-se, acima de tudo, na disponibilidade de produtos de base necessários ao desenvolvimento do sistema – tenha sido qual for a importância relativa da sua ‘contribuição’.

Entretanto, a generalidade das formações sociais da África Sub-sahariana enfrenta a expansão europeia e, posteriormente, o fenómeno colonial em plena implantação e sedimentação do modo de produção tributário. Trata-se de sociedades em processo de centralização política, com um claro aprofundamento das linhas de produção de desigualdade política e social. São sociedades em que, embora de forma embrionária, emerge a formação de classes.

O fenómeno escravagista, se iniciado com a expansão do Islão em certas regiões da África Sub-sahariana – nomeadamente a partir do Século XIII – aprofunda-se ulteriormente, com a dominação colonial europeia.

E se a extroversão constitui já uma das marcas caracterizadoras essenciais das sociedades pré-coloniais, ela aprofunda-se decisivamente com o tráfico escravagista e com a dominação colonial. Os poderes estabelecidos nas unidades políticas africanas passarão, assim, a ‘oscilar’ entre a resistência – viabilizada por um poder militar em vias de afirmação – e a ‘colheita’ dos frutos da extroversão. Aliás, o próprio exercício da ‘oscilação’ permitiu, naturalmente, maximizar as rendas da dependência. Tratam-se, então, de “monarquias africanas de caça-escravos e de cabeças de ponte de comércio externo com os europeus [que] emergiram, com a cooperação europeia, nos séculos XVII e XVIII” (Elsenhans, 1995: 45).

O ‘aproveitamento’ – sistémico – de África, consubstanciado no fenómeno colonial, obedece a uma lógica própria que, no domínio económico, encontra respaldo teórico nos chamados modelos ‘*vent-for-surplus*’.

São vectores fundamentais de desenvolvimento desta lógica:

- a) A implantação, nos territórios a explorar, de um sector específico – um sector moderno – da economia (Norro, 1998: 20-4) – capaz de responder a uma procura situada no exterior, na Europa.
- b) Os factores de produção empregues no funcionamento de tal sector são, fundamentalmente, recursos localmente inexplorados, dado o fraco desenvolvimento das forças produtivas internas – e, obviamente, dada a não existência de uma procura interna dos produtos em questão. São, portanto, recursos ‘em surplus’, em excesso, em relação ao funcionamento da economia local.
- c) Tais recursos ‘em surplus’, tanto podem dizer respeito a recursos naturais – versão “*staple*” dos modelos – como se referir à disponibilidade ‘ilimitada’ de força de trabalho – versão “*unlimited labour*” dos modelos *vent-for-surplus* (Caves, 1968: 213-24).

- d) A ‘justificação’ última para a aplicação de tais modelos pode ser já encontrada em Smith (1999: Vol.I, 745) ao explicitar que “sejam quais forem os locais entre os quais o comércio externo se exerça, todos retiram dele duas vantagens distintas. Faz sair a parte excedentária da produção da terra e trabalho, para a qual não existe procura, e, em troca, traz ao país algo para o qual existe procura”⁴³.
- e) Através do comércio internacional obtém-se assim uma ‘recompensa’ para a produção viabilizada pela exploração dos recursos (naturais e força de trabalho) em *surplus* que, de outra maneira, ficariam não aproveitados, dada a inexistência de mercado e, conseqüentemente, dado o fraco desenvolvimento das forças produtivas locais. Tal processo iria, ulteriormente, contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas locais, ao mesmo tempo que tal ‘recompensa’ viabilizaria um processo de importação de bens, visando a solvência de uma procura interna, em embrião. Por outras palavras, da implantação de um sector de enclave para solver uma procura, numa primeira fase integralmente situada no exterior, resultaria a perspectiva de um desenvolvimento induzido das forças produtivas locais e a viabilização de um consumo – por importação – que, de outro modo, não teria lugar; seria igualmente induzido um ulterior alargamento do próprio mercado interno.
- f) Tal sector de enclave seria então implantado ‘por colagem’, por justaposição, pelo que não entraria em concorrência com o sector local, tanto no que diz respeito aos recursos – em *surplus* – como no que diz respeito às produções. Como enclave, tratar-se-ão de meras operações de adição, por justaposição.
- g) Estaria assim justificada, pelo menos no que diz respeito a uma fase inicial, uma certa forma de especialização de tais ‘países’.

⁴³ Assim, “confere um valor ao que é supérfluo, trocando-o por qualquer outra coisa, que pode vir a satisfazer parte das suas necessidades e a aumentar a sua satisfação. Abrindo um mercado mais amplo para toda e qualquer produção do trabalho que exceda o consumo interno, vai encorajá-las a melhorar as suas forças produtivas e a aumentar a sua produção anual até ao máximo e, assim, a aumentar o réditto real e a riqueza da sociedade. Estes são os grandes e importantes serviços que o comércio externo vem prestando a todos os países onde se efectua” (Smith, 1999: Vol.I, 745).

Mill (1987: 685) evidencia já uma ‘visão sistémica’ desta problemática, ao criticar Smith: “há uma classe de comunidades comerciantes exportadoras acerca das quais são necessárias algumas palavras de explicação. Estas podem ser dificilmente concebidas como países, efectivando uma troca de mercadorias com outros países, mas mais propriamente, como estabelecimentos agrícolas ou industriais remotos integrantes de uma comunidade mais alargada”. É esta visão sistémica que importa reter ao determinar as causas globais, complexas de uma realidade empiricamente comprovada em relação à África Sub-sahariana: não teve lugar nem o ulterior aprofundamento decisivo do processo de divisão social do trabalho determinante de uma maior produtividade nem se processou, em moldes sensíveis, um verdadeiro alargamento do mercado interno.⁴⁴

Por outras palavras, a aplicação dos modelos *vent-for-surplus*, subjacente ao fenómeno colonial, não conduziu a um ulterior ‘desenvolvimento’. Muito pelo contrário, sedimentou e cristalizou uma especialização desigual, a qual moldou e determinou as posteriores formas estruturais.

“Através da metamorfose colonial [...], o modelo ocidental foi enxertado, mais ou menos autoritariamente, nas sociedades autóctones pré-existentes”. Esta asserção de Coquery-Vidrovitch (1992: 111) resume alguns dos elementos essenciais do fenómeno colonial:

-Trata-se, em primeiro lugar, de uma metamorfose que não interrompe a historicidade das sociedades africanas. A sua base de partida é a sociedade tributária – formação social em plena expansão do modo de produção tributário – cujos contornos naturais a tornam automaticamente inserível em formas rendeiças de exploração.

-Trata-se de um enxerto cujo ponto de partida é o fenómeno escravagista – o que constitui uma circunstância prenhe de consequências futuras, inclusive a nível económico – enxerto esse levado a efeito num contexto de justaposição

⁴⁴ A lógica desta ‘especialização de origem’ repousa no fato de que as vantagens comparativas, em termos de custos (tendo já em consideração os custos de transportação), praticamente se circunscrevem aos produtos exclusivamente obtíveis nas colónias: produtos agrícolas tropicais ou minerais – produtos de base.

forçada de identidades sociais, culturais e políticas: uma dominante e outra dominada.

A lógica de imposição de tal enxerto é a lógica de imposição do fenómeno colonial no contexto concreto da África Sub-sahariana, profundamente determinada por uma ‘contraposição de identidades’.

Tal ‘contraposição de identidades’ terá determinado os propósitos e o próprio conteúdo do fenómeno colonial na África Sub-Sahariana, conferindo-lhe contornos distintos dos verificados noutros pontos do globo, nomeadamente na América do Norte.

Significa isto dizer que não importa somente sublinhar os contornos e as lógicas de funcionamento das sociedades que se confrontaram com o enxerto colonial; importa também discernir sobre a lógica de tal enxerto, sobre o seu conteúdo, a partir das premissas explicitadas.

Em primeiro lugar, o objectivo primordial do ‘aproveitamento’ de África para o sistema, não implicou a necessidade de transmissão dos valores burgueses, da sua ideologia, porque alheios a tal ‘sistema de aproveitamento’. Muito pelo contrário, ali onde tal transmissão tivesse podido prejudicar o processo de aproveitamento sistémico, inibiu-se o primado do próprio “espírito do capitalismo” – recorde-se, a título de exemplo, as episódicas proibições de fabricação de bens, eventualmente concorrentes com a indústria europeia. Assim, o enxerto, “a transferência, operou-se de maneira desigual e parcial, devido ao défice de uma ideologia prévia subjacente: a herança cultural ocidental que fez na Europa, do Estado moderno, uma entidade integrada, não foi de forma alguma, ela própria, transferida, senão de uma maneira incompleta e muitas vezes desnaturada, pelos representantes da escola colonial e pós-colonial” (Vidrovitch, 1992: 112).

Em segundo lugar, o tráfico escravagista e o emprego de mão-de-obra escrava ou semi-escrava, vieram a constituir-se como elementos determinantes quer do desmantelamento de uma base produtiva interna e de um processo de divisão do trabalho – numa palavra, de um desenvolvimento endógeno – que, embora de

forma embrionária, se encontravam em processo de afirmação, quer da inibição do crescimento de um imprescindível mercado interno.

A circunstância de aplicação dos modelos *vent-for-surplus* ter assumido a “*unlimited labour version*” inviabilizou, na prática, a própria formação de um mercado interno, indispensável ao desenvolvimento. Esta é uma circunstância capital: o mercado interno era concebido à dimensão de uma formação social central, aglutinando o estrato colonizador e as camadas cooptadas das formações sociais periféricas. De uma forma restrita e restritiva do desenvolvimento. Por isso mesmo, “os autores de vários trabalhos que encetaram a aplicação destes modelos [*vent-for-surplus*], registaram diferentes graus de aprovação dos resultados. Numa palavra, encaram o desenvolvimento baseado na exportação através dos recursos em *surplus* com regozijo e o desenvolvimento baseado na força de trabalho em *surplus*, com horror” (Caves, 1968: 225).

Em suma, a não remuneração ou a remuneração ‘simbólica’ do trabalho inviabiliza a consolidação e o crescimento do mercado interno, viabiliza somente a produção interna desenvolvida numa base rendeira e inibe a produtividade, isto é, inviabiliza o consumo de massas e inviabiliza o próprio desenvolvimento de relações de produção capitalistas.

Foi esta a lógica sistémica inerente ao processo colonial levada historicamente a efeito na África Sub-sahariana, cujas formações sociais atravessavam uma aguda fase de centralização e de aprofundamento de desigualdade política e social e em que a acumulação, tendo por base o modo de produção tributário, não se alicerçava ainda em mecanismos próprios da transição para relações de produção capitalistas – como aconteceu no Ocidente, na fase de declínio do modo de produção feudal.

O fenómeno colonial veio, entretanto, e ainda, romper os frágeis equilíbrios – essencialmente, o sistema de auto-regulação social – em que assentavam as sociedades, de raiz linhageira, pré-coloniais. Ao não interromper a historicidade de tais sociedades, moldou-a. E moldou-a a uma realidade alheia à implantação de relações de produção capitalistas e impôs a sua inserção no sistema mundo capitalista sem o desenvolvimento interno de relações de produção capitalistas.

Interrompeu o seu processo de desenvolvimento endógeno e moldou a inserção de tais sociedades – de cariz tributário – à economia-mundo ‘perpetuando’, na prática, as bases de uma ordem que, sendo antiga, os interesses sistémicos induziam que se tornasse perene.⁴⁵

O fenómeno colonial impôs, deste modo, a integração da África Sub-sahariana na economia mundo capitalista, coarctando as linhas da sua transição para a implantação de relações de produção capitalistas, as quais se afiguravam conflituantes com os seus interesses sistémicos. Ao fazê-lo, determinou a sua integração num sistema de especialização desigual.⁴⁶

O fenómeno colonial constituiu assim a base indispensável e determinante da transformação, por metamorfose, das sociedades tributárias pré-coloniais em sociedades rendeiras.

4. O Estado pós-colonial. A formação do carácter rendeiro das actuais sociedades da África Sub-sahariana

Para melhor se alicerçar o raciocínio em torno dos factores determinantes da formação e do desenvolvimento do carácter rendeiro das actuais sociedades da África Sub-sahariana, necessário se torna explicitar um conjunto de asserções prévias.

Em primeiro lugar importa remarcar a permanente interacção – causal, nos dois sentidos – entre a base material e o desenvolvimento institucional: “as economias moldam as instituições políticas e são, por sua vez, moldadas por elas” (Karl, 1997: 236).

⁴⁵ Vale a pena e a propósito, recordar Hartmut Elsenhans (1991: 47): “Nem nunca foi intenção dos Europeus transmitir tais [os seus] valores ao Terceiro Mundo. A fim de reduzir os custos de administração, os poderes Europeus respaldaram a autoridade daqueles membros da classe dirigente desejosos de cooperar com eles, contribuindo desse modo para o carácter repressivo dos sistemas políticos locais, caso até não tenham efectivamente criado, eles próprios, tais sistemas políticos desumanos”.

⁴⁶ “Neste sistema de especialização desigual, a riqueza material do privilegiados não depende do crescimento dos mercados domésticos de massas, mas da exportação para os países industrializados do Norte. A ideia de uma revolução burguesa foi igualmente proibida pelo Norte, para o Sul” (Elsenhans, 1991: 47).

Por outro lado, as alterações – consubstanciadas em “trajectórias” – introduzidas no ciclo de permanente inter-relacionamento economia/instituições, têm um carácter necessariamente gradual, a menos que “conjunturas críticas” se produzam: “porque estas estruturas e instituições normalmente são alteradas gradualmente e em passo lento, a noção de trajectória dependente, acarreta uma assunção implícita de alteração gradual, interrompida por agudas descontinuidades (Kasner, 1988). Este é um ponto-chave. As trajectórias podem mudar, mas estas mudanças são mais frequentemente marcadas por «conjunturas críticas» – o advento de dominação estrangeira, alterações ao regime político, guerra, crises internacionais, etc. (Collier and Collier, 1991). De outra forma, as alterações fundamentais de direcção não acontecem facilmente” (Karl, 1997: 11).⁴⁷

Sem esta grelha de leitura dos acontecimentos históricos não será possível nem a sua interpretação nem uma compreensão profunda da actuação dos governos, isto é, da sua acção, nos limites da ‘governabilidade’. E se em relação a todos os quadrantes do mundo esta afirmação é legítima, ela não ganha menor acuidade em relação à África Sub-sahariana.

A tentação de transportar para outras realidades o universo ocidental e, por via dedutiva, discernir não só sobre a sua interpretação mas, concomitantemente, sobre as vias de actuação mais adequadas à viabilização prática de tais construções lógicas, não se tem revelado senão como um factor, quer de incapacidade de interpretação dos fenómenos históricos, quer de geração de efeitos práticos perversos.

E se esta incapacidade de interpretação e de compreensão dos fenómenos históricos é apanágio de uma escola neoclássica, divorciada quer das realidades quer, ainda, reveladora de uma conseqüente incapacidade de compreensão dos factores que as condicionam e constroem, a verdade é que esta forma típica de

⁴⁷ São as seguintes, as publicações citadas por Karl (1997:11): Krasner, Stephan D., “Sovereignty: An Institutional Perspective”, *Comparative Political Studies* 21(1); Collier D. and Collier R., *Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labour Movement and the Regime Dynamics in Latin America*, Princeton, N.J.: Princeton University Press.

pensamento e actuação assume uma clara e inequívoca expressão no “ocidentalocentrismo”.

A análise histórica não se pode divorciar da compreensão dos factores que influenciam a economia: não existem leis económicas fora de contextos históricos; o funcionamento das economias reflecte, necessariamente, a correlação dos factores de ordem social e política que lhe estão subjacentes; a acção dos governos não é neutra, também no domínio económico: ela realiza-se em contextos sociais concretos – os quais determinam a ‘governabilidade’ – e não é independente, quer em relação à sua base social de sustentação, quer na acção prática de gestão dos conflitos no seio da sociedade. Ela não é ‘neutra’, numa palavra.

As instituições são, por sua vez, inseparáveis da base económica. Elas não são igualmente neutras: reflectem realidades históricas inseparáveis de uma base material que, em última instância, as condicionam. Em larga medida, a própria natureza do Estado, a sua acção concreta e os limites da sua actuação são inseparáveis das suas fontes de receita as quais exprimem formas concretas de realização da (ou da não) produção material. E a actuação do Estado constitui um factor incontornável do processo de condução do desenvolvimento.

Se assim é, se não é legítima uma separação dos domínios positivo e normativo, há que alicerçar a perspectiva histórica, a análise e interpretação histórica a partir, quer ‘da herança’, quer dos elementos a cada momento condicionantes dos processos de assunção de decisões de política – o ‘*decision-making process*’.

Neste sentido, importará começar por discernir sobre a base material e sobre as instituições ‘de partida’ – mormente sobre o Estado – na fase pós-colonial, a partir de vectores que se revelem como fundamentais.

A base material herdada constitui um elemento de confluência de constrangimentos externos e internos que não só a moldaram como condicionaram a sua evolução posterior. A aplicação dos modelos *vent-for-surplus* no período colonial, numa simbiose das versões “*staple*” e “*unlimited labour*”, determinaram não só uma forma de inserção externa das economias

(leia-se do sector ‘moderno’ das economias) no sistema capitalista mundial, através de uma especialização – uma “especialização desigual” – como determinaram a sua moldagem estrutural.

A versão “*unlimited labour*” levada a cabo, concomitantemente ou ‘à saída’ do fenómeno escravagista (projectada, ulteriormente, no sistema de trabalho forçado/semi-escravo), determinou um não desenvolvimento do mercado interno, por incipiente – ou desprovida de significado económico – remuneração do factor trabalho⁴⁸. Esta circunstância assume capital importância ao procedermos à comparação entre a aplicação dos modelos *vent-for-surplus* na África Sub-sahariana e em outras regiões do globo⁴⁹.

Na África Sub-sahariana tais modelos – nas suas versões “*staple*” e “*unlimited labour*”, repita-se – foram aplicados no contexto de uma concreta forma de acção colonial: formações sociais em fase pré-capitalista, com outros “mitos fundadores”, em processos de produção de aguda desigualdade política, social e económica, viram-se confrontadas com uma dominação externa levada a cabo por ‘outras identidades’.

E é esta ‘justaposição’ de identidades, aliada às sequelas do fenómeno escravagista – sequelas, essas que, ao fim ao cabo, deram lógica à aplicação do modelo na sua versão “*unlimited labour*” – que diferencia a aplicação dos modelos *vent-for-surplus* na África Sub-sahariana e em outras regiões do mundo. Constata-se assim que a aplicação inicial do modelo, nos Estados Unidos,

⁴⁸ É que “os diferentes *linkages* ou externalidades transmitidas pela expansão da exportação baseada no *surplus*” (Caves, 1968: 225) têm fundamentalmente a ver com a distribuição do rendimento. E “a distribuição de rendimento resultante [de tal processo] orienta os *linkages*, os quais operam através da composição da procura final” (Caves, 1968: 226). Por outro lado, a própria composição do rendimento é um elemento fundamental de orientação da sua distribuição. No caso concreto da versão *unlimited labour* dos modelos *vent-for-surplus*, o ponto de partida reside na aplicação de força de trabalho ‘saída’ de “um largo sector de subsistência no qual a produtividade marginal do trabalho é zero mas que através das práticas de redistribuição familiar, o salário (de subsistência) é igual à produtividade média do trabalho” (Caves, 1968: 219). Entretanto, a posterior “ausência de crescimento significativo da produtividade teve como consequência «fossilizar» o preço do trabalho” (Norro, 1998: 25), com todas as consequências daí resultantes para o dimensionamento do mercado interno. Certamente por isso, “o desenvolvimento baseado na exportação [...] através do trabalho em *surplus*, é vista com horror” (Caves, 1968: 225).

⁴⁹ “A presença da riqueza em matérias-primas só não prejudicou o desenvolvimento nos países cujos altos rendimentos das exportações de produtos primários originaram a formação de um largo mercado de massas, graças quer a uma larga distribuição de terras quer a outros mecanismos sociais. Além disso, a pressão da concorrência de produtos estrangeiros foi restringida em tais países através de tarifas, ou como resultado de barreiras naturais (custo de transportes). Isto é verdade para áreas *domiciliadas* por europeus (Estados Unidos, Austrália, Canadá, Nova Zelândia) e do Norte da Europa (Noruega, Dinamarca, Suécia, Finlândia)” (Elsenhans, 1991: 35) – o itálico é nosso.

Canadá ou Austrália, exclusivamente na sua versão “*staple*”, teve como suportes formações sociais, não com outros mitos fundadores, mas de forma tendencial, integralmente formadas ou moldadas por emigrantes portadores do “espírito do capitalismo”. São ‘formações sociais insiders’, correspondentes a identidades⁵⁰ integradas no sistema e na sua lógica sistémica.

Fora da África Sub-sahariana a aplicação dos modelos *vent-for-surplus*, na sua exclusiva versão ‘staple’ foi assim acompanhada pelo desenvolvimento de um mercado interno, por um consumo de massas próprio do capitalismo. Tais circunstâncias só puderam ter lugar, de forma *simultânea* porque, identidades e formações sociais ‘insiders’, isentas das sequelas de contextos históricos moldados pela escravatura/aplicação da versão “*unlimited labour*”, constituíram os suportes de aplicação de tais modelos.

Por outro lado, se a aplicação da versão “*unlimited labour*” do modelo *vent-for-surplus*, na África Sub-sahariana, foi um elemento bastante de determinação da estreiteza do mercado interno, ela constituiu um elemento fundamental de esterilização – em termos de ‘desenvolvimento’ – dos recursos mobilizáveis através das exportações advenientes da aplicação do modelo na versão “*staple*”. É que, perante uma muito incipiente expressão do mercado interno, só uma orientação virada para uma exportação maciça da produção interna poderia originar a geração de “diferentes *linkages* ou externalidades comunicadas pela expansão da exportação em *surplus*” (Caves, 1968: 225). Mas esta circunstância ter-se-á revelado incompatível quer com o desenvolvimento das forças produtivas da África Sub-sahariana, quer com a ausência de “espírito do capitalismo”, seja em relação às formações sociais africanas, seja em relação ao espírito do colonialismo, claramente plasmado no “Estado predador” colonial. Fica assim esclarecida a questão do “uso de tal rendimento, [uma vez que] a expansão da exportação pode ou não comunicar quaisquer efeitos externos aos níveis de output de outras formas de actividade económica ou ao de fornecimento de factores de produção” (Caves, 1968: 225).

⁵⁰ O elemento fundamental de definição de ‘identidade’ é, aqui, o de ‘sentido de pertença’.

A “especialização desigual”, na África Sub-sahariana, pôde assim tornar-se duradoura; adquiriu consistência sistémica na perenidade da estreiteza do mercado interno, na fase pós-colonial.

À “especialização desigual” inicial – “especialização em matérias-primas minerais e agrícolas [...] consistente com as vantagens comparativas de custos” (Elsenhans, 1991: 47-8) – acresce, temporalmente, um outro factor inibidor do desenvolvimento do mercado interno: a concentração da renda, inerente ao processo económico, entretanto instalado. Tal concentração constitui um factor adicional de inviabilização de um consumo de massas, isto é, de uma mais ampla dimensão do mercado interno capaz de incentivar decisivamente o incremento da produção local e de induzir o estabelecimento de relações de produção capitalistas. E “sem uma expansão na produção massiva, há uma falta de incentivo para desenvolver a produção local de bens de capital” (Elsenhans, 1991: 48). Esta circunstância torna a economia “inflexível”, incapaz de se adaptar – através de respostas do aparelho produtivo interno – à sinalização dos preços externos, quer no que concerne aos dos bens importados, quer no que diz respeito às alterações das cotações dos produtos – de base – exportados. A economia, ao mesmo tempo que se revela assim como ‘vulnerável’, evidencia ainda uma acentuada diferença de produtividade nos seus ramos – o que determina a concentração do investimento nos ramos mais rendáveis, isto é, ligados à geração das rendas externas ou à sua reciclagem – circunstância que induz uma acentuada rigidez da oferta. A “heterogeneidade estrutural” (Elsenhans, 1991: 49) resultante do processo descrito torna-se assim um dos factores fundamentais do fenómeno de dependência das importações, de inviabilização de um desenvolvimento endógeno e, conseqüentemente, da perenidade e aprofundamento da “especialização desigual”. Em conclusão, do desenvolvimento e do aprofundamento dos processos rendeiros.

Importa, entretanto, destacar um outro vector fundamental de potenciação e cristalização dos processos rendeiros: o da acumulação económica inerente ao aprofundamento das linhas de clivagem originárias dos processos de criação e desenvolvimento de desigualdade política e social. Este é um aspecto

fundamental de expressão de uma historicidade das sociedades africanas, nunca interrompida.

A produção de desigualdade política e social expressa-se e assenta em regimes de acumulação económica. Esta, por sua vez, desenvolve-se em contextos concretos de desenvolvimento da produção (ou da não produção) material.

A acumulação, na África Sub-sahariana, segue uma trajectória que, como linha condutora comum às várias fases históricas desde o período pré-colonial, se exprime numa não criação/extracção de excedente económico no seio do “conjunto de referência”. Esta circunstância determina que ‘outras fontes’, aliás já identificadas atrás, terão servido de base ao processo de acumulação.

E o fenómeno colonial, ao se revelar, por lógica própria alheio ao estabelecimento de relações de produção capitalistas, afigura-se como incapaz de induzir formas capitalistas de acumulação. Pelo contrário, dá continuidade a uma *acumulação não capitalista*, que não só encaixa a lógica anterior, mas potencia-a. Potencia-a ao reforçar o ‘recurso ao exterior’ como vector fundamental da acumulação.

A acumulação assente em bases não capitalistas tem, na África Sub-sahariana, duas componentes fundamentais: a da utilização do ‘exterior’ como recurso, isto é, a geração e captação das rendas da dependência, propiciadas pela extroversão; a do permanente apelo a formas e processos tradicionais de acumulação os quais, perante a inexistência de linhas opostas de descontinuidade, assumem continuidade.

A base económica resultante do fenómeno colonial torna-se assim a base económica do processo de acumulação. Ao não induzir relações de produção capitalistas e ao introduzir e desenvolver uma base rendeira, o fenómeno colonial não só se tornou uma base natural de encaixe das formas tradicionais de acumulação como lhes induziu um carácter e uma lógica rendeira.

A fase pós-colonial, ao coincidir com o aprofundamento do processo de produção de desigualdade política e social, revela-se no extremar do processo de acumulação económica. E, uma vez que o regime de acumulação assumiu uma

base rendeira, esse mesmo processo torna-se um vector fundamental de potenciação do desenvolvimento da economia rendeira, como corolário natural da lógica interna de desenvolvimento político.

A extroversão é uma componente dessa lógica, torna-se um factor fundamental de potenciação da captação das rendas da dependência – fundamentais ao agudo processo de acumulação.

A re-tradicionalização é outro dos recursos fundamentais do processo de acumulação por se tornar imprescindível à continuidade das formas específicas, tradicionais de uma redistribuição social que doravante englobará as rendas da dependência. Ela constitui um epifenómeno – um recurso indispensável – ao processo de aprofundamento das linhas de diferenciação conducentes ao desenvolvimento de um campo político e social hegemónico.

A lógica sistémica global dá o encaixe imprescindível ao processo: confere consistência ‘lógica’ a uma forma específica de integração das formações sociais da África Sub-sahariana – uma integração rendeira/extrovertida, no contexto de uma divisão internacional do trabalho definidora, no que concerne à África Sub-Sahariana, de dois tipos de periferia: as da produção de rendas ‘úteis’ – as periferias úteis; as ‘outras’, as periferias inúteis.

O processo de acumulação – integralmente co-relacionado com o processo de desenvolvimento da desigualdade política e social – *constitui um vector inseparável do aprofundamento da base económica rendeira*. Se a base da acumulação é inerentemente rendeira e extrovertida e se a acumulação atinge uma fase ‘aguda’, aprofundar-se-ão os processos e a lógica rendeira.

Mas o processo de acumulação/produção de desigualdade política e social insere-se na potenciação da base rendeira através de um outro vector fundamental: o do Estado pós-colonial.

E este, como herdeiro do Estado predador colonial, será melhor compreendido como componente imprescindível da historicidade das sociedades africanas tendo em conta alguns aspectos que em seguida abordaremos.

Em primeiro lugar, importa ressaltar – o que já foi feito atrás – a conexão recíproca interactiva e permanente entre a economia, a base económica e as

instituições. Esta interação recíproca, normalmente ‘gradual’, determinante de ‘trajectórias’, implica que as instituições reflectam, tendencialmente, uma determinada base económica, isto é, as condições concretas de realização (ou da sua ‘ausência’) da produção material. Implica, por outro lado, que a própria natureza da base económica seja amplamente consequência da actuação das instituições, mormente do Estado, como factor chave da definição e de execução – como guia e condutor – do processo de ‘desenvolvimento’.

Em segundo lugar, importa explicitar que as alterações, necessariamente graduais – as ‘trajectórias’ – definidoras dos processos concretos de interação permanente e contínua, resultam de bases determinadas, a partir das quais se desenvolvem.

E a economia, a sociedade e as instituições do Estado pós-colonial ‘nascem’ a partir de uma base concreta, a saber:

- Um contexto rendeiro e extrovertido determinado por uma lógica colonial que, aplicação prática dos modelos *vent-for-surplus*, tão bem expressam. E este contexto, para além de exprimir formas de realização da produção material revela ainda as formas de inserção das formações sociais africanas na economia-mundo.
- Os atributos e os contornos concretos de actuação do Estado predador colonial⁵¹.
- As trajectórias de resistência das sociedades africanas tradicionais, indissociáveis da historicidade – nunca interrompida – das formações sociais da África Sub-sahariana.

Por outro lado, o Estado reflectirá sempre, necessariamente, as formas específicas de ajustamento político de uma base social que, em última instância, entronca em formas de realização da produção material. A sua natureza expressa, assim, uma determinada correlação de forças sociais: expressa um domínio

⁵¹ O Estado predador colonial é um Estado maximizador de receitas e de excedente que, por excelência, constitui um vector fundamental de viabilização da acção colonial. Ao servir tal desiderato, ele é um instrumento de implantação do sistema colonial baseado na aplicação dos modelos *vent-for-surplus*; serve, por outro lado, a “coligação” em que se baseia o Estado colonial. Tais circunstâncias determinam quer um fraco desenvolvimento dos serviços públicos quer uma dinamização da acção económica geradora de uma fraca capacidade produtiva e de uma fragilidade do sistema monetário-financeiro – a par de uma não separação do político e do económico (Frimpong-Ansah, 1991: 44-50).

político hegemónico revelado pelas “coligações” (Frimpong-Ansah, 1991: 45-47)⁵² que o viabilizam e sustentam – e que, em última instância determinam o processo de tomada de decisões.

A base material rendeira tem a sua expressão, na fase colonial, na aplicação dos modelos *vent-for-surplus*. Revela-se nos processos e na lógica de aplicação de tais modelos e, logicamente, na especialização económica – desigual – dela decorrente. É esta a base material de partida e é esta a base em que assentou o processo de construção das instituições na fase pós-colonial.

E é assim que se tivermos presente que “há uma afinidade electiva entre configurações específicas de exploração de mercadorias e os diferentes graus e modelos de *stateness*, os Estados são predadores ou desenvolvimentistas, em grande parte de acordo com a origem dos seus rendimentos principais, especialmente o carácter do sector dominante dos quais extraem esses rendimentos” (Karl, 1997: 237), então teremos intuído as bases efectivas a partir das quais se construiu e se desenvolveu o Estado pós-colonial.

Karl (1997: 237) refere ainda que “onde a exploração mineral coincide com o início da formação do Estado moderno, [...] a dinâmica da produção para exportação configura o Estado de maneira fundamental, criando estruturas específicas de escolha [de políticas], capacidades irregulares e gerando defeitos que perdurarão longamente após o momento da sua criação”. E se “os países dependentes da mesma actividade de exportação normalmente apresentam significativas semelhanças em termos de capacidade (ou incapacidade) de os respectivos Estados conduzirem o desenvolvimento, mesmo que as suas instituições actuais sejam bastante diferentes, em virtualmente todos os outros aspectos” (Karl, 1997: 237), não é menos certo que tal raciocínio lapidar tem uma base de aplicação geral – embora gradativamente diferenciada – na África Sub-sahariana. Este não é, obviamente, exclusivo da ‘exploração mineral’. Aplica-se, pelo contrário, à generalidade dos processos de produção de rendas

⁵² Em referência a Bates, R.: *Markets and States in Tropical Africa*, University of California Press, Berkeley, 1981.

externas/exportação de produtos de base (minerais ou agrícolas – baseados estes em explorações extensivas).

O tipo de “*fiscal link*” entre a base rendeira – expressa na dependência (fiscal) em relação aos produtos de base cuja exportação garante, de forma directa ou indirecta, o núcleo das receitas do Estado – e as instituições mantém-se (estejamos em presença de *petro states*, de *mining states* ou, de *commodity states*, em geral). Mantém-se, inclusivamente, a forma de dependência em relação ao exterior.

A graduação do fenómeno expressa-se aqui, essencialmente, nos diferentes níveis de dependência e concentração das receitas fiscais em relação ao número e diversidade de produtos de base exportados, circunstância esta que tenderá a esbater (ou a reforçar) os graus de expressão do fenómeno rendeiro e, ao graduar a dependência em relação ao exterior, a determinar os diferentes níveis de extroversão.

O Estado pós-colonial não é assim, ao contrário do que se afirma, um mero enxerto (Bayart, 1996) ou uma metamorfose (GEMDEV, 1997) do Estado predador colonial: é um Estado inserido na historicidade das sociedades africanas, sustentado por outras “coligações”, herdeiro e gerador, activo e passivo, do aprofundamento de uma base económica rendeira compatível e decorrente, quer de lógicas internas, tradicionais, quer dos contextos concretos de integração, imposta e ‘condicionada’, na economia-mundo capitalista.

Em resumo, parece ser legítimo conceber o aprofundamento do carácter rendeiro e extrovertido das economias e das sociedades da África Sub-sahariana, a partir das seguintes considerações:

- Uma forma de produção material condicionadora quer da natureza das instituições – mormente do Estado – quer das formas específicas de inserção das sociedades em questão, no mundo;
- O desenvolvimento da produção material numa base rendeira é fruto quer da existência de recursos materiais e humanos em *surplus*⁵³, quer da lógica do

⁵³ Hartmut Elsenhans (1991: 36) afirma, a este respeito, que “o desenvolvimento industrial no Terceiro Mundo não foi prejudicado pela exploração, mas pela relativa riqueza desse mesmo Terceiro Mundo”. A tónica é posta, entretanto, na **concentração da renda** inerente à forma de exploração/redistribuição,

desenvolvimento de um processo histórico consubstanciado em concretas formas de acção colonial alicerçadas na aplicação dos modelos *vent-for-surplus*, nas suas duplas versões “*staple*” e “*unlimited labour*”. A lógica rendeira inerente ao fenómeno colonial assenta e encaixa, por sua vez, na lógica de funcionamento das sociedades tradicionais pré-coloniais, baseada na não extracção de excedente económico no seio do respectivo “conjunto de referência” (Diallo, 1996: 15) – linhagem, etnia e, mais tarde, no aparecimento de grupos de pressão que, sob diversas capas, têm como finalidade última acaparar-se de parcelas de rendas externas.

-- O Estado pós-colonial, como elemento fundamental de condução do processo económico e do desenvolvimento da sociedade aparece marcado por circunstâncias capitais:

1. Em primeiro lugar, ele é herdeiro de uma estrutura económica rendeira, própria de um sistema colonial cujo desenvolvimento se assumia com vocação e, por inerência, extrovertida; e, como decorrência de uma lógica excludente interna, incompatível com o fortalecimento de um mercado interno de massas, indispensável à implantação de relações de produção capitalistas.
2. Ao coincidir, no tempo, com o desenvolvimento decisivo da base rendeira, ele herda a estrutura fiscal do Estado colonial a qual vai determinar, grosso modo, a sua natureza – o facto de ele ‘nascer’ e se implantar a partir de tais condições não permite senão a sua inserção numa lógica global de continuidade.
3. A necessidade da sua legitimação, não a partir dos pressupostos próprios da fase pré-colonial (nomeadamente através da religião), vai determinar uma acção política alicerçada noutras “coligações”⁵⁴ e consubstanciada na acção mitológica do ‘desenvolvimentismo’.

própria das economias assentes na percepção de rendas externas. Assim “a desindustrialização do Sul [não se teria verificado] a menos que o rendimento resultante da exportação de mercadorias fosse tão bem distribuído pelo conjunto da população que criasse um amplo mercado interno de consumo de massas”.

⁵⁴ A noção de “coligação” como sustentáculo da acção política do Estado (que não é neutro), torna-se realmente fundamental (Frimpong-Ansah, 1991: 45-7). Este autor identifica, para o caso do Ghana o qual se pode assumir, grosso modo, como representativo, que formam a “coligação” do Estado predador colonial: interesses mineiros, companhias de *trading* – processo que exclui o grosso dos sectores

4. O ‘desenvolvimentismo’ como base sociológica de assunção de uma nova legitimidade, vai encaixar numa base rendeira e vai determinar, por esse fato, um extremar das despesas do Estado (em relação às quais os critérios de rentabilidade estarão crescentemente ausentes), visando as acções ‘de desenvolvimento’. Esta nova actuação encaixa numa necessidade acrescida de redistribuição das rendas externas capaz de sustentar a nova “coligação” através de processos de redistribuição das rendas externas, potenciados pelo agudizar do aprofundamento da desigualdade política, social e económica – e conseqüentemente, da acumulação.
5. Ao condicionar o ‘*decision making process*’, este condicionalismo vai determinar não só a natureza do Estado pós-colonial mas a sua (in)capacidade de guiar o ‘desenvolvimento’, isto é, de romper a base rendeira bem como a “especialização desigual”, herdadas.
6. O aparecimento do Estado pós-colonial não constitui assim uma conjuntura crítica capaz de alterar, de fato, a base material de partida. As ‘circunstâncias’ inserem-no, antes, numa lógica de continuidade agravada, de forma decisiva, por imperativos de uma aguda acumulação (não capitalista, porque alheia ‘ao seu espírito’), determinada pelos processos de aprofundamento de desigualdade, os quais assumem níveis críticos, uma vez desaparecido o rolo compressor do colonialismo.

-- A retroacção da super-estrutura assim criada não teve outro efeito senão potenciar o carácter rendeiro da base material, inclusive em função da vulnerabilidade da economia rendeira e das suas sucessivas crises⁵⁵. O

indígenas não integrantes dos *farmers* exportadores. Em relação ao Estado pós-colonial, na sua fase inicial, a “coligação” integraria: políticos nacionalistas, homens de negócios indígenas, pequenos *traders*, assalariados urbanos, *farmers* dependentes.

⁵⁵ As sucessivas crises da economia rendeira aprofundam – o herdado – carácter predador, próprio do Estado colonial. A sua avidez de receitas aumenta, nos períodos de crise, potenciada pela necessidade de realização de despesas ‘de desenvolvimento’, substantivamente como forma de legitimação do poder político através da ‘redistribuição’. A crise de receitas incompatível com tal desiderato implica bastas vezes a imposição de uma carga fiscal suplementar, inclusive em relação aos sectores geradores de rendas externas, nomeadamente a agricultura de exportação – com prejuízo da sua actividade futura. Nesta etapa o Estado predador assume então a qualidade de “Estado Vampiro” (Frimpong-Ansah: 1991).

desenvolvimentismo, porque assente numa base rendeira ‘de facto’, compatível com a historicidade das sociedades em questão – crescentemente desiguais, o que se expressa no aprofundamento de uma acumulação não capitalista – não poderia deixar de gerar, como efeito perverso, o desenvolvimento de economias e de sociedades crescentemente dependentes ‘do exterior’ e da percepção de rendas externas.

-- Os factores externos – a lógica sistémica da economia-mundo capitalista, expressa na cristalização de uma especialização desigual e na perenidade dessa mesma especialização, aprofundada na actual conjuntura pela liberalização imposta nas relações económicas internacionais, inviabilizadora da actuação de indispensáveis mecanismos de protecção inicial de arranque – e os factores internos já referidos, constituem o verso e o anverso de uma mesma realidade cujos contornos, por desconsideração do seu carácter heterodoxo e rendeiro de base, parece continuar a escapar a uma abordagem científica adequada, porque simplesmente não integrável na visão neoclássica e liberal dominante.

-- A circunstância mais palpável que nos permite intuir que a economia e a sociedade rendeira constituem ‘uma realidade própria’, reside na circunstância de que o Estado rendeiro se adapta aos mais diversos regimes políticos, apresentando características próprias independentemente da sua localização geográfica, ao mesmo tempo que, terminada a guerra-fria apresenta idênticas formas de inserção – de adaptação – no sistema de relações internacionais.

5. A “ilusão” de uma burguesia nacional

A análise da formação das sociedades rendeiros na África Sub-sahariana implica, necessariamente, uma abordagem que questione sobre as classes sociais formadas no seu seio. É uma reflexão indispensável ao exacto conhecimento de tais sociedades, à sua arquitectura super-estrutural, enfim, ao modo como perseguem os seus próprios fins.

Desde logo se torna necessário explicitar as bases que se afiguram como fundamentais, em termos modelagem de tais formações sociais.

- Uma base económica rendeira e extrovertida
- Um Estado pós-colonial que, embora sustentado por outras “coligações”, por outra legitimidade, se revelou como não capaz de ultrapassar os propósitos do Estado predador colonial, incluindo a sua inerente não separação do político e do económico – porque emanção da mesma base rendeira.
- Um nunca interrompido processo de produção de desigualdade social, política e económica o qual, na sua historicidade nunca interrompida, atinge uma expressão extremada na fase pós-colonial. Esta circunstância determina, entretanto, um dos vectores fundamentais em torno do qual se cristalizam os fenómenos económicos, políticos e sociais da moderna África Sub-sahariana, a saber: a acumulação.

A base económica rendeira e o seu aprofundamento determinam, por sua vez, que a estratificação da formação social se não processe em torno da detenção ou não de meios de produção mas, pelo contrário, em torno de um outro vector fundamental: o do processo de redistribuição das rendas externas. A estratificação social opera-se assim em função das relações de força definidoras da capacidade de acesso às rendas externas, à sua repartição a qual, não se processando em função de ‘critérios económicos’, assume uma expressão inextrincavelmente inseparável ‘do político’. Trata-se de uma nova modalidade de não separação do político e do económico – apanágio do Estado colonial – agora com outra roupagem, agora no contexto de outras coligações subordinadas a um outro vector definido pela acumulação pós-colonial.

O processo de redistribuição das rendas externas – nos seus múltiplos aspectos, desde a redistribuição directa aos meandros dos processos internos de reciclagem dessas mesmas rendas externas – ordena assim a sociedade não em função do posicionamento dos vários grupos face à produção, não em função de ‘classes’ – pelo menos no sentido tradicional do termo – mas através da sua partição fundamental em dois grandes blocos: o ‘bloco insider’, com acesso

directo às rendas externas ou à sua reciclagem e o ‘bloco outsider’, constituído pelo grosso da população, na maior parte ‘informalizada’.

As ‘classes’ – em sentido clássico – terão assim uma existência virtual no contexto de um inexpressivo e condicionado sector de reciclagem das rendas externas. São uma miragem. São, quando muito, uma ‘potencialidade’ assumida como mais ou menos longínqua, no âmbito de uma concepção de ‘desenvolvimento’ baseado na expansão de um núcleo rendeiro.

Yates (1996: 33) reflecte sobre esta nova realidade social referindo que “tal como a burguesia histórica da revolução industrial capitalista, a classe rendeira emerge do seio da economia rendeira e do Estado rendeiro como uma nova categoria social que desaloja as elites tradicionais”.

Efectivamente, a nova realidade social emergente do Estado rendeiro, porque resultante do aprofundamento da base (económica) rendeira, molda a própria natureza do Estado, determinando novas “coligações”: as elites tradicionais, suportes da luta de libertação nacional são assim ‘desalojadas’ da liderança da “coligação”. A sua reinserção processar-se-á tão somente em função da sua “reciclagem” (Ferreira, 1995: 23), da sua capacidade de reconversão – e na justa medida dessa reconversão – na “classe rendeira” emergente.

Uma outra circunstância, que se revela como capital para a compreensão do fenómeno social e político, é a da não extracção de excedente económico⁵⁶ por parte dos grupos e camadas ‘insiders’ em relação ao grosso da população ‘informalizada’. E esta circunstância assume-se como um elemento capital do processo de (não) transformação da sociedade: da não extracção de excedente económico por parte de classes superiores em relação a classes ‘exploradas’ resulta, de fato, a não existência actuante de um poder de reivindicação. Como refere Diallo (1996: 30-1), “tudo se passa como se existisse um pacto entre classes dirigentes de um lado e classes inferiores do outro, onde umas não

⁵⁶ “Excedente económico efectivo [é] a diferença entre o produto social efectivo de uma comunidade e o seu efectivo consumo. É idêntico, por conseguinte, à poupança ou acumulação” (Baran, 1964: 74). É, portanto, uma parcela da noção marxista de mais-valia “representada pela diferença entre o produto líquido global e a renda [leia-se rendimento] real da força de trabalho. O excedente económico efectivo abrange apenas a parcela da mais-valia que é acumulada”. A ‘classe’ rendeira, ao basear a sua actuação em processos de captação de rendas externas não só prescinde do excedente económico (interno) como essa ‘desistência’ lhe é essencial ao funcionamento do pacto rendeiro.

retirariam excedente das outras mas, pelo contrário, deveriam distribuir as riquezas obtidas no exterior da sociedade em troca do estatuto social que lhes é concedido. Este fenómeno, que designaremos por comodidade «pacto social», deve ser preservado a todo o custo. Este pacto social induz as regras de comportamento de uns e de outros”.

É este pacto social que se transforma, assim, num dos elementos essenciais de frenagem do desenvolvimento de relações de produção capitalistas as quais se tornariam, por essa circunstância, num elemento de desestabilização da ordem social subjacente ao pacto rendeiro. Por sua vez, a integração de tais sociedades na economia-mundo capitalista, sem capitalismo interno ou com uma ‘caricatura’ de capitalismo, não poderá gerar senão um aprofundamento e generalização dos processos de *rent-seeking*, aliás, absolutamente compatíveis (tornando-se mesmo imprescindíveis) com o extremar do processo de clivagem social, política e económica.

Em tais circunstâncias será absolutamente legítimo considerar que a acumulação resultante de tal processo não constitui um processo de acumulação burguesa. Reafirmando a abordagem de Bayart (1989: 119-138), tratar-se-á de uma “ilusão burguesa”. Mas, a “ilusão” é dupla: além de burguesa, é nacional.

A base económica rendeira é, por inerência, extrovertida. E a acumulação, realizada numa base rendeira é, por inerência, uma acumulação extrovertida.

Torna-se aqui necessário distinguir entre os processos e comportamentos de *rent-seeking* verificados numa economia com implantação de relações capitalistas de base, dos processos de *rent-seeking* globais e generalizados, próprios de uma economia rendeira, baseada em rendas externas.

No primeiro caso, tal processo *pode* dar origem a processos de acumulação capitalista os quais *podem* vir a constituir um factor indispensável a ulteriores processos de crescimento económico. É o que acontece em certos países asiáticos⁵⁷. Por isso mesmo e nesse sentido, foi já questionada a possibilidade de

⁵⁷ As circunstâncias históricas determinaram uma marcante diferença entre a realidade asiática e a realidade da África Sub-sahariana que, por tal fato, se tornam insusceptíveis de assimilação. Como elemento de reflexão, bastará adiantar aqui a extrema diferença entre o carácter e instrumentos dos fenómenos coloniais, num caso e no outro.

obtenção de resultados ‘positivos’ de processos de *rent-seeking*, assimilando-os a factores necessários a uma acumulação (burguesa) capitalista. É assim que Khan (2000: 21-69) procede à abordagem desta questão insistindo na necessidade da sua análise em termos de custos/benefícios e concluindo da sua desejabilidade – em termos de efeito líquido positivo – se “criadora de uma classe capitalista produtiva” (Khan, 2000: 38).

No segundo caso, os processos e comportamentos de *rent-seeking* não só não conduzem a uma acumulação potencialmente produtiva como a extroversão inerente a uma economia rendeira tornam-na ‘não nacional’. Trata-se de uma *acumulação sem desenvolvimento* que, por extroversão, se torna ‘não nacional’: conduz, isso sim, à “cristalização de uma estratificação social baseada nas delimitações do sistema internacional”(Bayart, 1989: 137).

A problemática da acumulação (simultaneamente com o da extroversão) – porque tão essencial à actual África Sub-sahariana – constitui, de fato, um elemento, um fenómeno de eleição para análise da unidade dialéctica entre factores internos e factores externos.

A acumulação, como instrumento e expressão de criação de desigualdade social e política, constitui – conjuntamente com a extroversão – o vector fundamental em torno e em função do qual se desenvolvem os diversos fenómenos sociais, políticos e económicos.

E, ao não se tornar possível acumular senão numa base rendeira, os processos de acumulação constituem, à partida, causas e consequências fundamentais de uma progressiva extroversão das sociedades. Os recursos fundamentais da acumulação tornar-se-ão doravante o ‘exterior’ – por lógica sistémica expressa na perenidade de uma especialização desigual – e a ‘re-tradicionalização’ – a crise da economia rendeira ocasiona o reforço da utilização dos canais internos, viabilizadores actuantes da acumulação e de reforço da sua legitimidade.

Ao se tornar possível “enriquecer sem se desenvolver” (Chabal, Daloz, 1999: 8) e, ao se não tornar factível o ‘desenvolvimento’ – por actuação da ‘armadilha rendeira’ – não terá restado outra alternativa senão o aprofundamento dos canais disponíveis, a saber: a extroversão e a re-tradicionalização. E estas, por sua vez,

por retroacção sobre a base material não deixarão de, incessantemente, provocar o aprofundamento do carácter rendeiro dessa mesma base material.

Trata-se, ao fim ao cabo, de um extremar da ‘armadilha rendeira’: *a imolação do desenvolvimento no altar sacrossanto da acumulação*⁵⁸.

Os anos 80 e 90 do Século XX constituem um marco no aprofundamento da armadilha rendeira⁵⁹. Efectivamente, a aplicação mecânica dos princípios neoclássicos e neo-liberais, visando provocar (por imposição) um novo regime privado de acumulação⁶⁰, sem uma noção profunda dos contornos e da substância da realidade de partida – a economia rendeira, a sociedade rendeira – não poderia senão conduzir a ‘efeitos perversos’: potenciação de uma acumulação rendeira e aprofundamento da base rendeira, em consequência.

Quando a economia se torna globalmente rendeira e quando, simultaneamente, os instrumentos e processos políticos, sociais e económicos passam a gravitar em torno do vector fundamental ‘acumulação’, o próprio Estado, agora já suportado por outras “coligações”, em simbiose com o sector ‘privado’, assume-se como um elemento não diferenciado – pelo contrário, activo – do complexo rendeiro/redistributivo global, plasmado na generalização dos comportamentos de *rent-seeking*: “o Estado, [torna-se] o instrumento e não o agente deste comportamento «natural» do sector privado, [e] a fuga de capitais e a evasão fiscal podem ser então consideradas como típicas deste comportamento aberrante de procura de renda. [...] Os programas de liberalização e de ajustamento não mudam em nada esta situação de base; a fase de liberalização e de abertura em curso cria *o seu próprio perfil de procura de renda*. [Uma vez

⁵⁸ Há que ressaltar o actual extremar deste fenómeno no contexto da ‘mundialização/globalização’, processo aliás inerente ao desenvolvimento da economia-mundo capitalista.

⁵⁹ “O decénio de 80, ao introduzir os princípios neo-liberais, em particular sob a égide do Banco Mundial, deslocou a atenção para o sector privado como espaço susceptível de produzir o crescimento económico e assegurar, mais amplamente um processo de acumulação julgado mais sólido e durável porque estranho ao modo de produção rendeiro que havia dominado no período pós-colonial imediato, no continente africano. [Contudo], frequentemente o desmantelamento das intervenções e controles do Estado até então exercidos directamente conduziram, acima de tudo, a uma espécie de «informalização» da vida económica” (Ellis, Fauré, 1995: 21-23).

⁶⁰ “A análise da economia rendeira, do ponto de vista da economia política, requer o estudo do conjunto de relações sociais que se tecem entre os actores da economia rendeira. É o que R. Boyer (*La théorie de la régulation, une analyse critique*, La Découverte, Paris, 1989), designa de modo de desenvolvimento, isto é, a combinação de um regime de acumulação e de um modo de regulação desse regime” (Diallo, 1996: 30).

que se tornem dominantes os processos caracterizadores da economia rendeira, é] grande a capacidade do mercado em criar as suas próprias entidades [e processos] de procura de renda, e isto, malgrado um regime comercial liberal” (Sid Ahmed, 2000: 508-9).

E aqui reside uma das grandes insuficiências de concepção estratégica das instituições financeiras internacionais: a consideração de que o ‘desenvolvimento’ pudesse vir a ser originado por uma simples alteração do regime de acumulação o qual seria, nas novas condições, imposto pelos conhecidos critérios de condicionalidade (seja ex-ante, seja ex-post).

É que *o que está aqui fundamentalmente em causa é a própria base rendeira da economia e não directamente o regime de acumulação*. Assim, a economia rendeira absorveu, apropriou-se do novo regime, explicitamente privado, de acumulação. Os ‘novos’ agentes⁶¹ apropriaram-se dos novos métodos⁶² e, ao assumirem-nos *formalmente*, adaptaram-nos: a economia rendeira privatizou-se explicitamente. E, porque a percepção das rendas externas se efectua fundamentalmente através do Estado, o Estado “privatizou-se”⁶³.

É que não só o “processo de procura hegemónica [no seio da sociedade rendeira] remete para as lutas sociais através das quais se realizam a acumulação primitiva, a delimitação do espaço de dominação, o controle do sistema político e da sua inserção nas economias-mundo [como], a inserção das sociedades africanas no sistema internacional [...], passa igualmente pelo filtro desta dimensão faccional” (Bayart, 1989: 258, 266-7).

E é pela “«articulação das redes internas e externas de trocas» através das quais se operam a integração do continente e a sua inserção nas diversas economias-mundo”, “pela intensidade dos fluxos transcontinentais de

⁶¹ Importa aqui discernir sobre o verdadeiro carácter da ‘empresa’ num contexto rendeiro e de generalização dos processos de *rent-seeking*: a sua função essencial inserir-se-á no processo global de captação/redistribuição das rendas externas – aliás, em paralelo com outras estruturas integrantes “das ilusões da sociedade civil” (Chabal, Daloz, 1999: 29-44).

⁶² Não restritos, evidentemente, ao domínio económico: “as políticas e as práticas resultantes da estratégia rendeira podem perfeitamente acomodar-se ao pluralismo político” (Ferreira, 1995: 18).

⁶³ Dois dos aspectos mais marcantes deste processo serão certamente a metamorfose dos dirigentes do Estado, em simultâneo ‘empresários’, bem como a criação/disseminação de empresas cujo objecto se insere na realização das próprias funções fundamentais do Estado (directa ou indirectamente propriedade de dirigentes do Estado), dificilmente integrável na acepção weberiana de “descarga”. Cfr., a este respeito, Diouf (1999: 16-23).

acumulação” (Bayart, 1989: 267-8, 136), que importa discernir sobre a real dimensão e significado da extroversão das economias rendeiras africanas.

Em resumo, se se não torna aqui legítimo conceber a estruturação da sociedade em ‘classes sociais’ – na acepção clássica e estrita do conceito – e, se a substituição de tal concepção pela de rede faccional actuante em processos de repartição de rendas no contexto do “Estado Rizoma” adquire propriedade; e se, obviamente, aquela concepção se afigura como incompatível com o funcionamento de economias basicamente sustentadas pelo recebimento de rendas externas; e, se conseqüentemente e ainda, somos conduzidos a concluir por “uma ilusão burguesa”, não é menos certo que, adicionalmente, a “intensidade dos fluxos transcontinentais de acumulação”, a extroversão da acumulação e, globalmente, a própria extroversão inerente à economia rendeira nos remetem, de forma necessária, para o entendimento de *uma acumulação necessariamente não nacional*.

Estamos, assim, perante uma dupla ilusão: por um lado, uma “ilusão burguesa” e, por outro, uma ilusão consubstanciada num “mito da burguesia nacional” (Bayart, 1989: 133-8). É que, simplesmente, a acumulação rendeira é, por inerência, inexoravelmente ‘não nacional’.

CAPÍTULO III

AS DÉCADAS DE 80 E 90, COMO PONTO DE PARTIDA PARA O SÉCULO XXI

1. A lógica rendeira no funcionamento das economias da África Sub-sahariana. A pirâmide rendeira

Razões históricas determinaram que o sector moderno da economia nos países da África Sub-sahariana fosse implantado por ‘justaposição’, por colagem a um sector tradicional, elemento fundamental de referência do efectivo desenvolvimento das forças produtivas (Norro, 1998: 20-4).

A implantação, à partida, de um sector moderno da economia em função da solvência de uma procura situada no exterior, veio não só a determinar o tipo de actividades economicamente viáveis, como também, e por consequência, a forma de integração dos países em questão no comércio mundial.

Tal forma de integração no comércio mundial constituiu o elemento fundamental de moldagem estrutural do sector moderno da economia na justa medida em que o vector ‘solvência de uma procura externa’ constituiu a razão última da própria existência de tal sector.

Esta circunstância capital, porque definidora das actividades ‘viáveis’, induziu uma forma concreta de especialização económica. Em última instância, uma moldagem estrutural, em função de tal vector essencial. Induziu, no plano global, uma “especialização desigual” (Elsenhans, 1995: 45-50) a qual, por circunstâncias específicas, se tornou, na essência, durável.

Os Quadros I e II seguintes reflectem, de forma clara, a forma de integração actual dos países da África Sub-sahariana continental⁶⁴ no comércio mundial.

⁶⁴ Como referido na Introdução, não foram incluídos, para efeitos da presente análise, os países integrantes da União Aduaneira da África Austral (SACU), a saber: África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

QUADRO I

ÁFRICA SUB-SAHARIANA CONTINENTAL

FORMA DE INTEGRAÇÃO NO COMÉRCIO MUNDIAL

	Parte dos três/quatro principais produtos exportados no total da exportação de mercadorias		Principais produtos exportados	Parte da exportação de serviços no total da exp. de bens e serv.	
	1981-1983	1997-1999		1997-1999	
Angola	96.5	97.6	Petróleo, diamantes	5.3	a)
Benin	52.9	86.1	Algodão, óleo palma, cast. cajú	22.3	a)
Burkina-Fasso	77.5	81.8	Algodão, açúcar, prod. carne	..	a)
Burundi	81.4	98.0	Café, chá, ouro	5.0	a)
Camarões	...	66.1	Petróleo, mad. bruto/serr., cacau	..	b)
Rep. Centro-Af.	74.4	79.5	Diamantes, mad. trop., café	..	a)
Chade	95.6	97.0	Algodão, goma-arábica, gado	..	a)
Congo (RDC)	68.4	79.6	Diam., petróleo, cobalto, mad., café	..	a)
Congo (Rep.)	...	84.0	Petróleo, mad., refinados, per. prec.	..	b)
Costa do Marfim	...	56.1	Cacau, refin. petr., café	..	b)
Djibouti	38.0	28.6	Animais vivos, prod. agrícolas	62.1	a)
Guiné Eq.	84.9	93.0	Petróleo, madeira	3.3	a)
Eritreia	...	70.1	Sal, prod. couro, flores, gado, têxteis	..	a)
Etiópia	80.2	81.1	Café, sem. gergelim, couro	41.1	a)
Gabão	...	100.0	Petróleo, minerais	..	c)
Gambia	74.4	69.1	Sementes oleaginosas, ginguba	79.1	a)
Gana	...	57.2	Cacau, ouro, madeira	..	b)
Guiné	96.9	80.1	Alumínio, bauxite, diamantes	5.6	a)
Guiné-Bissau	58.5	79.8	Castanha caju, prod. pesca	8.4	a)
Libéria	84.6	92.2	Diamantes, borracha, madeira	..	a)
Malawi	82.9	78.8	Tabaco, açúcar, chá, café	..	a)
Mali	81.6	92.9	Diamantes, ouro, algodão, gado	12.2	a)
Mauritânia	93.3	89.7	Prod. pesca, min. Ferro	4.1	a)
Moçambique	55.6	59.8	Camarão, algodão	56.0	a)
Níger	94.7	83.3	Urânio, animais vivos	4.1	a)
Nigéria	...	98.5	Petróleo	..	b)
Quênia	...	38.5	Chá, café, refin. Petróleo	..	b)
Ruanda	91.2	84.4	Chá, café	23.3	a)
Senegal	52.2	49.5	Peixe, fertilizantes	25.9	a)
Serra Leoa	63.2	75.3	Diamantes, calçado, cacau em grão	44.3	a)
Somália	94.8	79.4	Animais vivos	..	a)
Sudão	59.0	52.6	Petr. (recente), algod., sem. gerg., gado	7.0	a)
Tanzânia	54.9	51.3	Café, cast. caju	45.6	a)
Togo	70.8	76.5	Fosfato cálcio, algodão	14.7	a)
Uganda	97.5	69.9	Café, peixe	22.6	a)
Zâmbia	93.8	89.3	Cobre, cobalto	..	a)
Zimbabwe	...	48.3	Tabaco, ferro-gusa, algodão, açúcar	..	b)

a) País Menos Avançado (PMA) b) 1998-1999 c) 1980

Fontes:

1. «Les Pays les Moins Avancés – Rapport 2002», CNUCED
2. «Manuel de Statistiques de la CNUCED», 2001

NOTA : Na generalidade dos países produtores de diamantes, uma parte substancial da produção escapa ao controlo dos circuitos legais pelo que os valores 'oficiais' apresentados, devem ser analisados em conformidade com esta reserva.

QUADRO II

ÁFRICA SUB-SAHARIANA CONTINENTAL

COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS 1995 – 1999

	PRODUTOS PRIMÁRIOS	PRODUTOS MANUFACTURADOS		Classifi- cação do país
		Total	Dos quais, com incipiente especialização	
Angola	99.4	0.6	0.2	E.P.
Benin	96.3	3.7	3.0	E.A.
Burkina-Fasso	89.5	10.5	8.4	E.A.
Burundi	E.A.
Camarões (1999)	95.2	4.8	...	E.A. a)
Rep.Centro-Af.	97.5	2.5	1.2	E.M.
Chade	96.3	3.7	0.6	E.A.
Congo (RDC)	96.2	3.8	3.1	E.M.
Congo (Rep.) – (1995)	97.3	2.7	...	E.P.
Costa do Marfim(1995)	93.5	6.5	...	E.A.
Djibouti	E.S.
Guiné Eq.	97.4	2.6	2.0	E.P.
Eritreia	E.A.
Etiópia	89.2	10.8	5.7	E.A.
Gabão (1980)	100.0	0.0	0.0	E.P.
Gambia	87.9	12.1	7.0	E.S.
Gana (1999)	81.2	18.8	...	E.A.
Guiné	92.3	7.7	0.5	E.M.
Guiné-Bissau	98.3	1.7	0.8	E.A.
Libéria	E.M.
Malawi	87.1	12.9	12.0	E.A.
Mali	98.5	1.5	0.9	E.A.
Mauritânia	96.9	3.1	1.7	E.A.
Moçambique	84.0	16.0	7.8	E.M.
Níger	90.1	9.9	4.6	E.M.
Nigéria (1999)	99.4	0.6	...	E.P.
Quénia (1999)	77.6	22.4	...	E.A.
Ruanda	86.5	13.5	5.5	E.A.
Senegal	67.6	32.4	8.0	Misto
Serra Leoa	E.M.
Somália	96.1	3.9	1.7	E.A.
Sudão	94.8	5.2	3.0	E.P.
Tanzânia	88.9	11.1	5.0	E.A.
Togo	87.3	12.7	12.0	E.A.
Uganda	95.6	4.4	1.6	E.A.
Zâmbia	E.M.
Zimbabwe (1999)	73.1	26.9	...	E.A.

a) A exportação de petróleo cifrou-se em cerca de 35% do total da exportação de mercadorias em 1999; os produtos alimentares e as matérias primas de origem agrícola, em cerca de 51.4% – tendência que mantém alguma constância, ao longo do tempo.

LEGENDAS: E.P. – Exportador de petróleo; E.M. – Exportador de minerais; E.A. – Exportador Agrícola; E.Man. – Exportador de Manufaturas; E.S. – Exportador de Serviços; Misto – Exportador de Manufaturas e Serviços

FONTES:

1. «Les Pays les Moins Avancés – Rapport 2002», CNUCED
2. «Manuel de Statistiques de la CNUCED», 2001

Impõe-se, entretanto, uma breve análise sobre a natureza, sobre o tipo de produtos que tal integração/especialização envolve.

Tratam-se essencialmente de produtos de base não transformados, com uma muito reduzida incorporação de factores de produção internos (trabalho e capital), isto é, com um reduzido valor acrescentado nacional.

E se o carácter rendeiro dos produtos integrantes do sector mineiro (petróleo bruto, minerais e metais) não parece dar lugar a dúvidas, impõe-se uma reflexão sobre a lógica subjacente à forma de produção das mercadorias destinadas à exportação e provenientes do sector agrícola (produtos alimentares e matérias primas de origem agrícola).

Em primeiro lugar, se a sua competitividade externa foi, à partida, garantida por níveis de remuneração marginal da força de trabalho empregue (trabalho escravo, semi-escravo ou simbolicamente remunerado), essa mesma lógica perdurou no tempo, inclusive em virtude de uma não alteração qualitativa das condições determinantes da divisão internacional do trabalho. A competitividade externa dos produtos provenientes do sector agrícola é obtida por uma aplicação minimalista de capital ou por um ‘esmagamento’ da remuneração do trabalho empregue.

Os aumentos de produção não se inserem, assim, numa lógica de incremento da produtividade, de ‘investimento’. A lógica de produção é *extensiva*: os incrementos da produção obtêm-se normalmente por aumentos das áreas de cultivo, pelo emprego adicional de força de trabalho só marginalmente remunerada. E a ausência do imperativo da produtividade determina, por sua vez, a “fossilização do preço do trabalho” (Norro, 1998: 25), o que gera um círculo vicioso objectivamente impeditivo de um alargamento sensível do mercado interno. E a expressão muito reduzida do mercado interno, aliada a um mercado externo definidor de uma “especialização desigual”, reproduzem o sistema.

A lógica de produção extensiva e da correspondente ‘ausência’ do imperativo do incremento da produtividade no sector agrícola dos países da África Sub-sahariana, inclusive dos Estados mais representativos nesse domínio, podem ser sintetizados em alguns dados elucidativos (UN, The World Bank, 2002):

1. Valor acrescentado na Agricultura/PIB:

1970: 21%

1999: 15%

2. Área usada na produção de cereais (milhares ha.):

1979-81: 46,978

1996-98: 80,097

3. Consumo de fertilizantes (centenas de gramas/ha. de terra arável):

1979-81: 158

1996-98: 135

4. Maquinaria agrícola:

-Tratores por mil trabalhadores rurais:

1979-1981: 3

1996-1998: 2

-Tratores por 100ha. de terra arável:

1979-1981: 23

1996-1998: 17

5. Produtividade na Agricultura

Valor acrescentado por trabalhador (US\$ de 1995):

1979-1981: 418

1997-1999: 380

6. Valores relativos à evolução da produtividade em relação a culturas predominantes, em países seleccionados

	Percentagens de crescimento anual da produtividade		
	1975-1984	1985-1989	Década de 90
Camarões			
Café	3.6	-7.8	-1.1
Cacau	0.3	-0.5	0.4
Costa do Marfim			
Café	-6.7	1.6	-0.8
Cacau	0.7	0.1	0.4
Etiópia			
Café	...	0.4	-3.4
Gana			
Cacau	-0.4	-6.2	-1.1
Milho	-0.9	-4.6	0.7
Sorgo	0.9	1.5	3.0
Amendoim	-0.7	-2.3	0.1
Quénia			
Café	-1.7	-3.1	-2.9
Chá	2.0	-1.2	0.9
Cana de açúcar	4.8	-2.7	-1.9
Zimbabwe			
Folhas de tabaco	2.0	1.2	0.4
Sementes de algodão	1.3	-3.4	0.1
Cana de açúcar	3.0	-0.8	1.2
Milho	-1.7	-14.4	-1.3

Fonte: “African Development Indicators 2002”, The World Bank

Base de cálculo: evolução da produtividade em milhares de hectogramas por ha.

Entretanto, se o carácter e a lógica rendeiiras são evidentes em relação a uma especialização no domínio das exportações, impõe-se uma reflexão em torno da moldagem e da evolução estrutural do conjunto das economias da África Sub-sahariana (com excepção da África do sul), em última instância determinada por esse vector fundamental.

- O peso do sector agrícola no PIB manteve-se praticamente constante nas duas últimas décadas, oscilando entre 26 e 30%. A falta de competitividade e a ‘lógica externa’ determinaram que fracções crescentes das produções do sector agrícola não fossem objecto de exportação, sendo

consequentemente absorvidas pelo pouco expressivo e incipiente mercado interno.

- O peso do sector manufactureiro no PIB manteve-se praticamente estável nas décadas de 80 e 90 (com valores em torno dos 10%).
- O declínio do sector mineiro, entretanto não compensado pelo posterior incremento dos valores relativos à produção de petróleo bruto, determinaram que o peso do sector industrial global no PIB regredisse de 35% em 1980 para 28% em 1999.
- Por sua vez, o sector dos serviços tem registado uma contínua expansão, passando de 40% do PIB em 1980 para 44% em 1999.
- De igual modo, se o peso das exportações tem mantido uma certa constância em relação ao PIB (oscilando, em função das cotações dos produtos no mercado internacional, em torno dos 30%), as importações têm evidenciado uma firme tendência ascendente, passando de 28% em 1980 para 39% em 1999 (ver, Anexo A – Quadro II, incluindo para as observações supra). Dito de outro modo, *é crescente a dependência em relação às importações.*
- Assim, a despeito de episódicas excepções, principalmente evidenciadas por países exportadores de petróleo bruto, são geralmente negativas as “Balanças de Recursos” dos diversos países (diferença entre as exportações f.o.b. e as importações c.i.f. de bens e serviços não factoriais), como se pode ver no Anexo A – Quadro V. Assim, entre 1985-1989 e a década de 90, o saldo médio da Balança de Recursos passou de -2.7% do PIB para -3.8% do PIB.
- Os saldos negativos das Balanças de Transacções Correntes têm vindo a ser ‘colmatados’ por duas vias: por um endividamento crescente, ali onde seja possível o recurso a financiamento adicional; pela entrada de “Ajuda Pública ao Desenvolvimento” a qual, não obstante as diferenças acentuadas de país para país, representou globalmente 8.3% do PIB e 46.9% do investimento interno, na década de 90 (ver Anexo A – Quadro IV).

- A ‘lógica não produtiva’ das economias da África Sub-sahariana é ainda patenteada pelo declínio do investimento bruto em relação ao PIB (tendência episodicamente contrariada por investimentos realizados no sector petrolífero), bem como pela acentuada queda do peso da poupança interna bruta e, principalmente, da poupança nacional bruta (esta passou de 20.3% do PIB em 1975-1984 para 10.9% do PIB na década de 90 – ver Anexo A – Quadro V).

Perante o que acima ficou dito, parece ser possível explicitar o fio condutor, a lógica de funcionamento das economias da África Sub-sahariana.

A base produtiva é estreita, pouco diversificada. Tal característica, decorrente à partida de uma forma de especialização económica é fruto quer de um contexto histórico determinado – o fenómeno colonial – quer da circunstância de somente se afigurarem como tendencial e globalmente competitivos os produtos com uma forte incorporação de recursos ‘em *surplus*’. Efectivamente, só circunstâncias conjunturais muito especiais, nomeadamente a eclosão de conflitos militares globais susceptíveis de se constituírem em obstáculos sensíveis ao comércio internacional, tornariam economicamente viáveis produções internas outras que não as de produtos de base com uma incipiente transformação. Dito de outra forma, com uma muito reduzida qualificação, de partida, da mão-de-obra e, face às poderosas economias de escala no centro do sistema, só produtos de base com uma forte incorporação de recursos ‘em *surplus*’, apresentariam vantagens competitivas.

De igual forma, a ausência tendencial do imperativo da produtividade inerente a tal especialização, aliada à circunstância de a força de trabalho ser – por razões históricas, políticas e económicas – um recurso ‘em *surplus*’, marginalmente ‘remunerado’, determinou a *estreiteza do mercado interno*, a inibição do desenvolvimento de um mercado interno de consumo de massas, próprio das economias capitalistas.

A especialização em produtos geradores de rendas externas, aliada à estreiteza do mercado interno, não só determinaram estruturalmente a base produtiva interna como constituíram sérios constrangimentos à sua evolução.

A armadilha rendeira bloqueia assim a evolução das sociedades.

O fraco desenvolvimento de relações de produção subordinadas ao imperativo da maximização da produtividade constitui um obstáculo sério ao alargamento de um mercado interno, este só possível num contexto de efectiva remuneração dos factores capital e, essencialmente, trabalho. Não tendo sido este, o ponto de partida, só o mercado externo, só uma efectiva competitividade externa, poderia assegurar um alargamento, uma diversificação da base produtiva. Mas não foi este, não poderia ter sido este, o caminho seguido.

Em primeiro lugar, com tal ponto de partida, não se tornava nem se torna possível, em condições ‘normais’⁶⁵, fazer face às economias de escala altamente produtivas e competitivas, no centro do sistema.

Em segundo lugar, as políticas comerciais ocidentais altamente proteccionistas ali onde topicamente assume algum risco a sua competitividade em relação a certos produtos potencialmente produzíveis na África Sub-sahariana – nomeadamente produtos agrícolas ou de primeira transformação agro-industrial – inviabilizam, tendencialmente, este desiderato.

Em terceiro lugar, a questão dos termos de troca. A baixa tendencial, relativa, dos preços dos produtos de base – com excepção do petróleo bruto – estende-se hoje aos produtos manufacturados com uma baixa intensidade de incorporação de capital. Significa isto, que esta possível solução, esta ‘janela’ visando, através da exportação, a promoção da diversificação e do alargamento da base produtiva interna, se revela crescentemente problemática.

Em quarto lugar – mas não em último – a questão da condução da política económica, a partir de tal base produtiva. A base rendeira e a tendencial ausência de acesso ao rendimento – leia-se à renda – a partir de uma remuneração dos factores, engendra na sociedade uma atitude generalizada de *rent-seeking*, um verdadeiro síndrome rendeiro. Este síndrome rendeiro torna-se a base de condução da política económica, o princípio básico em relação ao qual todos os processos económicos se subordinam. A política cambial, a política de endividamento externo, a política orçamental, a política monetária, a política de

⁶⁵ O que implicaria a adopção de estratégias de desenvolvimento adequadas a tal circunstância.

rendimentos e preços, a política de investimentos, tornam-se acessórias, instrumentos do *imperativo nuclear da maximização e repartição 'consensual' das rendas externas*.

É assim consabido que os períodos de euforia, em resultado de episódicos incrementos de preços dos produtos de exportação, acarretam 'naturalmente' um afrouxamento do rigor na aplicação da política cambial. As moedas nacionais assumem uma sobrevalorização 'natural' até porque, na economia rendeira, taxas de câmbio artificiais permitem não só assegurar a aquisição dos produtos importados, essencialmente pelos estratos urbanos da população que têm acesso a tais bens, a preços artificialmente reduzidos – o que constitui uma fonte de re-legitimação política dos governos – mas também porque a existência de *spreads* cambiais (paralelo/oficial) constituem uma fonte não desprezível, importante, do processo de acumulação económica.

A política monetária é, de igual modo, 'naturalmente' expansionista. A monetarização interna das rendas externas, aliada ao incremento natural da criação de meios de pagamento – nomeadamente através da concessão de crédito 'administrativo' ou 'político' – em consonância com os imperativos da *rent-seeking* e da redistribuição rendeira, criam as condições de uma 'inelutável' e aprofundada tendência para a inflação.

Esta tendência é ainda alimentada pelas sucessivas coberturas dos défices orçamentais decorrentes quer da insuficiência das receitas fiscais – adveniente de uma estrutura dependente das rendas externas cada vez mais 'insuficientes' – quer da realização de sobre despesas do Estado, inerentes ao processo determinante de redistribuição interna rendeira.

A acção conjugada da sobrevalorização das moedas nacionais e dos altos índices de inflação constatados determina uma valorização tendencial da taxa de câmbio real (episodicamente alternada com períodos de desvalorização das moedas nacionais, depressa 'ultrapassados'), uma tendencial quebra de competitividade dos preços das exportações dos países em relação aos dos parceiros comerciais. É assim que o Índice da Taxa de Câmbio Real Efectiva para o conjunto dos países da África Sub-sahariana (com excepção da África do

Sul), tomando por base o ano de 1990 (1990 = 100), registou os seguintes valores médios:

- 1975 – 1984: 68.7
- 1985 – 1989: 107.6
- Década de 90: 85.5

Fonte: “African Development Indicators 2002”, The World Bank

A falta de competitividade das economias da África Sub-sahariana aliada à estreiteza do seu mercado interno, determinam assim a estreiteza da sua base produtiva interna. E esta, em consonância com a sua lógica de funcionamento determinada pelos processos de captação/redistribuição de rendas externas, molda estruturalmente a economia bem como a sua evolução estrutural.

Embora os dados estatísticos disponíveis não permitam uma separação nítida entre a esfera rendeira e a esfera não rendeira da economia, torna-se clara a importância do peso do ‘sector industrial’ no que concerne aos *petro states* e aos *mining states* bem como do peso do ‘sector da agricultura’ em relação aos *commodity states* (ou o peso conjugado dos dois sectores, quando a produção de rendas externas é híbrida) – vide Anexo A. Seja como for, o crescente peso conjugado do sector dos serviços com o do sector industrial (se em relação a este retirarmos a incipiente ‘manufatura’ bem como a fracção rendeira – essencialmente os produtos da indústria mineira), torna evidente a importância que assume o que se poderia apelidar de ‘sector de reciclagem das rendas externas’ – essencialmente a construção civil e subsectores conexos, imobiliário, sector bancário, sector do comércio, sector de serviços em geral e, de uma forma específica, os sectores co-relacionados com o consumo ‘de ostentação’ (fenómeno viabilizado pela concentração da renda, essencialmente nos centros urbanos).

De acordo com o que acima foi exposto, é lícito conceber o sector moderno da economia decomposto nos seguintes subsectores:

$$\begin{array}{ccccccc} \text{SECTOR} & & \text{SECTOR} & & \text{SECTOR NÃO} & & \text{SECTOR DE} \\ \text{ECONÓMICO} & = & \text{RENDEIRO} & + & \text{RENDEIRO} & + & \text{RECICLAGEM DAS} \\ \text{MODERNO} & & \text{(RENDAS EXTERNAS)} & & \text{(RESIDUAL)} & & \text{RENDAS EXTERNAS} \end{array}$$

As crises de recursos resultantes da lógica e das crises do sector rendeiro, reflectidas nas balanças de pagamentos, são, entretanto, ‘colmatadas’ pelo peso da “ajuda pública ao desenvolvimento” nas economias em questão (Anexo A – Quadro IV) bem como, *quando e se possível*, por incrementos da dívida externa (Quadros VI e VIII do Anexo A). Em relação ao recurso à dívida externa, o esgotamento da capacidade de endividamento dos países em questão parece ter atingido um máximo no ano de 1998 (Quadro VII do Anexo A).

O sector não rendeiro da economia estiola, entretanto:

- O sector produtor de bens transaccionáveis (agricultura, depois de retirada a componente ligada à produção das rendas externas e indústria manufactureira), tem uma expressão bastante reduzida – Anexo A, Quadro II. Importa ressaltar que desde 1980 e para o conjunto dos países em questão, o peso da indústria manufactureira não ultrapassa 11% do PIB.
- Mantêm-se regressivos os indicadores relativos à produtividade no sector agrícola, conforme acima referido.
- O investimento estrangeiro tem vindo a assumir um peso quase simbólico em relação às economias em questão, com excepção de algumas aplicações no sector rendeiro, essencialmente no sector petrolífero (Quadro IX do Anexo A): o IED dificilmente induz o crescimento; ele *segue* o crescimento⁶⁶.
- Mantêm-se igualmente regressivos os indicadores relativos à evolução do investimento bruto, da poupança interna bruta, da poupança nacional bruta (Anexo A – Quadro V).

A lógica da economia rendeira africana pode assim resumir-se também à explicitação de dois aspectos capitais: o da sua reprodução rendeira e o da sua extroversão.

Alguns indicadores poderão, para além dos que atrás já mencionamos, servir como pontos de referência para a verificação da crescente extroversão das economias da África Sub-sahariana:

⁶⁶ Como aliás, correctamente explicitado pela CNUCED (2001 : 13), “Le Développement Économique en Afrique”.

- A composição das importações. Em primeiro lugar, a forte dependência em relação à importação conjunta de bens alimentares e de produtos manufacturados para consumo de ostentação – dificilmente mensuráveis. Em segundo lugar, parece lícito estender aos países da África Sub-sahariana, as conclusões já expendidas pela CNUCED sobre os PMA's⁶⁷: não só é reduzido peso das “máquinas e bens de equipamento” no conjunto das importações, mas o peso desta categoria tem vindo a ser decrescente depois da década de 80 – o que constitui um sério *handicap* ao pretendido processo de crescimento económico. Esta generalização parece lícita para os propósitos que perseguimos, se tivermos em consideração que, quando muito, ela só poderá ser de algum modo contrariada em relação aos países da África Sub-sahariana exportadores de petróleo, dada a necessidade de importação de tecnologia específica para a produção do crude. Em terceiro lugar, parece ser legítimo concluir que a própria composição das importações, pelo tipo de procura que solve constitui, ela própria, um forte elemento de pressão no processo de dependência crescente das importações.
- As saídas de capitais. Consta-se uma saída – legal – crescente de capitais visando a aquisição de activos no estrangeiro por parte de residentes dos países da África Sub-sahariana. Este movimento tem vindo a acentuar-se especialmente na última década, também como resultado da liberalização das transacções internacionais de capitais (liberalização da conta capital). Um estudo recente da CNUCED⁶⁸ indica que, para uma amostra de 16 países africanos, a saída legal de capitais para aquisição de activos no estrangeiro por parte dos seus residentes passou de 9% das entradas na década de 80, para 23% das entradas na década de 90. Entretanto, às transacções legais deverão adicionar-se as transacções ilegais, provavelmente determinadas, em importância, pelo posicionamento dos países no seio da pirâmide rendeira: à maior importância relativa do

⁶⁷ “Les PMA's – Rapport 2002, 2ª Parte, Cap.3, pg.17 ”.

⁶⁸ “Les Flux de Capitaux et la Croissance en Afrique”, CNUCED, 2000.

fenómeno rendeiro corresponderá uma maior concentração da renda interna. Tal concentração terá, em princípio, uma correlação directa positiva com a movimentação ilegal de capitais.

A extroversão a nível financeiro é, antes de tudo, a expressão de uma dificuldade crescente na aplicação de capitais, qualitativamente idêntica à das razões que se traduzem em fluxos de investimento estrangeiro directo pouco significativos, em sectores não ligados à geração de rendas externas ou da sua reciclagem. A lógica, avessa ao incremento da produtividade, impede a competitividade. Esta, por sua vez, não pode ser duradoura e estável, mesmo à custa de um eventual ‘esmagamento’ da remuneração do trabalho, dos salários. Só o investimento pode garantir, de forma estável, o incremento da produtividade, da competitividade. Mas, obviamente, não tem sido este, o caso⁶⁹.

Seja como for, a ‘lógica do sistema’ torna inelutável a extroversão da acumulação: as apertadas faixas de aplicação de capitais nos sectores de reciclagem das rendas tornam estes sectores globalmente incapazes de absorver proporções consideráveis de uma acumulação já se si profundamente concentrada. E, por maioria de razão, a acumulação já resultante das actividades nessas faixas.

O aprofundamento da extroversão a nível financeiro é também, obviamente, o resultado de uma crescente dependência das economias africanas em relação às importações. De tal forma que, perante a estagnação ou declínio das exportações – ou do seu incremento em ritmos inferiores aos das importações – tem vindo a ser preenchido o *gap*, quando possível, pela “ajuda pública ao desenvolvimento”. Ali onde este processo se não torne possível, perante a impossibilidade de um alternativo ou conjugado recurso ao incremento do endividamento externo, a economia estiola na sua reprodução sistémica, incrementando-se, em contrapartida, os índices caracterizadores da pobreza.

⁶⁹ Para o conjunto da África Sub-sahariana, a relação Investimento/PIB declinou de 23.1% na segunda metade da década de 70 para 16.9% na década de 80; na década de 90 tal percentagem cresceu ligeiramente mas manteve-se bastante inferior à média do período 1975/79, cifrando-se em 18.2%. Por sua vez, a poupança evoluiu, nos mesmos períodos, de 19.3% para 13.6% e, finalmente, para 14.5% – cfr. “Le Développement Économique en Afrique”, CNUCED, 2001, pg.15.

Entretanto, se os fenómenos e a lógica rendeira constituem como que o denominador comum das economias e das sociedades da África Sub-sahariana, tais fenómenos e tal lógica não se expressam de maneira uniforme no espaço em apreço. A uma graduação da intensidade dos indicadores caracterizadores dos fenómenos rendeiros, corresponde, obviamente, uma graduação da sua expressão e das respectivas consequências. Por outras palavras, circunstâncias concretas, específicas, determinam uma graduação da intensidade e da expressão dos fenómenos caracterizadores das economias e das sociedades rendeiros.

Importará assim:

- Explicitar os indicadores que, permitindo qualificar como rendeiros as economias em questão, permitam, de igual modo, aquilatar da respectiva ‘graduação’, como forma de classificação de tais economias.
- Explicitar as ‘circunstâncias concretas’ que constituam o elo determinante de tal graduação
- Classificar os diversos Estados da África Sub-sahariana, através da sua integração nas diferentes categorias, na decorrência de tal metodologia classificatória.

Parece agora possível conceber os seguintes indicadores que, ao mesmo tempo que permitam classificar como rendeira determinada economia, sirvam, igualmente, para determinar ‘níveis de graduação’:

1. Concentração das exportações
2. Dependência estrutural do sector moderno da economia em relação às actividades de geração de rendas externas ou da sua reciclagem
3. Estreiteza da base produtiva
4. Expressão dos sectores produtores de bens transaccionáveis
5. Dependência directa ou indirecta das receitas fiscais em relação ao recebimento de rendas externas
6. Dependência da balança de pagamentos em relação aos processos de geração/captação de rendas externas, incluindo a “Ajuda Pública ao Desenvolvimento”
7. Concentração da renda

8. Expressão do mercado interno
9. Grau de participação, no produto e no rendimento, dos factores internos de produção – capital e trabalho
10. ‘Gradação’ na política económica seguida
11. ‘Gradação’ na actuação dos factores de constrangimento do desenvolvimento da economia e da sociedade

A realidade empírica permite constatar a existência de um vínculo entre o tipo de produto determinante da geração/captação das rendas externas e a variação da expressão, da intensidade dos indicadores acima explicitados. Existe claramente uma hierarquização da expressão dos fenómenos rendeiros, em consonância com o citado tipo de produto, de *commodity*.

Assim:

1. À produção/exportação dominante de petróleo bruto, corresponderá um maior grau e intensidade de expressão dos fenómenos rendeiros bem como uma mais intensa actuação dos factores de constrangimento do desenvolvimento da economia e da sociedade
2. À produção/exportação de outros produtos minerais corresponderá um grau intermédio de expressão dos fenómenos rendeiros
3. À produção/exportação de produtos agrícolas de base corresponderá uma comparativamente menor intensidade na caracterização e expressão dos fenómenos e na lógica rendeira bem como uma menos intensa actuação dos factores de constrangimento do desenvolvimento da economia e da sociedade. Assim é, devido à maior participação do capital e – fundamentalmente – do trabalho local na produção material, de que resulta um mais relativo alargamento do mercado interno e da própria implantação de relações de produção capitalistas, com uma consequente menor expressão das práticas de *rent-seeking*.

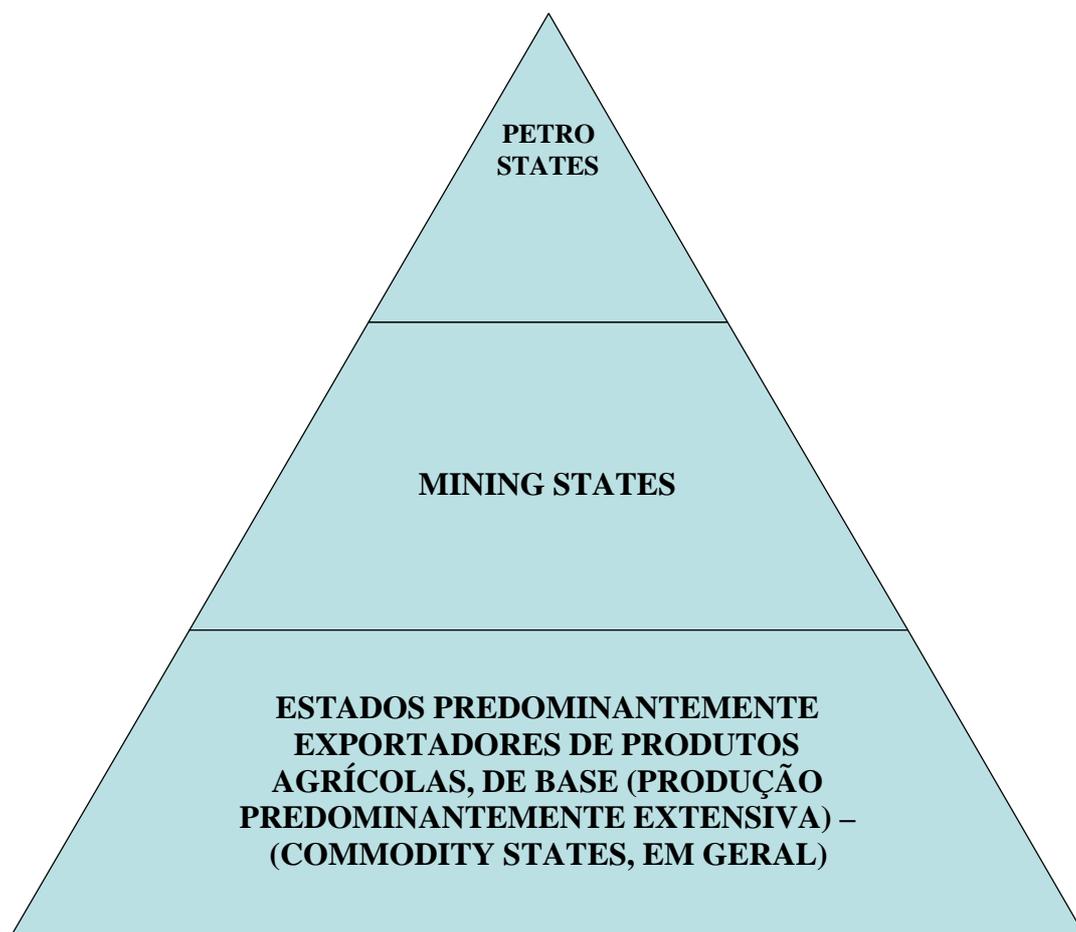
Tal hierarquização permite conceber a expressão global dos fenómenos rendeiros sob a forma de pirâmide, correspondendo ao seu topo a expressão maior da sua intensidade. Tal *pirâmide rendeira* assim perspectivada permite a concepção de estratos intermédios por ordem decrescente de intensidade dos

fenómenos rendeiros, estratos esses definidos a partir do tipo predominante de mercadorias/actividades, geradoras da percepção das rendas externas.

A *pirâmide rendeira* permite, deste modo, a arrumação, em cada um dos seus estratos, dos vários Estados da África Sub-sahariana, em consonância com as suas predominantes actividades geradoras de rendas externas.

Tal exercício classificatório, em correspondência com os elementos estatísticos apresentados no texto e nos Anexos, permite a concepção da seguinte *pirâmide rendeira* da África Sub-sahariana no limiar do Século XXI.

A PIRÂMIDE RENDEIRA



EM CONSONÂNCIA COM A INTENSIDADE E EXPRESSÃO DOS FENÔMENOS CARACTERIZADORES DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE RENDEIRAS:

- Concentração das exportações
- Dependência estrutural do sector moderno da economia em relação às actividades produtoras de rendas externas ou da sua reciclagem – Estreiteza da base produtiva – Reduzida expressão dos sectores produtores de bens transaccionáveis
- Dependência directa ou indirecta das receitas fiscais em relação ao recebimento de rendas externas
- Dependência da balança de pagamentos em relação às rendas externas
- Concentração da renda – Estreiteza do mercado interno – Grau de participação dos factores internos de produção (capital e trabalho)
- ‘Graduação’ na política económica seguida
- ‘Graduação’ na actuação dos factores de constrangimento do desenvolvimento da economia e da sociedade

Nota: Para o presente efeito, nos *Commodity States* em geral, devem ser integrados os casos em que é predominante a “Ajuda Pública ao Desenvolvimento”.

A PIRÂMIDE RENDEIRA

**ESTADOS PREDOMINANTEMENTE EXPORTADORES DE
PETRÓLEO ('PETRO STATES):**
ANGOLA, REPÚBLICA DO CONGO, GUINÉ EQUATORIAL, GABÃO,
NIGÉRIA, SUDÃO

**ESTADOS PREDOMINANTEMENTE EXPORTADORES DE
PRODUTOS MINERAIS ('MINING STATES'):**
REPÚBLICA CENTRO AFRICANA, REPUBLICA DEMOCRÁTICA DO
CONGO, GUINÉ, LIBÉRIA, MOÇAMBIQUE, NÍGER, SERRA-LEOA,
ZÂMBIA

**ESTADOS PREDOMINANTEMENTE EXPORTADORES DE
PRODUTOS AGRÍCOLAS DE BASE (PRODUÇÃO
PREDOMINANTEMENTE EXTENSIVA) –
(‘COMMODITY STATES’, EM GERAL):**
BENIN, BURKINA-FASSO, BURUNDI, CAMARÕES, CHADE, COSTA DO
MARFIM, ERITREIA, ETIÓPIA, GANA, GUINÉ-BISSAU, MALAWI, MALI,
MAURITÂNIA, QUÊNIA, RWANDA, SOMÁLIA, TANZÂNIA, TOGO,
UGANDA, ZIMBABWE

Notas:

- A Pirâmide rendeira não contempla os casos específicos dos países pertencentes à União Aduaneira da África Austral: Botswana, Lesoto, Namíbia, África do Sul (a qual, à partida, não integra a 'África Sub-sahariana'), Suazilândia.
- Exceptuam-se igualmente os casos específicos do Senegal (cuja exportação conjunta de serviços e de produtos classificados como 'manufacturados' – essencialmente, produtos químicos, fertilizantes – ultrapassa 50% das exportações totais), bem como os casos específicos e marginais de países predominantemente exportadores de serviços: Djibouti, Gambia (em que a rubrica 'turismo' é cerca de 80% do total dos 'serviços'). Estas duas economias apresentam uma evidente similitude com as 'economias insulares'. A rubrica 'turismo' constitui cerca de 50% da totalidade de serviços exportados pelo Senegal.
- A Pirâmide Rendeira diz, unicamente respeito à África Sub-sahariana continental.

2. A crise das economias rendeiras da África Sub-sahariana

A crise geral das economias da África Sub-sahariana nas décadas de 80 e 90 do Século XX deve ser entendida, acima de tudo, como a crise de um sistema, como o esgotamento e a falência de um modelo – o modelo rendeiro – de funcionamento da economia, baseado na produção e exportação de produtos de base não transformados ou de reduzido valor acrescentado de transformação, fontes de acesso às rendas externas. Está subjacente a este modelo uma forma de especialização económica indissociável de uma forma específica de inserção na economia mundial, no comércio internacional. Tal especialização determina, ainda, a moldagem estrutural das economias em questão.

Basicamente o funcionamento de tal sistema é determinado pela evolução da procura externa dos produtos de base em cuja produção/exportação, cada um dos países da África Sub-Sahariana assenta a sua especialização.

A evolução de tal procura externa determina, desta forma, a evolução dos preços a que os produtos são exportados – os quais devem ser considerados, por consequência, um ‘dado’ – e, por via disso, a evolução das receitas próprias, em moeda externa, dos países em questão. Em consonância com a evolução dos preços dos produtos importados (essencialmente produtos manufacturados) são, por consequência, determinados os respectivos termos de troca bem como o poder de compra das exportações (valor real das exportações).

A evolução tendencial de médio e de longo prazo desfavorável⁷⁰ dos termos de troca conduz ao estiolamento, à infuncionalidade progressiva do modelo⁷¹. As alterações bruscas, de curto prazo, das cotações internacionais dos produtos de exportação / evolução dos termos de troca, determinantes quer de

⁷⁰ “As transferências financeiras líquidas agregadas foram positivas no período 1980-87 e continuam a desempenhar um papel importante na ASS. Porém, as perdas devidas às taxas de juro e à deterioração dos termos de troca consomem, segundo os casos, de 25 a 90 por cento dessas transferências” (Torres, 1998: 99). Por outro lado, “se olharmos para os «termos de troca» [...] após o último acordo comercial de 1995 (o oitavo), [resultante das negociações do chamado Uruguay Round] o resultado *líquido* foi a redução dos preços que alguns dos países mais pobres do mundo receberam em relação ao que pagaram pelas suas importações. Na prática, a situação agravou-se” (Stiglitz, 2002: 43-4).

⁷¹ As limitações da procura internacional bem como a rigidez da oferta interna tornam pouco viável a geral compensação, no médio/longo prazo, da evolução desfavorável – empiricamente constatável – da deterioração dos termos de troca dos países exportadores de produtos de base (com excepção do petróleo), por incrementos sensíveis dos volumes exportados, se mantida a lógica e o modelo rendeiro.

episódicas situações de desafogo cambial quer, em sentido inverso, de crises de tesouraria cambial – cujas consequências, na alternância, se revelam particularmente desestabilizadoras – geram, no médio e longo prazo, efeitos cumulativos, conducentes a um progressivo esgotamento do modelo. É que, as bruscas e momentâneas quebras de receitas em moeda externa em economias baseadas na entrada de rendas externas – no caso vertente em resultado de sensíveis alterações conjunturais dos termos de troca dos países em questão – conduzem a danos ‘irreversíveis’. Assim, as dificuldades conjunturais na disponibilidade de meios de redistribuição social conduzem a fissuras dificilmente reparáveis na super-estrutura social e política, o que origina uma progressiva degradação das condições de governabilidade resultante de uma perda de legitimidade quando esta assenta em processos de redistribuição rendeira – como acontece nas formações sociais da África Sub-sahariana.

A degradação progressiva dos termos de troca dos países da África Sub-sahariana e – essencialmente – a sua instabilidade, podem ser ilustrados por alguns dados⁷²:

- A sua variação média anual, em percentagem, cifrou-se nos seguintes valores, nos períodos a seguir discriminados:

-De 1965 a 1973:	-6.7%
-De 1973 a 1980:	5.4%
-De 1980 a 1987:	-5.7% ⁷³
-De 1985 a 1989:	-6.2%
-Década de 90:	0.1% ⁷⁴

- Os valores respeitantes aos diversos países da África Sub-sahariana, discriminados no Quadro XIII do Anexo A (no que concerne à década de 90).

⁷² Note-se a importância decisiva na degradação dos termos de troca dos países da África Sub-sahariana importadores de petróleo bruto, da evolução dos preços deste produto, particularmente na década de 70. Seja como for, os preços dos produtos manufacturados cresceram a uma média anual de 4.6% de 1965 a 1973 e de 10.8% de 1973 a 1980 (o que reflecte também os incrementos do preço do crude após a ‘crise do petróleo’) – cfr. Norro (1998: 51).

⁷³ Cfr. Norro (1998), em referência a « Rapport sur le développement dans le monde 1991 », Banque Mondiale, p.221, no que se refere às três primeiras referências.

⁷⁴ Cfr. « African Development Indicators 2003 », The World Bank, em relação às duas últimas referências.

Em resumo, a *vulnerabilidade* dos países integrados neste sistema – no longo, no médio e no curto prazo – conduz ao *estiolamento* progressivo das economias da África Sub-Sahariana, ao seu arrastamento ‘indefinido’ pelos corredores dos programas de combate – de gestão – da pobreza.

A crise do sistema será ainda agravada – como veremos – pela imposição, forçadamente acelerada, pela ‘comunidade internacional’ de programas, tendo como pano de fundo, processos de liberalização e desregulamentação (a nível externo e interno) bem como de alteração formal do regime de acumulação vigente. Tais programas revelaram-se como desajustados a uma alteração efectiva das realidades estruturais dos países da África Sub-Sahariana, em virtude da não ‘assimilação’ da base – rendeira – de partida, pelos agentes responsáveis por tal imposição.

É que, concretamente, estarão ainda por equacionar os vectores básicos de estratégias multi-dimensionais, adequadas às diferentes realidades, conducentes a um efectivo desenvolvimento a partir de uma base rendeira, isto é, capazes de operar a transformação de uma economia rendeira numa economia competitiva.

A crise é ainda a expressão constatada da incapacidade de reforma do modelo – rendeiro – bem como dos múltiplos constrangimentos na sua utilização como base de promoção ‘do desenvolvimento’. Neste sentido, confunde-se com a crise e com a falência do ‘desenvolvimentismo’.

Para efeitos de análise, alguns indicadores globais poderão ser, entretanto, adiantados:

- O crescimento médio anual do PIB da África Sub-sahariana, no período 1965-1999, apresenta as seguintes percentagens⁷⁵:

1965-1969:	2.4
1970-1979:	4.0
1980-1989:	2.1
1990-1994:	0.8
1995-1999:	3.9

⁷⁵ « Le Développement Économique en Afrique: bilan, perspectives et choix des politiques économiques », CNUCED, 2001

- As variações erráticas dos níveis de crescimento do PIB acima referidas reflectem, numa larga medida – a par dos efeitos da evolução da ajuda pública ao desenvolvimento percebida – as variações dos preços de exportação dos produtos de base, objecto da especialização das economias em apreço. Mais globalmente reflectirão a evolução dos termos de troca e, obviamente, a evolução das quantidades exportadas.
- De igual modo, os valores mais significativos verificados em alguns dos períodos reflectem, essencialmente, os baixos níveis dos pontos de partida determinados pela estagnação do período anterior. Esta circunstância não permite, obviamente, concluir que se tratam de períodos de ‘recuperação’.
- O rendimento nacional bruto por habitante decresceu à média anual de 0.3%, nas duas últimas décadas do Século XX. A sua média anual passou de US\$ 427 no período 1975-84 para US\$ 373 no intervalo 1985-89 e, finalmente, para a média aproximada de US\$ 320, na década de 90⁷⁶. Seja como for, “o rendimento por habitante neste início do Séc. XXI permanece 10% inferior ao nível registado em 1980 e a diferença é ainda mais marcante em relação ao nível de há 30 anos”.⁷⁷
- A evolução sectorial revela um profundo processo de desindustrialização, principalmente a partir de 1980: “se se considerarem as médias de cada decénio, constata-se que a elasticidade do valor acrescentado industrial em relação ao PIB foi de 1,10 nos anos 60 e de 1,03 nos anos 70, caindo depois para 0,75 nos anos 80 e para 0,65 nos anos 90”.⁷⁸
- De igual modo, a evolução da produção agrícola total e de cereais, em particular, revela taxas de crescimento moderado na década de 90, insuficientes para fazer face à taxa de crescimento demográfico no mesmo período⁷⁹.

Importa, entretanto, proceder a uma análise mais pormenorizada, embora global, dos vários aspectos caracterizadores das crises das economias da África

⁷⁶ “African Development Indicators 2002”, The World Bank.

⁷⁷ ONU (“Le développement économique en Afrique”, CNUCED, 2001).

⁷⁸ ONU (CNUCED 2001, op. cit.).

⁷⁹ Cfr. ONU (CNUCED 2001, op. cit.: pg. 11).

Sub-Sahariana nas duas últimas décadas do Século XX, decifrando-os a partir da lógica rendeira subjacente ao sistema.

De uma maneira geral, os saldos das balanças de transacções correntes – com excepção de alguns *petro states* em certos momentos – revelam-se negativos (Quadro IV, do Anexo A).

Esta circunstância é determinada, quer pelos saldos negativos das balanças de bens e serviços, quer pelos saldos negativos das balanças de rendimentos. Os saldos positivos das ‘transferências correntes’ não são, entretanto, suficientes para tornar positivos os saldos das balanças de transacções correntes.

Uma primeira leitura deste fenómeno torna-se, desde já, possível: nas duas últimas décadas do Século XX o recebimento das rendas externas pelos países da África Sub-Sahariana não foi, em geral, suficiente para gerar os recursos próprios necessários ao equilíbrio das balanças de pagamentos e à poupança/investimento indispensáveis à sustentação e estabilidade de ritmos de crescimento adequados ao processo de desenvolvimento ‘programado’.⁸⁰

Saliente-se, entretanto, a insuficiência da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) ao preenchimento do *gap* da balança de transacções correntes bem como a da inadequação do investimento estrangeiro directo (IED) no que concerne à anulação dos saldos negativos das balanças de pagamentos através das balanças de capitais. De uma maneira geral, o IED ‘acantona-se’ no sector rendeiro, contribuindo cumulativamente para um agravamento da deformação estrutural, mormente no que diz respeito ao sector petrolífero (Quadro IX do Anexo A). E a deformação rendeira da economia impede, pelos motivos invocados atrás, a utilização dos recursos na ‘diversificação’.

Assim, com as momentâneas excepções de alguns *petro states*, as Balanças de Recursos dos países da África Sub-sahariana (diferença entre as exportações fob e as importações cif de bens e serviços não factoriais) são negativas – conforme Quadro V do Anexo A.

⁸⁰ O “Novo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de África nos Anos 90” previa um crescimento médio anual de 6% do output, como garantia de um crescimento económico sustentado e durável.

Os fenómenos acima descritos são reveladores de situações de crise continuada e da ‘insuficiência’ da economia e do sistema rendeiro e sugerem, entretanto, algumas reflexões complementares.

Atentemos na evolução dos valores das exportações e das importações⁸¹.

É notório um esforço continuado, desde 1980, de incremento do volume das exportações (Quadro XII do Anexo A). Este ligeiro e continuado incremento do volume das exportações ‘compensa’, em termos globais, o decréscimo do valor unitário (dos preços) das exportações o qual atingiu, no final da década de 90, cerca de 87% do ano de 1990 – cerca de 75% de 1980. Tal esforço continuado de incremento do volume das exportações centrou-se, na generalidade, no reforço da concentração da exportação em produtos primários (Quadros I e II do texto).

Entretanto, o efeito conjugado do incremento do volume das importações e o incremento do valor unitário das importações / deterioração dos termos de troca redundou em valores globais das importações susceptíveis de gerar, por ‘insuficiência’ dos valores das exportações, saldos negativos endémicos:

- Das Balanças de Recursos
- Das Balanças de Transacções Correntes
- Dos recursos próprios indispensáveis ao funcionamento das economias e ao financiamento do ‘desenvolvimento’.

A crise das economias da África Sub-sahariana nas décadas de 80 e 90, representam assim:

- Um aprofundar da crise das décadas anteriores, nomeadamente dos anos 70, em que se tornou patente a inviabilidade de prosseguimento de um modelo baseado na especialização/exportação de produtos primários sujeitos a uma deterioração tendencial da procura externa (com excepção do petróleo bruto, produto em relação ao qual a especialização se torna ainda mais ‘danosa’ do que em relação aos restantes produtos de base) e a

⁸¹ As taxas anuais médias de crescimento das exportações de mercadorias (fob) da África Sub-Sahariana – excluindo a África do Sul – cifraram-se em 5.3% de 1975 a 1984; em 0.6% de 1985 a 1989; de 3.4% na década de 90. Para os mesmos períodos, as taxas médias de crescimento anual das importações de mercadorias, foram respectivamente: 8.2%, 2.7% e 3.9% (como se constata, sempre superiores às taxas homólogas de exportação de mercadorias) – vide “African Development Indicators 2002”, The World Bank.

flutuações conjunturais geradoras de perturbações conducentes a efeitos não recuperáveis, no tempo.

- No aprofundar de uma crise que se não revela essencialmente como uma ‘crise das exportações’, mas como uma crise endémica de incapacidade de geração de recursos próprios por incapacidade de manutenção das importações a níveis compatíveis com a geração de uma poupança nacional mínima.
- A ‘crise das importações’ reflecte, entretanto, conjuntamente:
 1. O fenómeno da concentração da renda, inerente às economias rendeiiras e, como expressão dessa concentração, a magnitude do consumo sumptuário e de ostentação, alimentado pelas importações.
 2. O crescente declínio da competitividade das economias, determinado quer pelos contínuos surtos inflacionistas inerentes às economias rendeiiras – só parcialmente ‘atenuados’ pelos “programas de ajustamento estrutural” ou seus sucedâneos, incapazes de equacionar tal fenómeno a partir das suas raízes ‘estruturais’ – quer pela ‘lógica’ da economia-mundo capitalista (decrecentes termos de troca, inclusive em relação às economias subdesenvolvidas com uma mais larga actividade manufactureira de menor intensidade de emprego de capital/tecnologia).
 3. O progressivo carácter de extroversão da acumulação, sustentado também pela ‘janela’ das importações.

O modelo rendeiro, consubstanciado numa relativa ‘estabilidade’ das exportações e num crescente processo de dominação das importações⁸², é assim incapaz de gerar o output suficiente para sustentar o crescimento da população da África Sub-Sahariana e, muito menos, de promover o desenvolvimento. Daí o decréscimo contínuo do rendimento nacional bruto per-capita entre 1980 e 2000 (US\$ 528 em 1980; US\$ 370 em 1991 e US\$ 299 em 2000).

⁸² Em 1980, as exportações representavam cerca de 29% do PIB; em 1990, cerca de 30% e em 1999, cerca de 31%. O rácio Importações/PIB passou de 28% em 1980 para 30% em 1990 e para 39% em 1999 – vide Quadro II do Anexo A.

É igualmente inerente à crise cumulativa do modelo rendeiro, o contínuo agravamento do fenómeno da pobreza o qual, no final do Século XX atinge níveis de extrema gravidade.

Os Quadros XV e XVI do Anexo A, elaborados a partir do Relatório de 2002 sobre os Países Menos Avançados apresentado pela CNUCED revelam não só níveis dificilmente suportáveis de pobreza mas uma tendência para o seu agravamento no tempo: se no último quinquénio da década de 60 a pobreza absoluta atingia 55.8% da população, tal percentagem cifrava-se em 64.9% no final da década de 90; de igual modo, para um patamar de pobreza medida pela disponibilidade de 2 dólares/dia, tais percentagens atingiam, respectivamente, 82% em 1965-1969 e 87.5% em 1995-1999.

Trata-se de níveis caracterizadores não só de situações de “pobreza generalizada”⁸³, mas também inibidores de processos de desenvolvimento económico⁸⁴.

Por outro lado, importa referir que os fenómenos descritos não se podem obviamente confundir com hipotéticas crises conjunturais de pobreza, determinadas por assimetrias na distribuição do rendimento, em fases iniciais de processos de incremento do output, de crescimento económico. Muito pelo contrário, o fenómeno da pobreza – a par do do desenvolvimento da ‘informalidade’ – constitui o resultado de uma marcante e crescente desigualdade de redistribuição do rendimento inerente à economia rendeira.

De qualquer forma, a crise de viabilidade global do sistema e do conseqüente aprofundamento progressivo da pobreza é também uma crise de incapacidade de reforma estrutural. O sistema revelou-se como insusceptível de ser reformado.

As décadas de 80 e 90 não só não apontaram para uma alteração estrutural indiciadora de estarem a ser trilhados os caminhos ‘do desenvolvimento’ como, pelo contrário, patenteiam uma profunda regressão nesse domínio, inclusive no

⁸³ “Uma vez que a proporção da população a viver na pobreza, em relação à população total, ultrapasse os 50%, a economia do país encontra-se numa situação de pobreza generalizada” (Rapport 2002 PMA’s, CNUCED).

⁸⁴ Por inserção na “armadilha da pobreza” (Rapport 2002 PMA’s, CNUCED).

que concerne aos vários objectivos enunciados nos vários programas elaborados sob a égide das Nações Unidas. Em lugar de um decisivo crescimento dos sectores de bens transaccionáveis assistiu-se, pelo contrário, a uma hipertrofia do sector dos serviços bem como dos sectores adjacentes ao sector rendeiro, isto é, dos sectores de reciclagem das rendas externas ali onde a sua magnitude pontualmente viabilizava tais actividades – mormente nos *petro* e *mining states* (vide Quadros II e III do Anexo A).

As economias continuam reféns da sua caracterização estrutural de partida, de uma “especialização desigual” que a história determinou e que, ‘circunstâncias internas e externas’ tornaram, entretanto, perenes.

Por isso mesmo sucedem-se os vários programas económicos – vide Anexo B – tendentes à realização de estratégias de desenvolvimento. Os seus vectores fundamentais pretendem exprimir a aplicação prática de diferentes paradigmas que, ao longo do tempo, a teoria económica e as ciências sociais, produziram.

O seu falhanço prático deverá suscitar, no mínimo, uma reflexão sobre as causas profundas de um insucesso que a realidade empírica permite constatar. O que eterniza e aprofunda a ‘crise’?

Uma circunstância é certa: as crises de governabilidade originadas por défices conjunturais de rendas externas constituem um dos factores de maior peso num processo cumulativo de crise global das formações sociais rendeiras. Constituem também um dos factores materiais básicos fundamentais de uma crise que é, não só cumulativa, mas multi-dimensional: económica, social, política, cultural.

Assim sendo, que impede, enfim, o ‘desenvolvimento’?

3. Os desajustamentos dos programas de ajustamento estrutural face à lógica rendeira. A sua ‘apropriação’.

Os chamados Programas de Ajustamento Estrutural, patrocinados pelas instituições de Bretton Woods, surgem como uma tentativa de resposta à “crise africana” nas duas últimas décadas do Século XX⁸⁵.

O crescente endividamento externo – particularmente agudizado nos períodos de euforia rendeira, inclusive pelo afrouxar dos critérios de concessão de créditos por parte dos bancos ocidentais⁸⁶ – e o grave desequilíbrio das contas externas, resultantes da crise, impulsionaram as instituições de Bretton Woods a diligenciar no sentido da reposição da ‘ordem’ no sistema de pagamentos internacionais. Não que estivesse em causa o equilíbrio do sistema de pagamentos internacionais em si, uma vez que a magnitude dos valores envolvidos não punha em perigo tal equilíbrio. Estava, em causa contudo, o princípio, a ‘ordem’ – em última instância, a ordem sistémica.

Se assim é, importaria revitalizar a actividade económica dos países em consonância com o objectivo da reposição das condições conducentes à sua solvência externa, incluindo o pagamento da sua dívida externa.

Tal revitalização seria, enfim, perspectivada no contexto de uma matriz analítica interpretativa e de intervenção concreta, o paradigma neoclássico. As políticas são então concebidas no contexto de ilações obtidas por método dedutivo, a partir de modelos concebidos à luz de uma realidade própria do Ocidente.

⁸⁵ E tal resposta vai obedecer a princípios e vectores decorrentes de uma mudança de pensamento e orientação operadas nas instituições de Bretton Woods. “A orientação keynesiana do FMI, que realçava as insuficiências dos mercados e o papel do Estado na criação de emprego, deu lugar ao hino do mercado livre dos anos 80, no quadro de um novo «Consenso de Washington» – um consenso entre o FMI, o Banco Mundial e o Tesouro dos Estados Unidos acerca das políticas «certas» para os países em desenvolvimento. [Frequentemente] as políticas económicas que deram origem ao Consenso de Washington não eram adequadas aos países que se encontravam numa fase inicial de desenvolvimento ou de transição” (Stiglitz, 2002: 53).

⁸⁶ Será útil recordar a afluência aos bancos do Ocidente, particularmente na década de 70, de recursos financeiros – petro-dólares – resultantes dos depósitos das entidades beneficiárias dos significativos incrementos dos preços do petróleo, nesse período. Da magnitude dessa massa financeira, urgindo aplicação, resultou um relaxamento nos critérios de concessão de créditos cuja aplicação, em países dominados por uma lógica rendeira, não poderia senão resultar no seu não ressarcimento bem como no ulterior e consequente incremento do endividamento.

A base de partida, a base histórica de partida, é absolutamente ‘ignorada’.

Assim, a ‘revitalização’ confundir-se-á com uma mais adequada reinserção sistémica; o ‘desenvolvimento’ conformar-se-á com a aplicação do paradigma neoclássico⁸⁷; as relações internacionais conformar-se-ão, também, com o paradigma neo-liberal.

Os Programas de Ajustamento Estrutural assumirão, então, uma dupla dimensão⁸⁸:

- A da estabilização, visando a reposição das condições de solvência externa, a curto/médio prazo, dos países, correspondendo-lhe os ‘Programas de Estabilização’.
- A do ‘desenvolvimento’, através do ‘ajustamento estrutural’.

A estabilização, como instrumento de reposição das condições de solvabilidade externa dos países, será concebida, obviamente, a partir da análise dos factores interpretados como tendo conduzido ao desequilíbrio externo; e, em contextos de reduzido *apport* do capital externo, o elemento fundamental de análise será o défice da balança corrente.

Que factores determinam, então, os défices da balança corrente?

Na visão neoclássica, estará em causa um excesso de procura de bens e serviços resultante de um excesso de oferta de moeda. Assim, num raciocínio linear, bastará restringir a oferta de moeda para anular o défice da balança corrente. É a chamada aproximação monetária da Balança de Pagamentos⁸⁹.

Por outras palavras importará, acima de tudo, agir sobre os factores conducentes a um excesso de oferta de moeda / procura de bens e serviços, a saber: a correcção da taxa de câmbio, visando a frenagem das importações; o incremento das taxas de juro, visando a redução da procura de moeda bem como o incremento da poupança; a limitação do crédito interno, como elemento de frenagem da oferta de moeda – e, conseqüentemente, da inflação; a redução do

⁸⁷ “O paradigma neoclássico estático e a-histórico” (Torres, 1998:22).

⁸⁸ Importará frisar a abrangente abordagem desta matéria de Diallo (1996: 37-67).

⁸⁹ Desenvolvida por Polak, J.: *Monetary Analysis of Income Formation and Payments Problems*, IMF Staff Papers, 1957.

défice orçamental de molde a evitar a sua cobertura através da criação de meios de pagamento – financiamento monetário do défice.

À vertente do ‘desenvolvimento’ corresponderá o ‘ajustamento estrutural’, concebido no quadro da matriz teórica neoclássica⁹⁰ e, portanto, na decorrência dos seguintes vectores fundamentais:

- A definição de princípios e políticas de liberalização/desregulamentação
- A aplicação do princípio “menos e melhor Estado”

A crise é então encarada como decorrente de situações continuadas de ineficiência, geradas por desajustamentos na afectação de recursos. Importaria assim implantar as condições conducentes à instauração de mercados competitivos⁹¹ em que a verdade dos preços, determinados pela livre concorrência, sinalizaria uma mais eficiente aplicação de recursos. O sistema de preços exprimiria, então, e tão-somente, o funcionamento de mercados competitivos isentos de distorções. Constituiria, enfim, o quadro de sinalização de uma eficiente aplicação de recursos e, conseqüentemente, de crescimento económico.

Ao Estado seria pedida a inibição da sua intervenção na vida económica⁹², de molde a não gerar distorções nos mercados, impeditivos do seu funcionamento em moldes competitivos e, conseqüentemente, geradores de ineficiência.

A acção do Estado restringir-se-ia ao sector das infra-estruturas bem como ao sector social, mormente o dos recursos humanos.

O ‘desenvolvimento’ é assim concebido num contexto de transposição sistémica do modelo ocidental⁹³ estabelecendo-se, por via dedutiva, as modalidades da sua aplicação concreta à África Sub-sahariana – ‘abstratamente’ entendida, isto é, sem se relevarem os contornos da sua realidade concreta.

⁹⁰ A que corresponde uma estratégia de desenvolvimento dita “monetarista” ou “estratégia de ortodoxia financeira” (Griffin, 1989: 47).

⁹¹ “A sua posição [do FMI] assenta numa ideologia – o fundamentalismo de mercado – que exige pouca, ou nenhuma, atenção às circunstâncias específicas e aos problemas imediatos de um país” (Stiglitz, 2002: 74).

⁹² “As políticas do FMI, baseadas em parte no pressuposto estafado de que os mercados, só por si, geram eficiência, vedavam o caminho a intervenções estatais desejáveis no mercado” (Stiglitz, 2002: 26).

⁹³ Trata-se de uma transposição holística a qual integra, obviamente, o domínio político-ideológico. Aliás, “o pressuposto de que o modelo liberal não é *ideológico* é uma falsa ideia” (Torres, 1998: 25).

Assim, um dos vectores fundamentais de transposição do modelo ocidental processar-se-á a partir do regime de acumulação. A *acumulação privada* tornar-se-á um dos dogmas sacrossantos do ajustamento estrutural, um dos pressupostos essenciais dos “critérios de condicionalidade” quer da “ajuda”, quer dos empréstimos, visando seja o suporte das balanças de pagamento no curto prazo seja o ajustamento estrutural no médio e longo prazo.

A não concretização dos objectivos preconizados pelos Programas de Ajustamento Estrutural ou pelos seus sucedâneos⁹⁴ – constatável a partir dos contornos multifacéticos da crise dos anos 80 e 90 – determinará, necessariamente, uma reflexão sobre as causas profundas do insucesso, isto é, da não assunção dos objectivos preconizados.

E a primeira justificação parte dos próprios ‘patrocinadores’, as instituições de Bretton Woods⁹⁵: o insucesso – ou o sucesso limitado – ficar-se-ia a dever à não aplicação dos programas ou à sua execução limitada, parcial, truncada ou não coerente.

Se assim é, importará, finalmente, indagar das causas profundas e reais da sua não aplicação. Por outras palavras, da sua adequação, do seu ajustamento, à *base real* de partida.

A base de partida, a base material de partida é, obviamente, uma economia moldada por uma determinada especialização – a produção/exportação de produtos de base não transformados ou com incipiente transformação – dependente da percepção de rendas externas; no plano interno, a redistribuição do rendimento é absolutamente dominada por processos de *rent-seeking*, desenvolvidos no seio de sociedades ‘ajustadas’ a um vector fundamental de actuação: o do aprofundamento das linhas de diferenciação económica, social e política e, conseqüentemente, da acumulação.

⁹⁴ Nomeadamente as “Estratégias para a Redução da Pobreza”: mantêm-se aqui os parâmetros básicos de concepção dos programas de ajustamento estrutural, aos quais acrescem as formas de participação e responsabilização das entidades nacionais bem como dos países doadores. Em última instância, inserem-se variações às formas de aplicação da ‘condicionalidade’: de ex-ante para ex-post.

⁹⁵ “Estas instituições [o FMI e as outras instituições económicas internacionais] são dominadas não só pelos países industriais mais ricos como por interesses comerciais instalados, e as suas políticas reflectem naturalmente esta situação” (Stiglitz, 2002: 56).

O imperativo da *acumulação* e a predominância geral de *processos extra-económicos* – de *rent-seeking* – na *redistribuição do rendimento* (da renda), constituirão, entretanto, os elementos determinantes e enformadores da economia, e não só (do social, do político, da cultura, enfim, da super-estrutura).

Na super-estrutura institucional, os Estados dependem menos das receitas originadas da actividade económica doméstica do que das rendas externas: o seu canal privilegiado de sobrevivência é o ‘exterior’. Além disso, são *rent-starved*.⁹⁶

De igual modo, a base material de partida é uma economia “inflexível”, estruturalmente “heterogénea”⁹⁷.

Debrucemo-nos assim sobre o conteúdo de algumas das medidas de política económica integrante dos programas em apreço, nomeadamente da estabilização. Obviamente que os elementos essenciais de referência deverão ser os vectores supra referidos pelo que – importa desde já explicitar – as medidas de política ‘dissonantes’ do quadro de referência rendeiro assumem um carácter interno de anti-corpo, de muito problemática aplicabilidade.

Comecemos pelo ajustamento cambial, pela ‘desvalorização’. As diferenças cambiais – *spread* oficial/paralelo – constituem, à partida, um instrumento fundamental de redistribuição da renda, de acumulação. Em períodos em que tais diferenças são substanciais, o acesso às divisas, viabilizado pelos canais do *establishment*, propiciam a realização de operações de importação a baixo custo, em relação aos preços de venda dos respectivos produtos estabelecidos com alinhamento à taxa de câmbio ‘paralela’. Por outro lado, a rigidez da oferta (a inflexibilidade da economia) torna dificilmente viável – pelo menos a curto e a médio prazo – o objectivo do estímulo das exportações através da desvalorização. Esta torna-se tão-somente um factor de encarecimento das importações, em contextos de recurso sistemático às importações. A desvalorização torna-se então um factor de diminuição do rendimento disponível

⁹⁶ Cfr. Frimpong-Ansah (1991: 48).

⁹⁷ “Uma economia é flexível quando uma alteração dos preços relativos das mercadorias, por exemplo, um declínio nos preços de exportação em relação aos preços de importação, dá lugar a processos de ajustamento” [através do investimento] – o que só é possível em presença de uma capacidade de produção local de bens de capital. A “heterogeneidade estrutural” diz respeito às diferenças marcantes de produtividade nos diversos ramos da economia (Elsenhans, 1991: 48-9).

em sociedades em que o consumo da população atingiu já níveis dificilmente suportáveis.

De igual modo, a manutenção de uma taxa de câmbio artificialmente baixa permite ‘iludir’ o fenómeno da inflação – endémico nas sociedades rendeiras. É assim que a ‘ilusão’ da obtenção pontual de produtos de importação a preços substancialmente mais reduzidos, por parte de camadas privilegiadas da população urbana, permitem-lhes acomodar-se com a inflação, o que constitui um factor não só de estabilidade social, mas acima de tudo, político: trata-se da sustentação do poder, através da redistribuição indirecta, em relação às camadas marginais urbanas do edifício rendeiro.

A prática dos restantes preços – que não tão-somente a taxa de câmbio – está sujeita à mesma lógica. Em particular, a taxa de juro. Taxas de juro artificialmente baixas permitem o acesso a ‘dinheiro barato’⁹⁸, por parte do establishment rendeiro, comumente visando a realização de operações de importação. Trata-se de crédito administrativo, politicamente orientado, nem sempre utilizado de acordo com os fins programados. Por tal fato é ‘comum’ o seu não ressarcimento, o que torna as carteiras de ‘crédito malparado’ – nomeadamente dos bancos do Estado⁹⁹ – dificilmente suportáveis. É que é através do mecanismo do crédito que a redistribuição rendeira encontra um dos instrumentos privilegiados de realização.

A redução do défice orçamental é, talvez, o objectivo mais problemático. Uma vez que as rendas externas são globalmente recebidas pelo Estado, a sua reinjecção, a sua ‘privatização’, torna-se um imperativo rendeiro. E esta processa-se através da despesa do Estado. O Estado rendeiro é *rent-starved* com o objectivo de ‘gastar’, de redistribuir, *a níveis não compatíveis com os das receitas*. E assim acontece porque o imperativo da acumulação e o da redistribuição social ‘força’ o Estado à realização de despesas incompatíveis com

⁹⁸ Há que destacar a extrema dificuldade de prática de taxas de juro reais positivas, nessas circunstâncias (e em contextos de acentuada inflação).

⁹⁹ A propósito, importa referir a comum ‘interferência’ do Estado nos negócios dos bancos privados – e até mesmo estrangeiros. A actuação dos bancos em ambiente global de *rent-seeking* – a qual viabiliza acentuados proventos de natureza rendeira – tornam ‘normal’ a sua acomodação com o establishment. Recorde-se que o sector bancário constitui um dos mais fortes e ‘lucrativos’ segmentos do sector de reciclagem das rendas externas.

o seu nível de receitas – por maiores que estas sejam – como factores fundamentais de legitimação do poder. O Estado é assim impulsionado a uma cobertura de despesas domésticas inflacionadas por comportamentos de *rent-seeking* de ‘empresários’ locais; à cobertura de importações com elevados níveis de sobre facturação; à cobertura de prejuízos de empresas estatais resultantes de processos de redistribuição rendeira, nomeadamente na decorrência da força de trabalho excedentária; à cobertura de uma multiplicidade de subsídios como forma de redistribuição rendeira em relação a camadas específicas da população urbana, igualmente em sustentação do poder.

Compreender-se-á, assim melhor, a problemática da persistência do fenómeno da inflação nas economias em apreço: aos persistentes défices orçamentais obviamente objecto de monetarização, acresce a criação monetária resultante do crédito ‘desgovernado’ – reclamado por ‘empresários’ e pela classe rendeira em geral, pretextuando pelo ‘desenvolvimento’ – bem como a permanente e continuada acção de especulação sobre os preços resultante da predominância dos comportamentos de *rent-seeking*. Nessas circunstâncias, na formação dos preços passa a ter um peso fundamental um ‘coeficiente rendeiro’, o qual contribui gravemente para a perda de competitividade da economia e para a inibição do investimento estrangeiro fora dos sectores rendeiros. A inflação é ainda inerente à monetarização das vagas irregulares de rendas externas, insusceptíveis de resposta de uma economia dotada de uma oferta tipicamente rígida.

Neste contexto, a inflação assume um carácter estrutural: ela é inerente ao funcionamento da economia rendeira. Uma momentânea assunção de níveis reduzidos de inflação não significa que o mal tenha sido debelado. Aliás, se a inflação é inerente à economia rendeira, ela é igualmente um dos factores fundamentais, ‘indispensáveis’, da acumulação – como fonte de acumulação. Por isso mesmo é tão difícil ao establishment, ‘prescindir’ da inflação.

Entretanto, o ajustamento estrutural processar-se-ia, finalmente, em obediência, a vectores chave¹⁰⁰: a privatização, o ‘desengajamento’ e redução da dimensão do Estado, a liberalização, a desregulamentação.

Em particular, no que concerne ao sector agrícola, o centro de gravidade da actuação do Estado deveria deixar de se centrar no sistema de concessão de subsídios. Em seu lugar procurar-se-iam obter preços mais estimulantes ao produtor, através da ligação ‘directa’ destes aos preços mundiais (cotações internacionais), o que implicaria o estabelecimento de condições de concorrência no sector da comercialização interna e a supressão das ‘caixas de estabilização’.

A aplicação prática destas políticas tem vindo a sofrer sérios reveses. Em particular em países fortemente dependentes das rendas agrícolas, as novas coligações de sustentação do poder de Estado – de Estados *rent-starved*, recorde-se – centradas nos estratos urbanos têm vindo, na decorrência da crise – consequentemente da crise de rendas – a incrementar a imposição fiscal sobre o sector agrícola. Além disso, mesmo ali onde através do incremento da concorrência comercial foi possível incrementar episodicamente os preços de compra ao produtor, tais ganhos foram rapidamente neutralizados pela instabilidade e diminuição das cotações internacionais. E o estabelecimento de cadeias integradas de aproveitamento/comercialização de produtos agrícolas, instalado pelas corporações transnacionais, não vieram a constituir factores de incremento efectivo dos réditos dos produtores.

No que concerne aos restantes sectores económicos, as medidas preconizadas de privatização¹⁰¹, de reforma do mercado de trabalho, de supressão dos monopólios (incluindo os monopólios de importação), não só foram

¹⁰⁰ Da sua observância, brotaria ‘naturalmente’ o crescimento económico e o incremento do emprego. “Afim, no modelo-padrão da concorrência, aquele que está subjacente ao fundamentalismo do FMI no domínio do mercado, a procura é sempre igual à oferta. Se a procura de mão-de-obra igualar a oferta, nunca há desemprego *involuntário*” (Stiglitz, 2002: 73). Por outro lado, face à realidade, “os economistas do FMI não podiam, evidentemente, ignorar a existência do desemprego. Mas como do ponto de vista do fundamentalismo de mercado – segundo o qual os mercados funcionam perfeitamente, e a procura tem de ser igual à oferta tanto para o emprego como para qualquer outro produto ou factor – não pode haver desemprego, o problema não pode estar nos mercados. [...] E a conclusão é óbvia: se há desemprego, é preciso baixar os salários” (Stiglitz, 2002: 74).

¹⁰¹ Refira-se que o efeito económico das privatizações foi extremamente reduzido. Nos sectores de bens trocáveis, das privatizações não só não resultou uma rentabilização das empresas como, por essa via, foram quase nulos os benefícios dos novos titulares de tais patrimónios. De uma maneira geral, tais empresas viram acentuada a sua não viabilidade, num contexto rendeiro aprofundado.

incapazes de induzir o ajustamento estrutural como, fundamentalmente, de alterar a lógica rendeira/redistributiva¹⁰². Da sua aplicação prática redundaram, comumente, resultados ‘perversos’.

Frequentemente, os monopólios estatais foram substituídos por monopólios privados. A partir do momento em que o Estado passou a constituir um instrumento da economia rendeira (coincidente, no tempo, com a substituição de uma classe-Estado por uma classe rendeira), esta assumiu-se como directa e explicitamente privatizada¹⁰³. Em tais circunstâncias, a indefinida fronteira público/privado daí resultante tornou viável a transladação da responsabilidade da redistribuição rendeira para o sector privado (rendeiro), comumente assegurado por “big-men”. Com uma diferença, contudo: a redistribuição rendeira tornou-se menos generosa, confinando-se ao estritamente necessário à manutenção do edifício do poder. Esta circunstância, aliada às restrições – financeiras em geral, mas muito especificamente inerentes ao objectivo de redução do défice orçamental – próprias dos programas de ajustamento estrutural, terão determinado um estreitamento da base de redistribuição rendeira, contribuindo para um reforço dos processos de concentração da renda.

Os programas de ajustamento estrutural (comumente aplicados na esteira da imposição de cláusulas de condicionalidade em processos de concessão de empréstimos quer de curto prazo quer visando o ajustamento estrutural propriamente dito¹⁰⁴), tendo subjacente o objectivo da implantação de economias capitalistas competitivas, mormente através da alteração do modo de acumulação, não só não realizaram o desiderato pretendido como, na prática, se

¹⁰² Aliás, “a maioria dos empresários estrangeiros só estava decidida a comprar essas firmas com a condição de herdar igualmente a situação de monopólio de que antes usufruía o Estado no sector que lhes interessava” (Torres, 1998: 47).

¹⁰³ Em termos de resultados económicos pouca diferença haverá entre um monopólio estatal e um monopólio privado (ou um monopólio privado ‘de facto’, assim funcionando, na prática, através de medidas de protecção implícitas, do Estado-instrumento). A diferença, talvez esteja num modo de funcionamento ‘mais liberto de responsabilização’, reforçado por uma lógica pública de legitimização, assente na qualidade de ‘privado’.

¹⁰⁴ Importa referir a qualidade de ‘rendas’ de tais empréstimos. A ‘legitimidade’ perante a ‘comunidade internacional’ entretanto obtida pela qualidade de ‘bons alunos’, permite adicionar a tais rendas económicas, as rendas diplomáticas.

obtiveram resultados ‘perversos’¹⁰⁵. A inter-relação de forças entre a lógica e os princípios próprios de uma economia rendeira e os processos impostos, inerentes a uma economia capitalista, determinaram ainda uma ‘aplicação minimalista’ dos programas de ajustamento estrutural. De tal aplicação resultou comumente um assumir parcial, precário e *instável* dos objectivos conjunturais da estabilização¹⁰⁶, na exacta medida em que os mesmos não constituíssem uma subversão da *essência* da lógica rendeira implantada, isto é, da continuidade dos sistemas de geração/captação das rendas externas e dos processos da sua redistribuição social. A aplicação prática dos programas de ajustamento estrutural terá permitido quando muito e em relação aos países de maior ‘sucesso’, a assunção de um “equilíbrio de segundo nível” (Diallo, 1996: 66). É que “desde os anos 80, a ortodoxia também não foi bem sucedida” (Torres, 1998: 13).

Os programas de ajustamento estrutural revelaram-se, assim, incapazes de alterar a “especialização desigual” vigente desde os primeiros contactos com o Ocidente e, obviamente, da moldagem estrutural das respectivas economias, as quais permaneceram desprovidas de flexibilidade – a que se junta a sua heterogeneidade estrutural.

A base material rendeira e, conseqüentemente, a lógica dos processos rendeiros, permaneceram – reforçaram-se mesmo¹⁰⁷.

A liberalização e a desregulamentação ‘unilateral’ nas relações económicas internacionais inerentes aos programas de ajustamento estrutural¹⁰⁸ vieram a

¹⁰⁵ O fracasso no processo de geração de uma acumulação *capitalista*, na decorrência da aplicação e da lógica dos programas de ajustamento estrutural é remarcado em Ellis e Fauré (1995: 21-26).

¹⁰⁶ Remarque-se o exemplo do Gana.

¹⁰⁷ “As políticas de ajustamento estrutural do FMI [...] conduziram a fomes e a conflitos em muitas regiões do mundo; e mesmo quando os resultados não foram tão maus, mesmo quando essas políticas conseguiram gerar crescimento **durante algum tempo**, muitas vezes os benefícios foram canalizados desproporcionadamente para os que se encontravam em melhor situação, agravando a pobreza dos que estavam no fim de escala” (Stiglitz, 2002: 28). O negrito é nosso.

¹⁰⁸ “O Ocidente obrigou os países pobres a eliminar as barreiras comerciais, mas manteve as suas próprias barreiras, impedindo os países em desenvolvimento de exportar os seus próprios produtos agrícolas e privando-os assim desse rendimento tão necessário” (Stiglitz, 2002: 43). Importa ter ainda presente que “a maioria dos países industriais avançados, incluindo os Estados Unidos e o Japão, construíram a sua economia protegendo sábia e selectivamente algumas das suas indústrias até estas se tornarem suficientemente fortes para competir com congéneres estrangeiras. Por outro lado, **nem o proteccionismo generalizado nem a liberalização rápida do comércio funcionaram nos países que os adoptaram**” (Stiglitz, 2002: 53). O negrito é nosso.

constituir factores adicionais de inibição da competitividade¹⁰⁹ contribuindo, desta feita, para o aprofundamento da lógica rendeira, na decorrência da divisão internacional do trabalho estabelecida.

De igual modo, a ‘diabolização’ do Estado e a alteração formal do regime de acumulação vieram a constituir elementos fundamentais de aprofundamento dos processos e da economia rendeira. As funções mínimas até então asseguradas por um Estado em construção foram fortemente prejudicadas pelo vazio criado. A ‘negação’ do Estado em sociedades onde tudo depende dele, não poderia conduzir senão ao vazio, à crise. A África Sub-sahariana teve de pagar, também aqui, o peso da transposição dedutiva dos modelos. E a crise não poderia deixar de constituir senão um reforço da base rendeira¹¹⁰.

A alteração do regime formal de acumulação, uma vez que assenta numa base rendeira, veio a constituir um dos factores fundamentais de privatização do Estado – e não de alteração da base rendeira, como proclamado.

Ao não se agir *antes* sobre as condições materiais de realização da produção, sobre a forma de especialização da economia, a lógica dos programas de ajustamento estrutural provocou uma fractura no edifício estatal rendeiro ao originar a emergência de uma nova realidade económica, social e política: a transmutação da classe-Estado – *a única em condições de poder vir a promover a transição de uma economia rendeira para uma economia competitiva* – em classe rendeira.

Os programas de ajustamento estrutural vieram a revelar-se assim como as janelas de oportunidade histórica para a ascensão e crescente afirmação de uma classe rendeira fortalecida na decorrência da fractura do Estado e vivendo em articulação simbiótica com os negócios do Estado – o qual passa a ser um mero instrumento seu.

¹⁰⁹ Se é certo que a protecção das empresas, em contextos rendeiros podem promover – e certamente promoverão – a ineficiência, não é menos certo que o livre-cambismo inviabiliza quaisquer tentativas sérias de ultrapassagem da lógica rendeira. E ao livre-cambismo devem ainda acrescentar-se, as certamente mais lesivas ainda, medidas de protecção das empresas ocidentais cuja vigência atesta, na prática, a hipocrisia do seu proclamado livre-cambismo (vide, por exemplo, as medidas de protecção aduaneira e os subsídios aos agricultores ocidentais).

¹¹⁰ A expressão da ‘persistência’ dos fenómenos rendeiros – se mantida a forma de especialização da economia – foi resumida por Diallo (1996: 55): “tal como a Fénix que renasce das cinzas as rendas eliminadas aqui, reaparecem algures”.

Os programas de ajustamento estrutural passaram assim a ser objecto de ‘apropriação’ pelo establishment e pela classe rendeira: essencialmente constituíram uma forma de legitimação da sua ascensão e, no domínio material, uma garantia de perenidade da base rendeira através da opção por uma ‘solução de compromisso’: o da continuidade de funcionamento do sistema através da perpetuidade de um “*equilíbrio de segundo nível da economia rendeira*”¹¹¹. Consuma-se assim a confluência da lógica sistémica global plasmada em formas da divisão internacional do trabalho – no caso vertente, num processo de aproveitamento global, internacional de rendas – e a essência, a razão económica da classe rendeira: a da acumulação, alicerçada em processos de captação e reciclagem das rendas externas, agora em contextos de ‘estabilização macroeconómica’.

Esta confluência, geradora de legitimidade e de captação de rendas político-diplomáticas, permite a *reprodução do sistema* até à eclosão da crise, resultante de decréscimos acentuados e prolongados de rendas externas – essencialmente determinados por quebras dos preços internacionais dos produtos de base exportados¹¹².

4. O constrangimento do desenvolvimento

Uma ponderação acerca dos factores de constrangimento do desenvolvimento implica uma prévia reflexão sobre os contornos, sobre o conteúdo, do conceito.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento tem um *carácter multi-dimensional* abarcando, nomeadamente, os domínios, económico, sociológico, político,

¹¹¹ “O modelo de ajustamento estrutural bem aplicado pode conduzir, na melhor das hipóteses, à **saída da crise** da economia rendeira. Assim os melhores ajustadores poderiam melhorar a sua situação macroeconómica com o valor actual das matérias-primas, chegando a um equilíbrio de segundo nível da economia rendeira. [...] É a saída por cima, como é aparentemente o caso do Gana. [...] O ajustamento estrutural não é pois suficiente para **sair da economia rendeira**” (Diallo, 1996: 66-7). O negrito é nosso.

¹¹² “Por outro lado, o marasmo dos países pobres, inquieta mais do que o seu êxito. [...] O Grupo dos 7 ricos está assim dividido entre o medo de ver os pobres enriquecer e o terror de vê-los empobrecer mais ainda. [...] Os países do Sul e do Leste são sujeitos a reformas, estão em marcha em direcção à Terra prometida da economia de mercado, são submetidos ao imperativo categórico do *ajustamento estrutural às leis da concorrência internacional*, e por tal fato *devem fazer valer as suas vantagens comparativas*”. (Bayart, La Réinvention du Capitalisme, 1994: 5). O itálico e o sublinhado são nossos.

cultural. Estes diferentes domínios são integrados numa totalidade: o desenvolvimento constitui, portanto, uma *totalidade*.

Em segundo lugar, o desenvolvimento é um processo. Constituindo um processo – um *processo, produto de circunstâncias históricas* – é-lhe inerente uma qualidade *dinâmica*. O desenvolvimento não pode, assim, ser concebido de forma estática. O conceito de desenvolvimento implica a presença de *factores estruturais de mudança* conducentes a determinados *resultados*. Numa larga medida, tais factores e tais resultados/objectivos definem o conceito que, por tal fato, se assume como delimitado no tempo, na fase do processo histórico, e no espaço.

A caracterização da *dimensão económica do desenvolvimento* envolve aspectos qualitativos e essencialmente dinâmicos. Alguns são, entretanto, passíveis de caracterização quantitativa, de medida.

No que concerne à África Sub-sahariana, o conceito de *desenvolvimento económico-social*, como elemento integrante do desenvolvimento, pode definir-se a partir dos seguintes critérios e indicadores de caracterização:

- Crescimento do output
- Estrutura sectorial do output
- Crescimento do rendimento nacional por habitante¹¹³
- Forma de distribuição do rendimento¹¹⁴
- Emprego da população activa e crescimento do emprego
- Forma de inserção no comércio mundial / Especialização
- Caracterização da vulnerabilidade económica¹¹⁵
- Caracterização da ‘flexibilidade da economia’¹¹⁶
- Caracterização da ‘heterogeneidade estrutural’¹¹⁷

¹¹³ Lloyd Reynolds, citado por Griffin (1989: 14), estabelece uma distinção entre “crescimento extensivo” e “crescimento intensivo”: naquele, a população e a produção crescem a um ritmo similar; em relação ao segundo, registrar-se-á uma progressão sustentada da produção por habitante.

¹¹⁴ Elemento fundamental para a caracterização da dimensão, actual e potencial, do mercado doméstico.

¹¹⁵ Índice composto, incorporando indicadores de *instabilidade, a produção e as exportações agrícolas e a falta de diversificação*. Este indicador é utilizado pela CNUCED para a caracterização dos “Países Menos Avançados”, ao qual acrescenta o “handicap de ser um pequeno país”.

¹¹⁶ Uma economia será ‘inflexível’ se tiver falta de capacidade para a produção de, pelo menos uma parte, dos bens de capital de que necessita (Elsenhans, 1991: 48-50).

- Caracterização do ‘desenvolvimento humano’¹¹⁸
- Caracterização da pobreza¹¹⁹

De igual modo, na sua aceção dinâmica, o desenvolvimento deverá ser entendido como a capacidade potencial de geração endógena das alterações estruturais visando uma efectiva modificação dos elementos de caracterização estática.

Assim sendo, parece agora possível entender o *desenvolvimento na sua dimensão económico-social*¹²⁰, como a capacidade actual e potencial de incremento sustentado do rendimento por habitante através de um crescimento do output, alicerçado numa especialização económica assente numa base material produtiva diversificada, compatível com formas de integração pós-rendeiras no comércio internacional, determinantes de uma estrutura económica em processo de diminuição da sua vulnerabilidade, da sua heterogeneidade estrutural bem como de incremento da sua flexibilidade. É ainda elemento essencial de definição da dimensão económico-social do processo de desenvolvimento, o crescimento do emprego, o desenvolvimento humano, bem como a eliminação quer da pobreza quer da predominância dos processos e instrumentos de redistribuição rendeira do rendimento.

Após esta reflexão prévia importará, finalmente, indagar dos actuais factores de constrangimento do desenvolvimento na África Sub-sahariana.

As sociedades africanas actuais são o produto da história, de uma historicidade obviamente nunca interrompida. Carregam o peso da história, do ‘legado’ das mais remotas sociedades pré-coloniais ao peso do colonialismo, de um colonialismo ímpar que em África encontrou a sua expressão mais

¹¹⁷ A “heterogeneidade estrutural” consiste na verificação de acentuadas diferenças de produtividade nos diversos ramos da economia (Elsenhans, 1991: 48-50).

¹¹⁸ Através do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), elaborado pelo PNUD. “Mede a realização média de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano”, através de: esperança de vida à nascença, taxa de alfabetização de adultos, taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior e o PIB per-capita (dólares PPC).

¹¹⁹ Medida essencialmente pelas percentagens da população a viver com menos de 1US\$/dia e 2US\$/dia – conforme metodologia da CNUCED (PMA’s – Rapport 2002).

¹²⁰ O que obviamente implica a articulação com os restantes domínios, as outras dimensões do conceito de desenvolvimento, nomeadamente as esferas política e cultural.

‘profunda’, a qual se projectou, aliás, no início da construção das sociedades e do Estado pós-colonial.

O desenvolvimento, como processo, implica mudança. Não há desenvolvimento na imobilidade. E a negação do desenvolvimento entronca e confunde-se com os factores de inibição da mudança.

Nas sociedades africanas pré-coloniais, era efectivamente estranho o fenómeno da ‘exploração’ endógena: o excedente económico jamais foi extraído no seio da própria sociedade familiar, no seio da linhagem. Os estratos dirigentes apropriavam-no através de mecanismos de extracção em outras linhagens, através do comércio de média/longa distância bem como através de guerras predatórias. Estes fenómenos são consistentes, entretanto, com o nível de desenvolvimento das forças produtivas, vigente.

E o fenómeno colonial ao impor, por lógica sistémica, um *tipo de especialização económica* consubstanciado num *tipo concreto de produção*, que em última instância constitui a negação do capitalismo¹²¹, tornou na essência, perene o tipo de relações de produção próprio da fase pré-colonial. Em resumo, o fenómeno colonial inviabilizou, na prática, por lógica sistémica da qual decorrem específicas formas de integração no comércio mundial, a implantação de relações de produção capitalistas. Em sua substituição, as colónias foram integradas (forçadamente) na economia mundo capitalista, sem capitalismo interno¹²²; e a própria administração colonial socorreu-se, bastas vezes e por ‘economia de recursos’, das estruturas políticas tradicionais, cooptando os chefes propensos à submissão.

A ausência de relações de produção capitalistas, a ausência geral de exploração – decorrente do tipo de produção implantado, consistente com a

¹²¹ O capitalismo implica a produção capitalista, uma produção massiva para um mercado de massas, realizada num contexto de maximização da produtividade dos factores de produção capital e trabalho, o que, obviamente, se não verifica numa economia rendeira. Impera aqui, igualmente, uma predominante forma de redistribuição (altamente concentrada) da renda, através de instrumentos extra-económicos incompatíveis com uma redistribuição do rendimento por remuneração dos factores, própria do capitalismo. A economia rendeira, enquanto tal, é ‘parasitária’ por natureza.

¹²² As pontuais e episódicas experiências de implantação de empresas com uma lógica ‘capitalista’ não contrariam esta conclusão geral. Aliás, o imperativo da dominação – política, social, económica – viabilizado por uma ‘ausência de reivindicação’, determinou uma espécie de ‘horror ao capitalismo’.

forma de especialização inerente ao sistema colonial – tendencialmente ‘bloqueou’ a sociedade, tornando quase ‘inviável’ a reivindicação.

Em conclusão, a *forma concreta de produção material implantada*, a negação do capitalismo através de uma peculiar integração na economia-mundo capitalista, determinou a geração das condições de tendencial imobilização (multifacética) da sociedade, de ‘bloqueio’ da sua evolução estrutural.

A fase pós-colonial integrou-se nesta *lógica de continuidade* decorrente da *manutenção da base produtiva* herdada, da mesma especialização desigual, do mesmo tipo e das mesmas formas de integração no comércio mundial. Com uma diferença: tornou-se mais ampla e profunda a expressão qualitativa e quantitativa de tais fenómenos, agravando-se os factores do ‘imobilismo’, da extroversão, do ‘anti-desenvolvimento’.

As independências políticas não representaram, assim, as “conjunturas críticas” capazes de interromper o carácter gradualista da permanente interacção entre a base económica e o plano institucional¹²³, de molde a constituírem ‘pontos de viragem’ – no caso vertente, para o ‘desenvolvimento’.

Efectivamente, o Estado pós-colonial, ao nascer das entranhas de uma base económica e de uma super-estrutura rendeira e extrovertida, pouca margem de manobra teria para se inserir no ‘desenvolvimento’¹²⁴. E a ausência de uma noção clara do que seria o ‘desenvolvimento’ agravou, ainda mais, a acção do Estado pós-colonial, nesse domínio.

Uma normal inserção cultural sistémica, a ideologia, induziu a coincidência da noção de desenvolvimento com a de crescimento do output rendeiro. O desenvolvimento consistiria assim numa maximização da exploração das vantagens comparativas dos países assentes na abundância de recursos naturais e força de trabalho – ‘ilimitada’, revertendo-se o produto da exportação – das *commodities* – na sustentação dos processos de industrialização. Tratar-se-ia, portanto, de uma industrialização assente em processos rendeiros. E, assente ainda, numa maximização dos recursos para a sustentação dos processos de

¹²³ Cfr. a abordagem da “contingência estruturada”: Karl (1997: 10-11).

¹²⁴ Tenha-se em conta a observação supra.

industrialização consubstanciada na luta por uma “ordem económica internacional mais justa e equitativa”¹²⁵, alicerçada na reivindicação de mais ‘adequados e justos’ preços para os produtos de base no mercado internacional.

Esta concepção ingénua, este ‘desenvolvimentismo’, assenta duplamente quer na lógica sistémica global quer em imperativos decorrentes do reforço da acumulação económica cujo centro de gravidade se centrava em estratos urbanos aos quais a ordem rendeira colonial havia tornado sucessivamente mais proeminentes.

O ‘desenvolvimentismo’ será então ‘desfeito’ quer pela queda tendencial – e, sobretudo pelas flutuações erráticas – dos preços dos produtos básicos no mercado internacional, pela inadequação do Estado rendeiro pós-colonial na construção ‘da industrialização’¹²⁶, quer pela *natureza incipiente das relações intersectoriais* das economias herdadas as quais, inviabilizariam, à partida, a difusão dos efeitos resultantes de um crescimento dos sectores rendeiros¹²⁷.

Por outro lado, o Estado pós-colonial constitui não só um Estado rendeiro como, na decorrência das “novas coligações” que constituem a sua base de sustentação, se tornará ‘inevitável’ a *eclosão de um processo de redistribuição rendeira pelos estratos urbanos*. E este processo, ao mesmo tempo que se sobrepõe ao concomitante processo de industrialização – ambos urbanos – induz uma hipertrofia de gastos do Estado incompatível com a pressão sobre a balança de pagamentos exercida pelas políticas de industrialização encetadas. As sucessivas crises rendeiros induzirão, entretanto, o colapso do processo.

Nos Estados rendeiros de agricultura extensiva, a drenagem da renda captada das explorações agrícolas camponesas, para redistribuição, pelo Estado, aos estratos urbanos ‘legitimados’ pelo objectivo da industrialização-desenvolvimento, tornou ainda mais visível tal processo, na decorrência das crises rendeiros. As mesmas transformaram os Estados em ‘*rent-starved*’, o que conduziu à prática de processos de extracção rendeira suplementares através do agravamento da carga fiscal. Bastas vezes tais circunstâncias conduziram à

¹²⁵ Conforme reivindicação da NOEI (Nova Ordem Económica Internacional).

¹²⁶ O que inclui uma grave despreocupação com a rentabilidade dos investimentos, entretanto efectuados.

¹²⁷ Efeitos perspectivados pela denominada estratégia (de desenvolvimento) de “economia aberta”.

inviabilização da actividade camponesa, contribuindo para a diminuição da renda e para o agravamento da crise rendeira.

O agravamento da crise rendeira, ao induzir, por sua vez, um reforço da especialização rendeira, contribui, igualmente, para o aprofundamento do “*pacto rendeiro*”¹²⁸ e, por essa via, para um mais grave constrangimento do desenvolvimento. O “*pacto rendeiro*” constitui um pacto implícito entre a classe rendeira (beneficiária directa das rendas externas e/ou dos processos que consubstanciam a sua reciclagem) e o ‘resto’ (a população, ‘informalizada’¹²⁹): à classe rendeira seria vedada a extracção – capitalista – de excedente económico, à população; esta, livre de exploração, ficaria, em contrapartida, impedida de reclamar o seu quinhão no processo de redistribuição do rendimento, isto é, de *reivindicar*. Classe rendeira e população passarão a co-existir de forma ‘independente’: aquela caberá o aproveitamento das rendas externas; e a esta, livre da exploração, dedicará fundamentalmente a sua actividade ao sector informal. O preço de tal ‘liberdade’ é a inviabilidade de reivindicar, o que estabelece as condições de *reprodução perene do sistema, da imobilidade social e política*, do não desenvolvimento.

Por outro lado, a legitimidade do Estado pós-colonial assenta, numa larga medida, na crença da sua capacidade para promover o desenvolvimento. A crise rendeira e o colapso do desenvolvimentismo vieram minar gravemente tal fonte de legitimação. A sustentação do poder por parte da classe rendeira tornou então necessária a alteração do centro de gravidade da legitimação do poder para outras direcções, através da utilização de outros recursos. É então reforçada a legitimação do Estado pós-colonial, no plano interno, por um processo de *re-tradicionalização*¹³⁰; no plano externo, pelo aprofundamento dos processos de dependência/extroversão, pelo preenchimento possível do défice rendeiro, pela

¹²⁸ Cfr. Diallo (1996: 30-1).

¹²⁹ A extrema concentração da renda determinará ainda uma extrema concentração da população ‘informalizada’ e, portanto, ‘da população’. Uma vez que o sector informal se constitui como adventício do sector rendeiro e dos sectores de reciclagem das rendas externas, concentra-se em torno dos centros urbanos onde passa a ser possível ‘o negócio’. Esta circunstância constitui o factor capital de desertificação dos largos espaços africanos, de polarização dentro de cada país – cfr. Norro (1998: 26-27).

¹³⁰ Cfr. Chabal, Daloz (1999: 61-114)

captação das rendas económicas, políticas e diplomáticas propiciadas pela dependência.

A re-tradicionalização contribuirá, de forma decisiva, para o reforço dos processos de redistribuição ‘extra-económica’ do rendimento (das rendas), o que constitui um factor não só de constrangimento, mas de absoluta inviabilização do desenvolvimento¹³¹. Ela torna-se então um factor interno de governabilidade, um ‘cimento’ da governação, como resultado da sua compatibilidade com a acumulação económica determinada pelo aprofundamento dos processos de produção de desigualdade social e política.

Constituindo a acumulação o vector fundamental enformador da vida económica, social e política das sociedades da África Sub-sahariana e, sendo possível “enriquecer sem se desenvolver” (Chabal/Daloz, 1999), na decorrência do sistema rendeiro, o Estado pós-colonial passará a fazer redobrado recurso à sua única grande fonte de legitimação interna: a redistribuição rendeira reforçada pela re-tradicionalização.

A conflitualidade interna e externa, inerente a este processo, redundará em factores adicionais de constrangimento do desenvolvimento.

No domínio interno, tornar-se-ão mais agudas as lutas faccionais pela redistribuição rendeira, circunstância capital subjacente à generalidade dos conflitos africanos; reforçar-se-ão as contradições de carácter étnico resultantes dos conflitos de carácter rendeiro, assumindo aquelas, então, a expressão visível de tal conflitualidade¹³². Os conflitos resultantes das lutas pela captação de rendas externas – mormente no que diz respeito à repartição de recursos minerais – estendem-se então para além das fronteiras dos Estados tornando-se, bastas vezes, a razão última de conflitos de carácter regional¹³³. Estados limítrofes às regiões de conflitualidade aguda de base rendeira são simultaneamente

¹³¹ Cfr. a este respeito, Chabal, Daloz (1999: 115-166).

¹³² Esta conflitualidade aparece, regra geral, associada a um processo de enfraquecimento do Estado pós-colonial, podendo culminar numa perda do controle de soberania de largas parcelas dos territórios nacionais por parte dos poderes centrais. Vide, por exemplo, o conflito desencadeado no Zaire/RDC, no final da última década do Século XX.

¹³³ Atente-se, por exemplo, ao ‘conflito dos Grandes Lagos’, desencadeado a partir do final do Século XX.

envolvidos em tais conflitos, inclusive através de um indirecto exacerbar de questões de carácter étnico, latentes¹³⁴.

A conflitualidade constitui um factor adicional de constrangimento do desenvolvimento, dada a instabilidade geral dela resultante, em concomitância com o processo de enfraquecimento do Estado já de si debilitado pelas consequências da crise rendeira.

Tais processos de constrangimento do desenvolvimento são ainda consistentes com o desenvolvimento das relações internacionais na fase pós-colonial.

As duas últimas décadas do Século XX, na decorrência da ‘natural’ evolução da economia-mundo capitalista, constituem períodos de eleição de um proclamado livre-cambismo, de um aparentemente paradoxal ‘proteccionismo de conveniência’ levado a cabo pelo mundo ocidental¹³⁵ bem como pela imposição da ‘condicionalidade’ (ex-ante ou ex-post). Todos estes fenómenos se enquadram, obviamente, num contexto de dominação sistémica que a constatação empírica demonstra à saciedade.

Às economias da África Sub-sahariana – a braços com termos de troca desfavoráveis, com uma vulnerabilidade agravada pelas acentuadas flutuações dos preços dos seus produtos de exportação no mercado internacional, com a crise rendeira – foi simultaneamente vedada a hipótese de se socorrer das acções de protecção interna atinentes ao ‘desenvolvimento’. Se é certo que bastas vezes tal protecção terá redundado na geração de situações de ineficiência, não é menos certo que *o processo histórico que conduziu ao desenvolvimento dos países do ocidente*¹³⁶, *da Ásia ou mesmo (numa certa medida) da América Latina*¹³⁷, *se ancorou numa forte protecção inicial.*

¹³⁴ Atente-se, por exemplo, ao conflito desencadeado na Côte d’Ivoire, no início do Séc. XXI.

¹³⁵ Segundo dados da CNUCED (“Le Développement Économique en Afrique”, 2001: 37) o valor correspondente às medidas de protecção da agricultura e de outros sectores fortemente protegidos por parte dos países da OCDE representará, em 1997, cerca de 10% do PIB dos PVD e o equivalente a dez vezes a APD concedida.

¹³⁶ Atente-se, por exemplo, aos casos da Inglaterra, da Alemanha, da França e dos Estados Unidos, nos dois séculos passados.

¹³⁷ Os casos da Ásia e da América Latina (esta em certa medida) são paradigmáticos. As medidas efectivas de protecção foram inclusive completadas, em alguns casos, por políticas de substituição de importações, levadas a cabo em fases iniciais de arranque (vide, por exemplo, o caso do Brasil). Tais

O desarmamento, o dismantelamento da protecção das economias, só pode constituir um factor de desenvolvimento se em presença de uma *prévia alteração estrutural dessas mesmas economias consubstanciada numa outra especialização, consistente com a modificação da sua heterogeneidade estrutural e da sua flexibilidade*¹³⁸. As estratégias de desenvolvimento de economia aberta só têm viabilidade de êxito se em presença dessas condições que permitam *transmitir os efeitos da actividade dos sectores exportadores aos restantes sectores da economia*¹³⁹. Não é esse o caso dos países da África Sub-sahariana onde, adicionalmente, os condicionalismos do Estado rendeiro e a ausência geral do princípio da produtividade determinam a inibição da aplicação das rendas externas no investimento produtivo.

Verifica-se, assim, que a par de uma crescente desprotecção, de um incremento do grau de abertura das economias, não só não foram criadas as condições estruturais de sustentação do desenvolvimento como é ainda decrescente – e hoje já inferior a 1% – a participação da África Sub-sahariana no comércio mundial.

A imposição sistémica de um livre-cambismo ‘unilateral’ não deixou de ser acompanhado por fortes medidas de protecção por parte dos países ocidentais que, em grau não menor que o do livre-comércio proclamado, constituem um dos mais sérios constrangimentos actuais e potenciais do desenvolvimento.

De igual modo, o enfraquecimento dos Estados, também na decorrência da imposição do paradigma neoclássico e neo-liberal subjacente aos programas de ajustamento estrutural, veio a constituir no estiolamento da única estrutura de comando eventualmente capacitada para a ‘condução do desenvolvimento’. As instituições de Bretton Woods terão certamente equacionado o preenchimento do ‘vazio’ provocado pela aplicação do princípio do *laissez-faire* através da afirmação de ‘empresários’, entidades míticas sistemicamente ‘enxertadas’, a

processos foram ‘permitidos’ quando a conveniência sistémica assim o exigia (como é o caso da deslocalização industrial das transnacionais ocidentais) ou, na decorrência de objectivos estratégicos da guerra-fria.

¹³⁸ Cfr. Elsenhans (1991: 47-50).

¹³⁹ Cfr. Griffin (1989: 50).

emergir dos escombros de Estados concebidos como autoritários, ou do florescimento da livre iniciativa ‘brotando’ do sector informal.

Não foi, contudo, equacionada a circunstância de que a acção concreta de tais agentes se compaginava mais com a actividade de *rent-seeking* do que com uma economia capitalista competitiva, inviabilizando na prática, tal pretensão. Uma tardia e tímida (mas inconsequente) percepção desta circunstância terá levado, por reflexo, as instituições de Bretton Woods a tentar reequacionar o papel do Estado no processo económico¹⁴⁰: ao Estado seria reservado o papel de investidor na criação de infra-estruturas e no desenvolvimento dos recursos humanos bem como na criação de um ambiente favorável à empresa. Trata-se de uma proposta de solução de compromisso – de compromisso sistémico – obviamente insuficiente para poder fazer devolver ao Estado o seu potencial papel na condução do desenvolvimento – a exemplo do verificado em outras partes do mundo, inclusive no ocidente.

Globalmente, estamos perante “a ilusão de uma nova ortodoxia extrovertida [...] que nem por isso sugere uma transição credível para o desenvolvimento” (Torres, 1998: 88).

Parece ser agora a altura de, em resumo, explicitar alguns dos factores capitais de constrangimento do processo de desenvolvimento nas sociedades da África Sub-saharina:

- A sua estrutura económica, moldada por uma especialização, ela própria factor de inibição da transformação.
- Uma estrutura de relações de troca favorável a produtos com uma maior intensidade de capital/tecnologia¹⁴¹, produzidos pelos países altamente industrializados, em relação aos quais a África Sub-sahariana recorre à importação. Significa isto que a diversificação da produção a encetar através do desenvolvimento da indústria manufactureira com produtos com baixa incorporação de tecnologia / maior intensidade de trabalho continua a ter, em situações de tendencial desfavor nos termos de troca,

¹⁴⁰ Aliás “também o Estado moderno dificilmente passará sem meios de regulação” (Torres, 1998: 89).

¹⁴¹ Cfr. “Le Développement Économique en Afrique”, CNUCED, 2001, pp. 36.

um forte *handicap* ao equilíbrio da balança de pagamentos e, conseqüentemente, ao desenvolvimento.

- A vigência de um “pacto rendeiro” implícito, tendencialmente impeditivo da verificação de alterações endógenas – sociais e políticas – nas sociedades. Este ‘imobilismo’¹⁴² é, entretanto, reforçado pelo designado fenómeno de ‘re-tradicionalização’¹⁴³.
- Uma predominância global dos processos de redistribuição rendeira na sociedade, tornando-se esta um poderoso factor de desincentivo quer do trabalho quer de inibição do investimento produtivo.
- Um défice da procura de investimento produtivo, inerente à economia rendeira. Esta circunstância – e não tanto o défice de recursos – constitui um dos mais sérios constrangimentos do desenvolvimento¹⁴⁴.
- O carácter de extroversão da acumulação, circunstância que constitui um factor de forte impedimento de implantação de uma burguesia nacional. Se tal circunstância constitui uma expressão da economia rendeira, constitui, igualmente, não só um factor tendencialmente impeditivo da sua transformação, como põe igualmente em causa o princípio de a acumulação privada poder constituir basicamente o sustentáculo do desenvolvimento, enquanto não superada a fase rendeira.
- O estiolamento do Estado e da sua conseqüente incapacidade de condução do desenvolvimento em função da sua instrumentalização por parte da classe rendeira (instrumento de viabilização de acumulação ‘sem desenvolvimento’, principalmente na decorrência da crise rendeira), bem como em resultado da imposição dos paradigmas inerentes ao actual

¹⁴² “A dinâmica da economia rendeira não necessita de mudança” (Diallo, 1996: 32).

¹⁴³ Seria certamente na vigência e nas conseqüências de um “pacto rendeiro” – o qual, por sua vez, é ‘gerado’ por condicionalismos materiais, rendeiros, concretos – que Axelle Kabou encontraria uma explicação fundamental para a constatação que “a África é subdesenvolvida e estagnante porque rejeita o desenvolvimento com todas as suas forças” (Kabou, 1991: 26). E, da mesma forma, no fenómeno da extroversão, fruto de tal contexto, encontraria a mesma autora uma razão fundamental para a asserção de que “os Africanos estão profundamente persuadidos que o seu destino deve ser tomado a cargo pelos estrangeiros” (Kabou, 1991: 27).

¹⁴⁴ Cfr. Frimpong-Ansah (1991: 12), em referência, sobre esta questão, a um relatório do Banco Africano de Desenvolvimento: “Até à mobilização máxima do capital doméstico, o capital externo não se torna vantajoso para o desenvolvimento”. Aí é posta a tónica sobre a efectiva aplicação *produtiva* dos capitais disponíveis. Cfr., igualmente, Rimmer (2003: 479-483).

funcionamento da economia mundo capitalista. Se por definição um Estado rendeiro é um “Estado de afectação” (não “de desenvolvimento”), o estiolamento do Estado rendeiro conduz ao ‘bloqueio’ da sociedade¹⁴⁵.

- Um constrangimento externo expresso na imposição de condições que relevam os vínculos sistémicos em detrimento do desenvolvimento endógeno das sociedades. O constrangimento externo – em imbricação dialéctica com o ‘constrangimento interno’ – expressa-se ainda numa hierarquização das soluções visando o desenvolvimento, relevando preferencialmente aquelas que enquadráveis na lógica sistémica e, preterindo as restantes. É esta mesma lógica que ‘legitima’ a aplicação de medidas de protecção por parte do ocidente. E é este princípio que pretende fazer coincidir legitimação com obediência sistémica.

¹⁴⁵ É assim que se torna hoje consensual a absoluta necessidade de reabilitação do Estado, como elemento indispensável de *condução* do desenvolvimento. Cfr. Diallo (1996: 67-70) ao explicitar a existência de “uma alternativa [uma vez que o ajustamento estrutural não é, pois suficiente para sair da economia rendeira. O Estado e os grupos de pressão rendeiros resistem à aplicação de reformas que contrariam os seus interesses]: a transformação do espírito e do funcionamento do Estado e das instituições”.[...] “Deixar a economia africana entregue a ela própria, conduz à economia rendeira. Tal fundamenta a necessidade de intervenção do Estado para estimular o crescimento económico”.

CONCLUSÕES

Realmente, “os dramas africanos actuais são demasiado frequentes, demasiado repetitivos para serem fruto do acaso” (Vidrovitch, 1992: 9).

Eles são fruto da história. São fruto de um presente repleto de constrangimentos que uma historicidade nunca interrompida e as recentes formas de inserção no sistema de economia-mundo determinaram.

A inserção forçada, mormente pelo fenómeno colonial, na economia-mundo capitalista, determinou a especialização do sector moderno das economias dos actuais países da África Sub-sahariana.

Por outro lado, assim como o fenómeno colonial veio a provocar o rompimento do equilíbrio e da estabilidade das estruturas sociais e económicas das formações sociais pré-coloniais, ele constituiu-se ainda num factor de constrangimento extremo do desenvolvimento daquelas sociedades. Ao contrário das sociedades ocidentais cuja evolução histórica se processou livre de condicionamentos extremos, a historicidade das formações sociais africanas passa a ter, numa inelutável inserção no sistema-mundo capitalista, um elemento de condicionamento que determinou o seu futuro.

A *especialização económica* engendrada pela lógica do fenómeno colonial tornar-se-á então o factor básico de determinação das várias dimensões das sociedades africanas. E se tal especialização é fruto do fenómeno colonial – e basicamente compatível com a lógica pré-capitalista da fase pré-colonial – não é menos certo que a sua expressão rendeira vai perpassar todos os domínios da vida dessas sociedades. A *lógica rendeira* e a *extroversão* constituirão, a partir de então, os elementos básicos enformadores de todas as dimensões da vida e da evolução das sociedades.

A especialização económica de partida, consubstanciada em tipos de produção rendeira, é ainda compatível com as formas de produção próprias das sociedades pré-coloniais: são ambas ‘não capitalistas’. Ela ‘encaixa’ assim numa lógica tradicional, dando-lhe continuidade. Daí a sua compatibilidade e a sua

capacidade de cooptação dos estratos dirigentes nas sociedades em que predomine o modo de produção tributário e onde a acumulação se processe por instrumentos alheios à lógica capitalista. Esta situação perdurará, metamorfoseando-se nas condições presentes, no fenómeno da re-tradicionalização.

E a natureza do fenómeno colonial na África Sub-sahariana, que no domínio económico se exprimiu na aplicação dos modelos *vent-for-surplus* – quer na sua versão “*staple*” quer na sua versão extrema (em termos de inibição das condições de desenvolvimento) “*unlimited labour force*” – veio, por lógica imanente, a constituir um elemento de perenização dessa mesma base rendeira, isto é, de inibição da alteração da especialização de partida. É que, além de tudo, a aplicação da versão “*unlimited labour force*” constituiu um factor de estrangimento do alargamento de um indispensável mercado interno, propiciador de uma produção de massas.

O fenómeno colonial na África Sub-sahariana assume, assim, contornos específicos – com formas de encaixe particularmente consistentes com a lógica das sociedades tradicionais – geradores de consequências específicas, em última instância plasmadas numa perenização – modernamente continuada – da especialização de partida da base rendeira.

De igual modo, o tipo de ‘aproveitamento’ da África Sub-sahariana engendrado pelo fenómeno colonial veio a determinar o aparecimento de um substrato comum que atravessa o sub continente e que se contrapõe à extrema diversidade das formações sociais que o integram: a natureza rendeira básica da produção do sector formal – assumida esta a forma de agricultura extensiva (de exportação), de produtos minerais ou, particularmente, de petróleo. E será certamente este substrato comum, quando devidamente ‘compreendido’, o vector fundamental de geração de uma – ainda longínqua – concepção estruturada e consistente de integração africana.

Mas é do seio da produção rendeira que vai nascer o Estado pós-colonial, elemento concebido como imprescindível da condução do desenvolvimento. Ele

nasce e implanta-se das entranhas de uma base económica rendeira que se mantém e que *tudo* condiciona, inclusive o processo de acumulação.

O Estado pós-colonial é ainda contemporâneo de uma certa concepção de desenvolvimento que, ou assimila desenvolvimento a crescimento da base rendeira¹⁴⁶, ou intenta a industrialização a partir de um perspectivado crescimento económico assente na utilização dos recursos obtidos na base de tal especialização. É o que modernamente se poderá designar de ‘desenvolvimentismo’.

O Estado pós-colonial, geralmente herdeiro de uma legitimidade assente nas lutas de libertação nacional (ou de, pelo menos, uma certa representação da afirmação nacional) intenta, através da encarnação do ‘desenvolvimento’, projectar, no tempo, o seu capital de legitimidade. As novas “coligações” rendeiro/urbanas que sustentam o novo poder de Estado – geradas no aprofundamento das linhas de clivagem política, económica e social produtoras de diferenciação e de desigualdade – assim o exigem. Entretanto, a constatada incapacidade de realização do projecto de geração do desenvolvimento assente na base rendeira de partida e a própria crise rendeira, constituirão factores de erosão da legitimidade do Estado pós-colonial que se tornarão irreparáveis.

É que a lógica gerada por uma base rendeira constitui um enorme constrangimento à aplicação dos princípios de uma economia competitiva, ao ‘desenvolvimento’¹⁴⁷. Nestas circunstâncias, não só a aplicação de recursos

¹⁴⁶ Neste caso, a luta por um crescimento/desenvolvimento baseado na produção de rendas, explorando ao máximo as vantagens consubstanciadas na disponibilidade de recursos naturais, traduz-se fundamentalmente numa reivindicação por melhores preços na exportação dos produtos de base através da implantação de “uma nova ordem económica internacional mais justa e equitativa”.

¹⁴⁷ “O rendimento gerado pelas concessões mineiras pode ser incalculável, mas **o desenvolvimento é uma transformação da sociedade. Investir numa mina** – por exemplo, numa região longínqua de um país – **não contribui muito para esta transformação**, excepto pelos recursos que gera. Pode ajudar a criar uma economia dual, onde existam bolsas de riqueza. **Mas uma economia dual não é uma economia desenvolvida.** Aliás, por vezes, **a entrada de recursos pode mesmo obstar ao desenvolvimento**, através de um mecanismo denominado «doença-holandesa». [...] Pior ainda, a existência de recursos pode alterar totalmente os incentivos. [...] Em muitos países em que estes abundam, as energias, em vez de visarem a criação de riqueza, são canalizadas para a apropriação dos rendimentos (os economistas chamam-lhes «rendas») associados aos recursos naturais. De um modo geral, **as instituições financeiras internacionais tendem a ignorar os problemas que referi**” (Stiglitz, 2002: 113-4). O negrito é nosso.

gerados num contexto rendeiro é, por inerência, ‘não produtiva’¹⁴⁸ como a falta de flexibilidade e a heterogeneidade de tais economias impede a repercussão, pelos diversos sectores, dos efeitos do funcionamento dos sectores rendeiros ou de reciclagem das rendas.

A perda de legitimidade do Estado pós-colonial, vulnerabilizado pelo fracasso do desenvolvimentismo e pelo aprofundamento da crise rendeira, obrigá-lo-á à utilização intensiva de dois recursos suplementares da governabilidade: a re-tradicionalização, como elemento de recuperação de legitimidade interna, e o aprofundamento da extroversão, como factor de recuperação/aprofundamento de legitimidade externa, através da captação de rendas político-diplomáticas e da inserção em modelos reformulados de repartição internacional de rendas, inclusive em relação aos sectores internos de reciclagem das rendas externas.

É que as relações internacionais, se constitutivas de um extremo constrangimento na fase colonial, não constituirão um factor de menor condicionamento na fase pós-colonial. O Estado pós-colonial, já de si fragilizado pela crise rendeira das duas últimas décadas do Século XX, carente de legitimação, torna-se refém do assalto ideológico dos princípios neo-liberais inerentes à expansão da economia-mundo capitalista, inclusivamente impostos pelos critérios de condicionalidade na concessão da “ajuda pública ao desenvolvimento” e plasmados nos programas de ajustamento estrutural – cujos desajustamentos foram objecto de abordagem no ponto 3 do Capítulo III.

Tais princípios, aplicados em sociedades de base económica rendeira, não poderiam senão gerar a reprodução dessa mesma base rendeira, agora possivelmente (e nos casos de maior sucesso) com um certo reequilíbrio macroeconómico, um “equilíbrio de segundo nível”¹⁴⁹.

¹⁴⁸ A sua aplicação circunscrever-se-á ao sector rendeiro ou aos sectores de reciclagem das rendas externas, subordinados a comportamentos de *rent-seeking*.

¹⁴⁹ Cfr. Diallo (1996: 66-7). Segundo este autor, o “equilíbrio de segundo nível”, o equilíbrio macroeconómico com a manutenção da base e da lógica rendeira significará, quando muito, a ultrapassagem da crise rendeira e não o ‘desenvolvimento’. Este implicará a adopção de outras estratégias que não as constantes dos programas de ajustamento estrutural. Apresenta, entretanto, “uma alternativa: a transformação do espírito e do funcionamento do Estado e das instituições”.

As duas últimas décadas do Século XX atestam o aprofundamento da expansão da lógica sistémica à escala do planeta, a qual constitui uma totalidade, não admitindo, pois, espaços vazios. O planeta é assim concebido como um espaço estruturado e hierarquizado em que a actividade de cada ‘região’ é determinada em função do seu aproveitamento sistémico. As regiões do chamado terceiro mundo que por circunstâncias históricas específicas – nomeadamente as decorrentes dos interesses estratégicos da guerra-fria ou determinadas por necessidades tópicas resultantes da própria evolução da economia-mundo capitalista¹⁵⁰ – encetaram ‘alguma industrialização’, assumem hoje uma posição hierarquicamente superior na escala do aproveitamento sistémico. A África Sub-sahariana vê-se hoje relegada para o “quarto mundo”, uma vez que o seu interesse sistémico continua radicado em formas de especialização económica eminentemente rendeiras.

De uma forma global, a África sub-sahariana revela-se hoje como incapaz de competir com o antigo terceiro mundo se o seu vector de referência persistir em ser a captação de rendas propiciada por uma integração extrovertida no sistema-mundo.

O ‘bloqueio do desenvolvimento’, veio então a determinar o recurso do Estado pós-colonial a outras formas de legitimação do poder. São então reforçadas as formas tradicionais de redistribuição do rendimento, aliás compatíveis com a base económica rendeira vigente¹⁵¹: a re-tradicionalização substitui, no imaginário e na prática, a ideia do desenvolvimento.

Trata-se de uma dupla metamorfose, da natureza do Estado pós-colonial e das “coligações” que o sustentam. A classe-Estado, base da coligação inicial, a qual encarna a ideia do desenvolvimento, é então substituída pela classe rendeira, à volta da qual se polariza a acumulação¹⁵² e a “re-tradicionalização”, e se reforça

¹⁵⁰ Atente-se, nomeadamente, no fenómeno da deslocalização de empresas.

¹⁵¹ É aliás difícil conceber uma repartição não rendeira, capitalista, do rendimento nacional, quando o peso específico das rendas no conjunto do rendimento for de uma magnitude similar à actual, na África Sub-sahariana.

¹⁵² “Intentou-se remeter para as forças do mercado a promoção da acumulação e do crescimento sem prestar uma atenção suficiente aos pontos fracos do mercado interno, das empresas locais, da infraestrutura material e humana e das instituições. [...] Os programas de ajustamento resultaram no desmantelamento dos mecanismos de acumulação do capital sobre os quais o Estado exercia a sua acção,

os mecanismos de redistribuição tradicional das rendas e de imobilismo da sociedade, bloqueada por um pacto rendeiro inibidor da reivindicação e produtor de ‘informalização’.

Trata-se de uma *capitulação rendeira*, algo como uma renúncia implícita e não declarada ao desenvolvimento¹⁵³: o reforço da lógica tradicional e o tipo de relações internacionais moldados pela dominação sistémica constituíram-se em factores de manutenção da base económica rendeira, de reforço da extroversão, de bloqueio do desenvolvimento.

Perante tal capitulação, impõe-se um recentramento da concepção de desenvolvimento em torno de uma efectiva rejeição da manutenção da base económica rendeira. O que exigirá, obviamente, uma redefinição das estratégias de desenvolvimento, baseadas numa reabilitação do Estado pós-colonial bem como na reformulação das “coligações” que constituem a sua base de sustentação. A própria concepção de integração africana, a qual terá de se assumir, na prática e simultaneamente, como de *absoluta rejeição quer da extroversão quer da eternização da base económica rendeira*, deverá ser igualmente alicerçada e moldada a partir deste vector.

A África Sub-sahariana encontra-se hoje numa encruzilhada: se, por um lado, as estratégias implícitas de recusa do desenvolvimento se revelam suicidárias e geradoras de um contínuo aprofundamento da degradação económica e da pobreza, a sua imprescindível ‘adaptação ao mundo’ e a sua auto-afirmação não poderão deixar de centrar quer na recusa da manutenção da sua especialização rendeira quer na recusa da sua extroversão. Com todas as consequências daí decorrentes: a nível social, político, cultural bem como a nível da sua inserção nas relações internacionais.

Tais vectores fundamentais, se absolutamente necessários à definição das respectivas estratégias nacionais de desenvolvimento tornam-se ainda

sem entretanto os substituir por mecanismos viáveis. [...] A liberalização e a desregulamentação fizeram crescer a instabilidade mas não estimularam verdadeiramente a iniciativa” (CNUCED, “Le Développement Économique en Afrique”, 2001). Aliás, um dos erros fundamentais das instituições de Bretton Woods terá sido crer que a chave da crise africana residia no regime de acumulação e não na economia rendeira – talvez por deformação da visão sistémica.

¹⁵³ A par de uma mera referência, hoje, à ‘redução da pobreza’, “actualmente, ninguém fala em take-off” (Rimmer, 2003: 483).

imprescindíveis à definição das correspondentes estratégias globais, a nível do sub-contidente: é que, perante a actual debilidade dos Estados nacionais, talvez só uma integração africana torne possível a plena aplicação dos princípios conducentes ao desenvolvimento e à auto-afirmação da África Sub-sahariana, *se alicerçados nos vectores básicos explicitados*. De outro modo, estaríamos em presença de uma integração africana rendeira e extrovertida: em resumo, uma vez mais, de uma negação do desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

Ahmed A. S., “Le Paradigme Rentier en Question: L’ Expérience des Pays Arabes Producteurs de Brut – Analyse et éléments de stratégie”, *Revue Tiers Monde* n° 163/2000, pp. 501-521

Abdel-Fadil, M., “The Macro-behaviour of Oil-rentier States in the Arab Region” in Beblawi, H. e Luciani, G., (dir.), *The Rentier State, Vol. II*, Croom Helm, 1987, pp. 83-107

Amin, S., *Os Desafios da Mundialização*, Edições Dinossauro, 2000

Amin, S., *Le Développement Inégal*, Éditions de Minuit, 1973

Baron, P.A., *A Economia Política do Desenvolvimento*, Zahar Editores, 1964

Bayart, J.-F. (dir.), *La Réinvention du Capitalisme*, Karthala, 1994

Bayart, J.-F., *L ’État en Afrique – La Politique du Ventre*, Fayard, 1989

Bayart, J.-F., « Africa in the World: A History of Extraversion », *African Affairs*, 2000, pp.217-267

Bayart, J.-F. (dir.), *La Greffe de l’État*, Karthala, 1996

Beblawi, H., “The Rentier State in the Arab World” in Beblawi, H. e Luciani G., (dir.), *The Rentier State, Vol. II*, Croom Helm, 1987, pp. 49-62

Beblawi, H. e Luciani G., (dir), *The Rentier State: Nation, State and Integration in the Arab World*, Croom Helm, 1987

Caves, R.E., “«Vent for Surplus» Models of Trade and Growth” in Theberge, J.D., *Economics of Trade and Development*, John Wiley & Sons, 1968, pp. 211-228

Chabal, P., Daloz, J.-P., *L’Afrique est Partie ! – Du désordre comme instrument politique*, Economica, 1999

Chatelus, M., « Policies for Development : Atitudes Toward Industry and Services » in Beblawi, H. e Luciani, G., (dir.), *The Rentier State, Vol. II*, Croom Helm, 1987, pp. 108-137.

Cottenet, H., « Ressources exogènes et croissance industrielle : le cas de l'Égypte », *Revue Tiers Monde*, n°163/2000, pp. 523-546

Cornevin, B., « Le développement divergent des tiers-mondes après 1980: les rentes, freins aux transitions socio - démographiques et économiques », *DEES n°108*, Juin 1997, pp. 63-94

Diallo, M.L., *Les Africains sauveront-ils l'Afrique ?*, Karthala, 1996

Diouf, M., « Privatisations des Économies et des États Africains », *Politique Africaine*, n° 73, Mars 1999, pp. 16-23

Ellis, S., et Fauré, Y.-A., *Entreprises et entrepreneurs africains*, Karthala – Orstom, 1995

Elsenhans, H., *Development and Underdevelopment*, Sage Publications, 1991

Ferreira, M.E., “La reconversion économique de la *nomenklatura* pétrolière” *Politique Africaine*, n° 57, Mars 1995, pp.11-26

Frimpong-Ansah, J.H., *The Vampire State in Africa – The Political Economy of Decline in Ghana*, James Currey Limited, 1991

GEMDEV, *Les Avatars de l'État en Afrique*, Karthala, 1997

Griffin, K., *Stratégies de Développement*, Economica, 1989

Kabou, A., *Et si l'Afrique refusait de développement ?*, L'Harmattan, 1991

Karl, T.L., *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States*, University of California Press, 1997

Khan, M.H., Jomo K.S., *Rents, Rent-Seeking and Economic Development – Theory and Evidence in Asia*, Cambridge University Press, 2000

Luciani, G., “Allocation vs. Production States: A Theoretical Framework” in Beblawi, H. e Luciani, G., (dir.), *The Rentier State, Vol. II*, Croom Helm, 1987, pp. 63-82

Martínez, S., *Economia Política*, 9ª edição, Almedina, 2001

Mill, J.S., *Principles of Political Economy*, Augustus Kelley Publishers, 1987

Norro, M., *Économies Africaines – Analyse économique de l’Afrique Subsaharienne*, De Boeck Université, 1998, 2ª edição

ONU, *Les flux de capitaux et la croissance en Afrique*, CNUCED, 2000

ONU, *Les Pays les Moins Avancés – Rapport 2000 : Aide, flux financiers privés et endettement extérieur : le défi du financement du développement dans les PMA*, CNUCED, 2000

ONU, *Manuel de Statistiques de la CNUCED*, 2001

ONU, *Le développement économique en Afrique : bilan, perspectives et choix des politiques économiques*, CNUCED, 2001

ONU, *Les Pays les Moins Avancés – Rapport 2002 : Echapper au piège de la pauvreté*, CNUCED, 2002

Ricardo, D., *Des principes de l’économie politique et de l’impôt*, Flammarion, 1992 (tradução da edição inglesa de 1821)

Rimmer, D., “Learning about Economic Development from Africa”, *African Affairs*, Vol.102, nº408, July 2003, pp. 469-491

Smith, A., *Inquérito Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, 2 vols., Calouste Gulbenkian, 4ª edição, 1999

Stauffer, T., “Income Measurement in Arab States” in Beblawi, H. e Luciani, G., (dir.), *The Rentier State, Vol.II*, Croom Helm, 1987, pp. 22-48

Stiglitz, J., *Globalização, a grande desilusão*, Terramar, 2002

Torres, A., *Horizontes do desenvolvimento africano no limiar do século XXI*, Lisboa, ed. Veja, 1ª edição, 1998

United Nations, *World Development Indicators 2001*, 2002, The World Bank

United Nations, *African Development Indicators 2002*, 2002, The World Bank

United Nations, *African Development Indicators 2003*, 2003, The World Bank

Vidrovitch, C., *Afrique Noire, Permanences et Ruptures*, L’Harmattan, 1992, 2ª edição revista

Wallerstein, I., *O Sistema Mundial Moderno*, 2 Vols., Afrontamento, (1974; 1990-Vol.I, 1994-Vol.II)

Wallerstein, I., *Le Capitalisme Historique*, La Découverte, Paris, 1985

Yates, D., *The Rentier State in Africa*, Africa World Press, 1996